

Tassiane Antunes Moreira

**TRABALHO E VIDA FAMILIAR:
um estudo sobre o uso do tempo com famílias usuárias da
Política Nacional de Assistência Social em Florianópolis (SC)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do Grau de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Liliane Moser.

Florianópolis
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

MOREIRA, Tassiane Antunes

TRABALHO E VIDA FAMILIAR: um estudo sobre o uso do tempo com famílias usuárias da Política Nacional de Assistência Social em Florianópolis (SC) / Tassiane Antunes Moreira; orientador, Liliane Moser, 2018.
161 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2018.

Inclui referências.

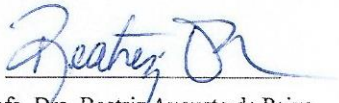
1. Serviço Social. 2. Família. 3. Trabalho familiar. 4. Uso do tempo. 5. Gênero. I. Moser, Liliane. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. III. Título.

TASSIANE ANTUNES MOREIRA

TRABALHO E VIDA FAMILIAR: um estudo sobre o uso do tempo com famílias usuárias da Política Nacional de Assistência Social em Florianópolis (SC)

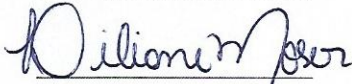
Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre em Serviço Social” e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 11 de maio de 2018.

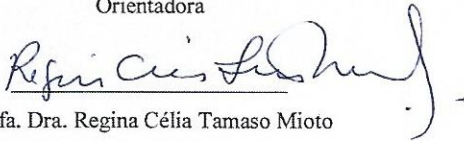


Prof. Dra. Beatriz Augusto de Paiva
Coordenadora do Curso

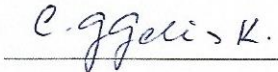
BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dra. Liliâne Moser
Universidade Federal de Santa Catarina
Orientadora



Prof. Dra. Regina Célia Tamasso Mioto
Universidade Federal de Santa Catarina
Membro



Prof. Dra. Carmen Rosario Ortiz Gutierrez Gelinski
Universidade Federal de Santa Catarina
Membro



Prof. Dra. Andréa de Souza Gama
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Membro Externo

À minha família e aos meus verdadeiros amigos pelo apoio, incentivo e amor.

À Liliane Moser por todo o conhecimento compartilhado.

Às famílias, especialmente as mulheres, que dedicaram seu tempo e colaboraram para a realização desta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

E aprendi que se depende sempre
De tanta, muita, diferente gente
Toda pessoa sempre é as marcas
das lições diárias de outras tantas pessoas.
É tão bonito quando a gente entende
Que a gente é tanta gente
Onde quer que a gente vá.
É tão bonito quando a gente sente
Que nunca está sozinho
Por mais que pense estar...

(Caminhos do coração – Gonzaguinha)

A construção de um trabalho de pesquisa não é um processo solitário. Ao concluir esta dissertação, reconheço que ela foi elaborada com base em referências de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento e só se tornou possível graças a todas as pessoas que contribuíram gentilmente para que eu pudesse percorrer esse caminho. Desse modo, quero expressar meu sincero reconhecimento e gratidão a todos aqueles que sempre confiaram em mim.

Aos meus pais, que me ensinaram a refletir e questionar e, acima de tudo, nunca mediram esforços para que os meus sonhos se tornassem realidade. Amo vocês com todo o meu amor!

Ao meu irmão, Evandro, pela presença, carinho, apoio, incentivo e compreensão. Que bom que pudemos passar esses dois anos juntos. Você faz a diferença na minha vida!

Ao meu namorado, Eduardo, meu porto seguro. Alegria da vida. Não há palavras que possam descrever tamanha gratidão. Obrigada por toda a compreensão, pelo incentivo e pelo amor dedicado.

Às minhas amigas Aline, Adriana Cristina, Adriana Silva, Ana Carla, Catiani, Juliana, Lisiane e Marina pelos momentos compartilhados e pelas reflexões durante esse processo.

À minha querida orientadora, professora Dra. Liliane Moser, pela confiança que sempre depositou no meu trabalho. Obrigada por todos os ensinamentos. Cada minuto de orientação foi precioso. Gratidão por dedicar seus estudos a uma temática tão relevante ao Serviço Social e por me inspirar a seguir este caminho.

Às professoras doutoras Regina Célia Tamaso Mioto, Carmen

Rosario Ortiz Gutierrez Gelinski e Andréa de Souza Gama pela avaliação e sugestões nas bancas de qualificação e defesa. Cada contribuição foi valiosa para o desenvolvimento desta pesquisa.

À Universidade Federal de Santa Catarina por proporcionar ensino público gratuito e de qualidade e por contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pelo compromisso demonstrado com a produção de conhecimento.

Aos integrantes do Núcleo de Pesquisa Interdisciplinar Sociedade, Família e Política Social (NISFAPS) por todos os momentos de estudo, reflexão e aprendizagem.

Ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Ingleses do Rio Vermelho, especialmente à Carla Vieira, pelo apoio para a realização desta pesquisa. Agradeço pela acolhida e por todas as informações prestadas.

Às famílias usuárias da Política de Assistência Social de Florianópolis, que dedicaram seu tempo e compartilharam suas histórias de vida. Vocês foram fundamentais para a conclusão deste trabalho!

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de estudos, o que possibilitou a realização deste curso em nível de mestrado.

À Lina e Tânia pela certeza de uma revisão ímpar e qualificada.

A todos que contribuíram para o processo de construção deste trabalho, o meu muito obrigada!

*“Apenas quando somos instruídos pela realidade é
que podemos mudá-la.”*

(Bertold Brecht)

RESUMO

As pesquisas sobre o uso do tempo buscam informações sobre as diversas atividades que os indivíduos realizam ao longo de um determinado período, geralmente um dia — 24 horas. Com isso, ilustram um retrato do cotidiano das pessoas, abrangendo todas as atividades humanas realizadas. Configuram-se como uma das maneiras de avaliar como o recurso tempo é utilizado de maneira distinta entre homens e mulheres, entre os grupos etários, entre pessoas de variados grupos raciais e de diferentes classes sociais. Esse tipo de pesquisa é crucial para a compreensão das desigualdades de gênero, sobretudo no interior das famílias. A alocação das horas no trabalho remunerado e não remunerado influenciam nas diferenças de papéis sociais e de poder desempenhados por homens e mulheres. Há uma injusta distribuição de tarefas do trabalho doméstico familiar e de cuidado, que precisam ser mais bem compreendidas. O melhor entendimento das dinâmicas da vida cotidiana e das relações entre trabalho familiar e trabalho remunerado é uma importante informação para o desenvolvimento de políticas públicas que deem suporte às famílias. Assim, inspirada nas metodologias de estudos sobre o uso do tempo, esta pesquisa de natureza qualitativa, apoiada em revisão de literatura e realização de entrevista semiestruturada, busca analisar como famílias usuárias da Política e dos Programas de Assistência Social referenciadas no CRAS Ingleses do Rio Vermelho em Florianópolis (SC) se organizam em relação ao uso do tempo de maneira a articular as responsabilidades entre trabalho remunerado e trabalho não remunerado. Trata-se de um estudo exploratório que tem por objetivo dar visibilidade às variadas formas de conciliação/articulação entre trabalho e as demandas familiares. Com base na crítica à separação entre as esferas da produção e reprodução social, problematiza-se a relação entre trabalho remunerado e trabalho não remunerado, de maneira a apreender como essas esferas estão em permanente conflito. Considera-se a perspectiva teórica que reconhece as relações de gênero como intrínsecas a esse conflito e, portanto, ganham relevância na análise proposta. Apresenta-se um breve histórico sobre as pesquisas de uso do tempo na América Latina dando ênfase às poucas pesquisas quantitativas sobre a temática realizadas no Brasil e às lacunas que esse processo deixa na construção e estruturação de políticas públicas. Para contemplar os objetivos propostos, elencamos o trabalho familiar como categoria central para compreender o tempo dedicado pelas famílias no processo de provisão de bem-estar social, que compreende as atividades referentes ao trabalho doméstico, ao trabalho do cuidado e ao trabalho de relação com as instituições para o acesso aos serviços públicos. Os dados obtidos mostram que a renda familiar é a variável mais importante para um menor quantitativo de horas dedicadas ao trabalho familiar. As mulheres pobres são as que executam maior jornada de trabalho total e são as que têm menos tempo livre. Fica evidente que a situação socioeconômica que permite maior acesso aos serviços de apoio age como elemento diferenciador entre as mulheres no tocante ao trabalho familiar.

Palavras-chave: Família. Trabalho familiar. Uso do tempo. Gênero.

ABSTRACT

Time-use surveys seek information on the various activities that individuals perform over a given period, usually one day – 24 hours. From that, they draw an image of people's daily lives, covering all their activities. They are configured as one manner of evaluating how time is used differently between men and women from different age, racial and social groups. This type of research is crucial for understanding gender inequalities, especially within families. The time distribution between paid and unpaid work influence the different social roles and power structures permeating men and women relations. There is an unjust distribution of house chores and caretaking that need be better understood. A better understanding of the dynamics of everyday life and the relationships between the family house chores and paid work is important information for the development of public policies that could offer support for families. Thus, inspired by the research methodologies on the use of time, this qualitative analysis, supported by literature review and semi-structured interview seeks to analyze how families and users of the Social Assistance Policy and Programs referenced in the CRAS Ingleses do Rio Vermelho in Florianópolis – SC are organized in relation to the use of time in order to articulate the responsibilities between paid unpaid work. It is an exploratory study aimed at highlighting the various forms of reconciliation/articulation between work and family demands. Based on the critique of the separation between the spheres of production and social reproduction, the relationship between paid work and unpaid work is problematized in order to comprehend how these spheres are in permanent conflict. It has been considered that the theoretical perspective recognizes gender relations as intrinsic to this conflict, and therefore it gains relevance in the proposed analysis. A brief history of time-use surveys in Latin America is presented, emphasizing what little available quantitative research there has been carried in Brazil out on the matter and the gaps this process leaves in the making and structuring of public policies. To contemplate the proposed objectives, family work is taken as the central category for understanding the time spent by families in the process of providing social well-being that comprehends activities related to domestic work, caregiving work and the work related to the institutions for providing access to public services. The obtained data show that family income is the most important variable for a lower number of hours devoted to family work. Poor women are the ones who carry out the longest working hours per day and are the ones who have the least free time. It becomes clear that the socio-economic environment that allows greater access to support services acts as a differentiating factor among women in relation to family work.

Keywords: Family work. Family. Time-use. Gender.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Classificação das atividades com base na ICATUS 2005	69
Quadro 2	Classificação de Atividades de Uso do Tempo na América Latina e no Caribe — CAUTAL	71
Quadro 3	Total e participação das Unidades da Federação na Amostra da PNAD Contínua e da Pesquisa do Uso do Tempo	76
Quadro 4	Classificação das atividades realizadas pelas famílias	95

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Distribuição das entrevistadas segundo a ocupação .	99
Gráfico 2	Distribuição das entrevistadas segundo a renda mensal	103
Gráfico 3	Média de horas semanais trabalhadas no trabalho principal, média de horas gastas em afazeres domésticos e jornada total das pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, segundo o sexo — Brasil, 2005–2015	110

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Distribuição das entrevistadas segundo a faixa etária.	97
Tabela 2	Distribuição das entrevistadas segundo o estado civil	101
Tabela 3	Distribuição das entrevistadas segundo a escolaridade	102
Tabela 4	Média de horas diárias e média de horas semanais dedicadas à realização das atividades referentes ao trabalho remunerado	104
Tabela 5	Média de horas diárias e média de horas semanais dedicadas à realização das atividades referentes ao trabalho doméstico	107
Tabela 6	Distribuição das pessoas que necessitam de cuidados na residência	111
Tabela 7	Distribuição das pessoas que necessitam de cuidados na residência segundo a faixa etária	111
Tabela 8	Distribuição das entrevistadas que realizam atividades de cuidados segundo o tipo de cuidado	112
Tabela 9	Média de horas diárias e média de horas semanais dedicadas à realização das atividades referentes ao trabalho do cuidado	113
Tabela 10	Total e média de horas semanais e total e média de horas mensais gastas com o acesso aos serviços de saúde	118
Tabela 11	Média de horas diárias e média de horas semanais dedicadas à realização das atividades referentes ao trabalho familiar	125

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAUTAL	Classificação de Atividades de Uso do Tempo na América Latina e no Caribe
CEA	Conferência Estatística das Américas
Cedaw	Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CF/88	Constituição Federal de 1988
CGUT	Comitê Técnico de Estudos de Gênero e Uso do Tempo
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DAG	Divisão de Assuntos de Gênero
GTEG	Grupo de Trabalho de Estatísticas de Gênero
IATUR	Conferência Internacional da Associação de Pesquisas de Uso do Tempo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICATUS	Classificação Internacional de Atividades para Estatísticas sobre o Uso do Tempo
Inegi	Instituto Nacional de Estatística e Geografia do México
Inmujeres	Instituto Nacional das Mulheres do México
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LA	Liberdade Assistida
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MMIRDH	Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos
NISFAPS	Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa Sociedade, Família e Políticas Sociais
NOB	Norma Operacional Básica
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
ONU Mulheres	Entidade das Nações Unidas para o Empoderamento das Mulheres

PAEFI	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PSC	Prestação de Serviço à Comunidade
SC	Santa Catarina
SCN	Sistema de Contas Nacionais
SIS	Síntese de Indicadores Sociais
SNPM	Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres
SPM	Secretaria de Políticas para as Mulheres
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UBS	Unidade Básica de Saúde
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNIFEM	Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	A JUSTIFICATIVA PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA	18
1.2	OBJETIVOS PROPOSTOS	23
1.3	O PERCURSO METODOLÓGICO	23
1.4	A ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	28
2	O CONFLITO ENTRE TRABALHO E VIDA FAMILIAR NO CONTEXTO DA PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL CAPITALISTA	31
2.1	TRABALHO E RELAÇÕES SOCIAIS	33
2.2	PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL: UMA ARTICULAÇÃO NECESSÁRIA	36
2.3	OS ESTUDOS SOBRE O USO DO TEMPO E AS DESIGUALDADES DE GÊNERO	41
2.3.1	Configurações da divisão sexual do trabalho	42
2.3.2	O uso do tempo e as desigualdades de gênero	46
2.3.3	Trabalho doméstico, trabalho do cuidado e trabalho familiar	49
2.4	MUDANÇAS NAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS: ALGUMAS REFLEXÕES	54
3	BREVE CARACTERIZAÇÃO E HISTÓRICO DAS PESQUISAS SOBRE O USO DO TEMPO	61
3.1	AS PESQUISAS SOBRE O USO DO TEMPO NA AMÉRICA LATINA	65
3.2	PESQUISAS SOBRE O USO DO TEMPO NO BRASIL	72
4	TRABALHO, FAMÍLIA E O USO DO TEMPO	83
4.1	A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O TRABALHO COM FAMÍLIAS	85
4.1.1	Contextualizando o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Ingleses do Rio Vermelho: lócus da pesquisa	92
4.2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	93
4.3	FAMÍLIAS REFERENCIADAS NO CRAS INGLESSES DO RIO VERMELHO E SUAS DINÂMICAS COM RELAÇÃO AO USO DO TEMPO: A PESQUISA EM QUESTÃO	96

4.3.1	Questões gerais e perfil dos entrevistados	96
4.3.2	Trabalho remunerado	104
4.3.3	Trabalho doméstico	105
4.3.4	Trabalho do cuidado	111
4.3.4.1	Cuidados pessoais e de atenção à saúde	115
4.3.5	Acesso aos serviços públicos	116
4.3.6	Estudo e formação profissional	119
4.3.7	Lazer	120
4.3.8	Estratégias para conciliar trabalho e família	121
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
	REFERÊNCIAS	132
	APÊNDICE A — Questões norteadoras para a entrevista	147
	APÊNDICE B — Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	155
	ANEXO A — Países que realizaram pesquisas e/ou módulos sobre uso do tempo e trabalho não remunerado — América Latina e Caribe	158

1 INTRODUÇÃO

As pessoas desenvolvem suas atividades de acordo com o tempo de que dispõem. Toda atividade custa tempo. Há um tempo objetivo, que permite classificar e medir temporalmente os acontecimentos, porém pouco sabemos sobre a experiência subjetiva do tempo. Todas as pessoas, homens e mulheres, têm noções diferentes de tempo e, por isso, tendem a dispor de seu tempo de maneira distinta (ARRIAGADA, 2005).

Com o advento do capitalismo, a industrialização produziu uma divisão entre trabalho na fábrica e trabalho na casa (MORAES, 2015). Nessa conjuntura, família e trabalho passaram a ser tratados como esferas distintas, ou seja: a família, vinculada à ordem da reprodução, e o trabalho, à ordem da produção. A partir dessa separação, vislumbrou-se também a divisão sexual do trabalho, onde a mulher foi associada ao trabalho de reprodução e de cuidados com o lar, e o homem, ao trabalho na fábrica e a provedor da família.

No Brasil ainda predomina a norma de que a responsabilidade pelos cuidados com a casa e com a família e as demais atividades realizadas na esfera do privado são atribuições das famílias, incidindo na responsabilização das mulheres (SORJ, 2007).

No século 21, as mulheres,¹ em sua grande maioria, continuam respondendo pela compra e preparo dos alimentos, pelo cuidado com crianças, idosos, enfermos e pessoas com deficiência, pela manutenção e higiene do espaço doméstico e das roupas dos membros da família, além de zelar pelos cuidados de saúde e educação de todos.

Todas essas atividades cotidianas exigem grande esforço físico, demandam muito tempo e, apesar de “invisibilizadas”, são indispensáveis para a reprodução social e econômica de nossa sociedade. As reduzidas possibilidades de conciliação² entre todas

¹Para alguns autores, como Bruschini e Ricoldi (2009), apesar de as responsabilidades familiares ainda serem um encargo majoritariamente feminino, com as mudanças demográficas, econômicas e sociais das últimas décadas, a tendência tem sido enxergar a questão como um problema das famílias, e não somente das mulheres. Sobre esse assunto, Soares (2008) aponta que, na sociedade atual, os afazeres domésticos ainda se constituem uma tarefa das mulheres, embora se tenha observado um pequeno aumento da participação masculina nessas atividades nos últimos anos.

²Considerando que não há uma definição explícita e única sobre o conceito de conciliação entre trabalho e vida familiar, optou-se, neste estudo, por respeitar as

essas tarefas, referidas como trabalho remunerado e trabalho não remunerado,³ trazem importantes impactos não somente para as mulheres, que geralmente passam a ter uma sobrecarga laboral, mas também para homens e crianças, vindo a repercutir de maneira significativa na estruturação de serviços e políticas públicas.

Historicamente, o Estado se organizou com base num arranjo familiar, que conta com o trabalho feminino para suprir as lacunas dos serviços públicos, e as políticas sociais que, nesse cenário, conforme aponta Fontoura *et al.* (2010), acabam sendo calcadas num modelo tradicional de família e, com isso, em tradicionais convenções de gênero.

Essa configuração, no entanto, vem sendo colocada em xeque à medida que as mulheres ocupam, a cada dia, mais espaço no mercado de trabalho. A tradicional divisão sexual do trabalho, com um homem provedor encarregado do trabalho para o mercado e uma mulher cuidadora, responsável pelo trabalho reprodutivo, dá lugar a um arranjo no qual homens e mulheres realizam o trabalho no mercado, enquanto o trabalho reprodutivo continua, em sua grande maioria, a cargo das mulheres.

No cuidado da casa e da família, as mulheres assumem uma dupla jornada, intensificando seu tempo de trabalho. Enquanto isso, os homens não assumiram da mesma forma a sua parte na responsabilidade das tarefas domésticas. A diferença de gênero no uso do tempo se aprofunda nos grupos socioeconômicos mais pobres, onde as mulheres pobres são as que gastam mais tempo com as tarefas do domicílio. De acordo com as análises de pesquisas sobre a divisão do trabalho doméstico no Brasil, Ribeiro (2005, p. 199) conclui: “não resta dúvida de que as mulheres são as principais responsáveis pelo trabalho doméstico. Fica comprovado que as mulheres brasileiras de todas as classes sociais enfrentam realmente jornadas duplas”.

terminologias utilizadas pelos autores pesquisados, sem uniformizá-las. Assim, no decorrer do texto, apresentam-se distintas terminologias, tais quais: “conciliação entre trabalho e vida familiar”, “conciliação entre trabalho e responsabilidades familiares”, “articulação entre trabalho e família”, equilíbrio entre trabalho produtivo e reprodutivo”, entre outras.

³ Como forma de tratar teórica e empiricamente as atividades desenvolvidas no âmbito doméstico familiar, na tentativa de superar a dicotomia produção e reprodução e dar e conferir um estatuto de trabalho a essas atividades, pesquisadoras como Aguirre (2007) e Beneria (1999) têm introduzido a concepção de trabalho remunerado e trabalho não remunerado para dar conta da complexidade nesse campo (CARLOTO, 2012).

Nas camadas sociais mais pobres, os conflitos para a conciliação entre trabalho familiar e trabalho remunerado se agravam, por disporem de menos recursos econômicos para comprar serviços de apoio nas tarefas domésticas ou por terem de atender um número maior de crianças. Ribeiro (2005) também reflete que os estudos sobre a divisão sexual do trabalho mostram a rigorosa relação entre trabalho remunerado e não remunerado, o que, associado à esfera da produção econômica e da reprodução social, revela o efeito das obrigações domésticas na vida das mulheres, limitando seu avanço profissional. Assim, com carreiras interrompidas, baixos salários e empregos de baixa qualidade, as mulheres terminam por priorizar a esfera da vida privada.

Inúmeros são os desafios que se apresentam para as mulheres, sobretudo para as de baixa renda, na tentativa de conciliar as responsabilidades familiares e as demandas do trabalho. A ausência e/ou oferta limitada de serviços, como creches, pré-escolas, programas de contraturno escolar, entre outros, dificultam ou retardam a entrada das mulheres no mercado de trabalho, produzindo tensionamentos e demandas para as políticas sociais.

No campo da Política Social, temos especial interesse pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS), estruturada por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e organizada a partir da proteção social básica e proteção social especial. À proteção social básica cabe “prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários” (BRASIL, 2004, p. 33). Os serviços vinculados a esse nível de proteção são executados de forma direta nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), unidade pública estatal de base territorial, localizada em áreas de vulnerabilidade social. Sua atuação é voltada às famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando à orientação e ao convívio sociofamiliar e comunitário. O trabalho com famílias nessas unidades, segundo a PNAS (BRASIL, 2004, p. 35), parte do pressuposto de que são funções básicas das famílias: “prover a proteção e a socialização dos seus membros; constituir-se como referências morais, de vínculos afetivos e sociais; de identidade grupal, além de ser mediadora das relações dos seus membros com outras instituições sociais e com o Estado”. Os CRAS têm sido a referência das famílias e dos indivíduos, em sua maioria mulheres, na busca de

orientação e/ou provisão de bens e serviços socioassistenciais. Dessa forma, acreditamos que as demandas relacionadas à conciliação entre trabalho e família, sobretudo no que diz respeito ao uso do tempo, surjam no cotidiano das famílias atendidas pelo CRAS.

Considerando a problematização exposta, a pesquisa realizada propõe-se a analisar como famílias usuárias da Política Nacional de Assistência Social cadastradas e em atendimento no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Ingleses do Rio Vermelho em Florianópolis (SC) se organizam em relação ao uso do tempo de maneira a articular as responsabilidades entre trabalho remunerado e trabalho não remunerado. Assim, a presente pesquisa articula três importantes dimensões da sociabilidade: trabalho, família e o uso do tempo.

1.1 A JUSTIFICATIVA PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA

O tempo é um recurso fundamental, que é distribuído igualmente entre todos, mas pode ser usado de diferentes maneiras. A forma como as pessoas organizam e distribuem seu tempo afeta o bem-estar econômico e social e tem impactos sobre a família e a comunidade onde vivem. No cenário internacional da produção de estatísticas sociais e econômicas, tem-se tornado consensual a ideia de que medidas de uso do tempo devem ser incluídas na formulação de indicadores para avaliar as condições de vida da população (CAVALCANTI; PAULO; HANY, 2010).

As pesquisas sobre o uso do tempo configuram-se como uma das maneiras de elaborar esses indicadores e avaliar como o recurso tempo é utilizado de maneira distinta entre homens e mulheres, entre os grupos etários, entre pessoas de variados grupos raciais e de diferentes classes sociais. Esse tipo de pesquisa busca informações sobre as diversas atividades que os indivíduos realizam ao longo de um determinado período, geralmente um dia (24 horas). Com isso, ilustram um retrato do cotidiano das pessoas, abrangendo todas as atividades humanas realizadas.

Para a temática de gênero, as pesquisas de uso do tempo são excepcionalmente importantes, uma vez que as atividades a que homens e mulheres se dedicam refletem os papéis sociais e as desigualdades de condições e oportunidades entre os sexos.

Conforme informações disponibilizadas por Cavalcanti, Paulo e Hany (2010), nos países desenvolvidos as pesquisas sobre o uso do tempo vêm sendo realizadas regularmente desde a década de 1960. Na América Latina, alguns países adotaram o estudo do tema a partir da década de 1990. Nessa época, a Divisão de Estatística da Organização das Nações Unidas (ONU) começou a sistematizar modelos e métodos para a realização desse tipo de pesquisa, criando um manual para a produção de estatísticas de uso do tempo com o intuito de facilitar a comparabilidade internacional de dados. A ONU também criou em 1997 uma classificação de atividades própria, a *International Classification of Activities for Time Use Statistics (ICATUS)*, adotada por alguns países.

No Brasil, até o início da década de 1990, as instituições oficiais de estatística do país não geravam qualquer tipo de informação que pudesse subsidiar o debate político sobre o uso do tempo, especialmente sobre as desigualdades de gênero no exercício das tarefas domésticas e de cuidado e sobre seus impactos na qualidade de vida da população nacional (FONTOURA *et al.*, 2010).

Como resultado, em 1992, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) incluiu em sua principal pesquisa domiciliar — a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) — duas questões relacionadas ao uso do tempo e à reprodução social: a primeira questionava a realização de afazeres domésticos por parte de todos os membros do domicílio, e a segunda indagava sobre o tempo médio gasto semanalmente no deslocamento casa–trabalho–casa.

Quase uma década depois, em 2001, o IBGE incorporou mais uma pergunta à PNAD, relacionada ao tempo médio dedicado semanalmente à realização dos afazeres domésticos. Tal temática assumiu novos contornos quando foi criada em 2003 a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM).

Em 2008, ao contemplar o crescente debate do tema no contexto internacional, o governo brasileiro instituiu o Comitê de Estudos de Gênero e Uso do Tempo com o objetivo de aprofundar a discussão no país. Esse Comitê foi composto por representantes da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Foram convidados permanentes do Comitê o Fundo de Desenvolvimento

das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT). A partir da criação do Comitê, o IBGE e as demais instituições envolvidas se comprometeram oficialmente com a questão. Diante do apoio e incentivo do grupo, possibilitou-se a realização da primeira Pesquisa de Uso do Tempo no Brasil, realizada pelo IBGE em 2009.

As pesquisas sobre o uso do tempo realizadas no Brasil, bem como em outras partes do mundo, utilizam-se de distintos tipos de metodologia de investigação, dentre as quais podem-se destacar: o emprego de diários para registro do que é realizado no decorrer do dia; o uso de perguntas para estimar o tempo despendido em atividades determinadas, por meio de uma espécie de diário estilizado; a utilização de observação de atividades desenvolvidas pela população estudada para o seu levantamento em um dado intervalo de tempo; o uso de aparatos computacionais para pesquisar atividades, utilizados como principais instrumentos de registro, ou em combinação com diários ou questionários.

Apesar dos avanços, a experiência brasileira com diários do uso do tempo ainda é recente, possui caráter localizado, e as perguntas relacionadas às tarefas desenvolvidas referem-se a um número restrito de atividades.

Em comparação com outros países que apresentam similar desenvolvimento econômico, como Uruguai, México e Venezuela, o Brasil ainda possui escassa produção de pesquisas sobre o uso do tempo. Ademais, vale lembrar que tal escassez se encontra em todos os campos de conhecimento correlatos, como a Demografia, a Sociologia e principalmente no Serviço Social.

Para Fontoura *et al.* (2010), há um consenso de que a produção estatística sobre o uso do tempo no Brasil ainda é insuficiente para subsidiar a formulação de políticas públicas de conciliação entre trabalho e vida familiar e para uma discussão mais aprofundada de metodologias de contabilização do trabalho reprodutivo na economia nacional.

Contudo, acredita-se na potencialidade desse tipo de estudo e, assim, inspirada nas metodologias de estudos sobre o uso do tempo e com base em revisão bibliográfica de literatura, pretende-se nesta pesquisa, a partir de uma abordagem qualitativa e por meio da realização de entrevista semiestruturada, pontuar aspectos referentes ao uso do tempo entre famílias de baixa renda e os desafios em equilibrar trabalho remunerado e não remunerado em Florianópolis (SC).

A escolha do objeto de estudo foi condicionada às experiências da pesquisadora adquiridas durante a trajetória acadêmica no curso de graduação em Serviço Social da UFSC. A necessidade de ampliar a discussão dos conflitos decorrentes da relação entre trabalho e vida familiar surgiu desde a conclusão da disciplina de Serviço Social: Famílias e Segmentos Sociais Vulneráveis, em 2013. O interesse pelo tema aumentou dada a inserção como bolsista no projeto denominado: “A conciliação entre trabalho e vida familiar: demandas às políticas sociais e ao Serviço Social”.⁴ Conseqüentemente, as discussões realizadas pelo Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa Sociedade, Família e Políticas Sociais (NISFAPS) confirmaram o interesse em estudar e compreender como as responsabilidades familiares podem se constituir fonte de conflitos e problemas durante toda a vida laboral de homens e mulheres. Mais tarde, o tema serviu de inspiração para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em 2014, intitulado “Trabalho e Responsabilidades Familiares: um estudo sobre as medidas legais de proteção e conciliação no Brasil”. Essas trajetórias, atreladas às experiências adquiridas nos campos de estágio, contribuíram de maneira decisiva para construção desta proposta de estudo.

O trabalho familiar,⁵ conforme Mioto (2015), constitui-se uma questão relevante no contexto contemporâneo, sobretudo no campo da política social, com dois polos de debates em disputa: um vinculado às políticas de seguridade social, que reafirma a lógica de naturalização do trabalho familiar, e outro, por meio de políticas de conciliação entre trabalho e responsabilidades familiares, o qual tende a propor soluções para o conflito entre essas duas esferas.

Gostaríamos de ressaltar que a abordagem aqui assumida busca desnaturalizar e dar visibilidade ao trabalho familiar realizado no espaço doméstico, bem como refletir sobre a necessidade de instauração de mecanismos públicos que

⁴A inserção em tal projeto de pesquisa, coordenado pela professora Dra. Liliane Moser em 2013, possibilitou a elaboração de meu trabalho de conclusão de curso em Serviço Social.

⁵A definição de trabalho familiar engloba o trabalho doméstico, o trabalho de cuidados para com familiares e dependentes, o trabalho de consumo, que está relacionado à compra e preparação de alimentos, o trabalho para o acesso aos serviços públicos e privados e o trabalho de relação. O trabalho familiar incorpora ainda o gerenciamento da interface entre indivíduos, família e sociedade, passando pela rede de amigos e parentes, os serviços e o mercado de trabalho (SARACENO; NALDINI, 2003).

proporcionem às mulheres e às famílias condições para gerir o trabalho de reprodução social e para enfrentar os problemas advindos da precarização do mundo do trabalho.

A complexidade dos elementos apontados abre inúmeras possibilidades de pesquisa. Acreditamos que instigar essa reflexão no campo do Serviço Social é indispensável, pois os assistentes sociais se defrontam cotidianamente com os conflitos gerados nas relações entre o mundo do trabalho e o mundo da família.

A família é sujeito privilegiado de intervenção do Serviço Social desde os primórdios da profissão (MIOTO, 2004). Segundo Neder (1996 *apud* MIOTO, 2004), os assistentes sociais são os únicos profissionais que têm a família como objeto privilegiado de intervenção durante toda sua trajetória histórica, ao contrário de outras profissões que a privilegiam em alguns momentos e, em outros, a tiram de cena.

No âmbito capitalista, a família foi instituída como a esfera que realiza o trabalho remunerado e o trabalho não remunerado, sustentado na condição de gênero. Assim, as necessidades de renda e salário e as necessidades de cuidados se uniram, mas deixaram separadas as áreas de experiências, necessidades, relações, valores e ritmos (tempo), elementos potencialmente conflituosos (SARACENO; NALDINI, 2003). Diante desse entendimento, acredita-se que as implicações na naturalização do trabalho familiar devem ser examinadas nas bases de estruturação da sociedade capitalista. A necessidade de aprofundar o conhecimento em torno da tensa relação entre trabalho e vida familiar propicia a reflexão sobre a instituição família e sua relação com a política social. Nesse sentido, as investigações sobre o uso do tempo podem contribuir para a formulação e implementação de políticas públicas que ofereçam serviços de apoio às famílias, sobretudo às mulheres. Esse tipo de instrumento permite obter maior visibilidade de todas as formas de trabalho que se realizam tanto fora como dentro dos domicílios, sejam elas remuneradas ou não, identificando as reais necessidades dos indivíduos. Por esse motivo acreditamos que a discussão qualificada dessa questão é fundamental, considerando o projeto ético-político da profissão comprometido com as demandas da classe trabalhadora. Ademais, vale lembrar que as contradições entre capital e trabalho constituem a gênese da questão social e merecem atenção permanente.

A explanação aqui realizada visa mostrar o solo que propiciou o desenvolvimento das ideias e categorias de estudo, elementos que serão explicitados ao longo desta dissertação.

1.2 OBJETIVOS PROPOSTOS

O objetivo central da presente pesquisa consistiu em analisar como famílias usuárias da Política Nacional de Assistência Social cadastradas e em atendimento no CRAS Ingleses do Rio Vermelho se organizam em relação ao uso do tempo de maneira a articular as responsabilidades entre trabalho remunerado e trabalho não remunerado.

Nessa perspectiva, destacamos os objetivos específicos que também indicam o percurso teórico-metodológico que alçamos neste estudo, sendo eles:

- Identificar como as famílias distribuem o tempo entre as exigências do trabalho familiar e do trabalho remunerado;
- Compreender como as famílias distribuem as tarefas referentes ao trabalho familiar entre seus membros;
- Compreender quais são as atividades realizadas por homens e mulheres e como se dá a articulação entre trabalho familiar e trabalho remunerado;
- Identificar as atividades e o tempo dedicado pelas famílias no trato com os serviços públicos.

1.3 O PERCURSO METODOLÓGICO

A delimitação de uma proposta de estudo é determinada por perguntas empregadas pelo pesquisador diante de uma determinada realidade em que o pesquisador buscará respostas que apontem soluções ou contribuições para a solução do problema apresentado. Nessa perspectiva, entende-se que as respostas encontradas nos questionamentos da pesquisa estão sujeitas aos procedimentos metodológicos adotados que orientam o percurso da investigação, conforme será visto a seguir.

A revisão de literatura foi um dos procedimentos metodológicos fundamentais para a construção deste estudo. Conforme Silva e Menezes (2001, p. 37) a revisão de literatura

resultará do processo de levantamento e análise do que já foi publicado sobre o tema e o problema de pesquisa escolhidos. Permitirá um mapeamento de quem já escreveu e o que já foi escrito sobre o objeto de estudo. Esse procedimento permeou todo o processo investigativo da pesquisa.

Este estudo corresponde a uma pesquisa de natureza qualitativa. De acordo com as análises de Minayo, a pesquisa qualitativa preocupa-se “menos com a generalização e mais com o aprofundamento e a abrangência da compreensão, seja de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma política ou de uma representação” (MINAYO, 2001, p. 102). Assim, no âmbito das ciências sociais, a pesquisa qualitativa oferece subsídios para a busca de respostas para questões muito particulares, preocupando-se com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ela se interessa pelos espaços mais profundos das relações, ultrapassando o aparente e a quantificação de fenômenos e processos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

A autora reforça:

As pesquisas qualitativas são um tipo de investigação orientado para a análise de casos concretos em sua temporalidade e localização, por meio de expressões e significados que as pessoas dão a seus pensamentos, atitudes, comportamentos e práticas. Todas as abordagens qualitativas têm em comum o reconhecimento da subjetividade, do simbólico e da intersubjetividade nas relações como partes integrantes da realidade social. Igualmente, todas trazem para o interior das análises, o indissociável imbricamento entre subjetivo e objetivo, entre atores sociais e investigadores, entre fatos e significados, entre estruturas e representações. Embora seu foco seja, em geral, o universo microsocial e o aprofundamento dos fenômenos humanos, ela tem uma contribuição de caráter universal para a ciência (MINAYO, 2016, p. 18).

Cabe ressaltar que a escolha do tema não aconteceu de forma arbitrária. A necessidade de ampliar a discussão sobre a temática do uso do tempo no Brasil surgiu ao se constatar que o conflito entre vida familiar e trabalho está cada vez mais evidente no interior das famílias brasileiras, e que a esfera pública ainda não reconheceu e assumiu a questão das práticas conciliadoras como uma questão de ordem pública. Esses conflitos, advindos da necessidade de desempenhar ao mesmo tempo tarefas profissionais e responsabilidades familiares, afeta a vida de homens, mulheres e crianças. As mulheres com responsabilidades familiares enfrentam dificuldades adicionais para compatibilizar de maneira satisfatória os trabalhos produtivos e reprodutivos. Isso ocorre em razão da compreensão, ainda hegemônica na sociedade brasileira, de que o trabalho reprodutivo é considerado uma habilidade natural e de responsabilidade exclusiva das mulheres. Essas noções desempenham papel central na estruturação dos padrões de discriminação de gênero e constituem um fator restritivo para o acesso ao mercado de trabalho e participação política das mulheres (OIT, 2010). Debruçar-se sobre o tema da conciliação entre trabalho e responsabilidades familiares no Brasil implica refletir acerca de uma temática com pouca visibilidade e fraca legitimidade no país.

Configurando como debate de ampla abrangência, optamos por pesquisar cinco famílias de baixa renda atendidas pela Política de Assistência Social no município de Florianópolis, mais precisamente as referenciadas no CRAS do bairro Ingleses do Rio Vermelho.⁶ Tal delimitação justifica-se pelo fato de que a diferença de gênero no uso do tempo se aprofunda nos grupos socioeconômicos mais vulneráveis, onde as mulheres pobres são as que gastam mais tempo com as tarefas do domicílio. Essa diferença aparece de maneira mais significativa nos lares chefiados por mulheres que possuem filhos menores de seis anos. Nesse grupo específico há maior concentração de trabalho tanto

⁶Em virtude de pesquisa realizada anteriormente nesse CRAS por meio de grupo focal pelo projeto de pesquisa no qual a mestranda esteve vinculada, foram selecionadas cinco famílias entre as 12 entrevistadas, no sentido de garantir aprofundamento e continuidade das investigações iniciadas.

doméstico quanto remunerado (ARRIAGADA, 2005). Além disso, a ausência e/ou a oferta limitada de serviços coletivos que permitem socializar os custos dos cuidados com a família potencializa a exclusão social e prejudica a qualidade de vida, principalmente das famílias mais pobres que recorrem às redes informais de solidariedade na busca pela conciliação entre trabalho e família.

O terceiro procedimento metodológico compreende a pesquisa de campo a partir de realização de entrevista semiestruturada com aplicação de questionário, cujo roteiro encontra-se no Apêndice A ao final deste trabalho. A entrevista semiestruturada pode ser entendida como:

[...] aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessa à pesquisa, e que, em seguida, oferece amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante (TRIVIÑOS, 2006, p.146).

De certa maneira, diz-se que as entrevistas semiestruturadas mesclam perguntas abertas e fechadas, de modo que o informante tenha a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. Nesse ângulo, o pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, contudo há a possibilidade de exploração e aprofundamento dos temas das questões no decorrer do processo, favorecendo maior proximidade entre o entrevistador e o entrevistado, o que permite serem abordados temas mais complexos (BONI; QUARESMA, 2005).

Mediante contato com a Coordenadora do CRAS Ingleses do Rio Vermelho, foi realizada uma reunião para apresentação do projeto e da proposta de estudo, visando obter a aprovação dos demais profissionais que integram a equipe do CRAS e firmar parceria com o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina para o prosseguimento do estudo. A partir dessa etapa, a equipe auxiliou na seleção das

famílias que contemplassem o perfil adequado para execução da pesquisa.

Foram elaborados alguns critérios para seleção dos participantes, tendo em vista suscitar discussões a partir das diferenças e evidenciar possíveis contradições e divergências considerando os diversos arranjos familiares existentes. A escolha do CRAS Ingleses para aplicação da pesquisa aconteceu pelo fácil acesso e abertura da equipe profissional e das famílias para participarem de todo o processo.

Na etapa seguinte foi realizado contato com as famílias e organizado um encontro no espaço do CRAS, que teve como objetivo identificar o perfil dos participantes e as demandas relacionadas à conciliação entre trabalho e vida familiar. Importante destacar que, a partir dessa etapa, somente as mulheres, como representantes das famílias, participaram da pesquisa.

A proposta inicial era realizar as entrevistas nas residências com os responsáveis pelo domicílio, porém, ao constatar a inviabilidade dessa escolha e respeitando a opção das participantes, todo o processo de execução da pesquisa foi realizado no espaço do CRAS.

O questionário utilizado na entrevista teve por finalidade identificar como de fato ocorre a articulação entre trabalho remunerado e trabalho não remunerado, entender qual o tempo destinado aos cuidados com as crianças, idosos, doentes, pessoas com deficiência e demais dependentes, qual o tempo dedicado ao lazer e às tarefas de formação e educação, ou seja, nossa intenção com a realização das entrevistas consiste em mensurar o tempo efetivo de trabalho remunerado e não remunerado.

O tratamento, análise e interpretação dos dados foram apresentados com base em uma perspectiva sócio-histórica, pautada em categorias fundamentadas teoricamente. Os dados e informações obtidos nesta pesquisa serão interpretados por meio da análise de conteúdo, entendida como um procedimento de interpretação de conteúdos discursivos, sejam eles documentais ou orais, podendo ser considerada como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos

sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 1977, p. 38).

O método de análise de conteúdo, segundo Triviños (1987), favorece o estudo das motivações, atitudes, valores, crenças, tendências e contribui

[...] para o desvelar das ideologias que podem existir nos dispositivos legais, princípios, diretrizes etc., que, à simples vista, não se apresentam com a devida clareza. Por outro lado, o método de análise de conteúdo, em alguns casos, pode servir de auxiliar para instrumento de pesquisa de maior profundidade e complexidade, como, por exemplo, o método dialético. Neste caso, a análise de conteúdo forma parte de uma visão mais ampla e funde-se nas características do enfoque dialético (TRIVIÑOS, 1987, p. 159–160).

A análise de conteúdo proporciona estudar as comunicações entre os homens, dando ênfase ao conteúdo das mensagens. Ela trabalha com o dito, com o conteúdo explícito das mensagens, que podem estar expressas em entrevistas, questionários, formulários e em outros meios, pois se constituem material mais estável e objetivo ao qual se poderá retornar todas as vezes que for necessário. Visa ainda obter indicadores (quantitativos ou qualitativos) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção dessas mensagens.

No que diz respeito ao referencial teórico-metodológico, este estudo alinha-se à perspectiva crítico-dialética, que possibilita contemplar categorias, como contradição, historicidade e totalidade.

Por último, destaca-se que este estudo atendeu os requisitos da Resolução 510/2016 sobre ética na pesquisa na área de ciências humanas e sociais. Salientamos que este projeto já foi

aprovado no Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina. A pesquisa foi realizada de acordo com a disponibilidade dos entrevistados, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) (Apêndice B).

1.4 A ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Os conteúdos abordados nesta dissertação estão estruturados em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais. O segundo capítulo apresenta algumas considerações sobre trabalho e família a partir de uma perspectiva crítica contextualizando a centralidade dessas instâncias na dinâmica da sociedade capitalista. Com base na crítica à separação entre as esferas da produção e reprodução social, problematiza-se a relação entre trabalho remunerado e trabalho não remunerado de maneira a apreender como essas esferas estão em permanente conflito. Considera-se a perspectiva teórica que reconhece as relações de gênero como intrínsecas a esse conflito e, portanto, ganham relevância na análise proposta. A sistematização dessa seção tem como objetivo situar o leitor sobre onde partimos para a construção da problemática de pesquisa.

O terceiro capítulo apresenta um breve histórico sobre as pesquisas de uso do tempo no cenário mundial e na América Latina. Por fim, apresentam-se as poucas pesquisas quantitativas sobre o uso do tempo realizadas no Brasil e as lacunas que tal processo deixa na construção de políticas públicas.

O quarto capítulo traz à tona os aspectos relevantes sobre o contexto da pesquisa empírica, destacando os procedimentos metodológicos, o perfil dos sujeitos entrevistados e a análise e apresentação dos dados coletados a fim de cumprir objetivo geral e os objetivos específicos propostos neste estudo. Nesse capítulo, a intenção é reafirmar o quanto as pesquisas sobre o uso do tempo são importantes para dar visibilidade ao trabalho familiar não remunerado e refletir sobre a necessidade de instauração de mecanismos públicos que proporcionem às mulheres e às famílias condições para gerir o trabalho de reprodução social.

Nas considerações finais, alguns aspectos debatidos e problematizados ao longo do trabalho são retomados, e as principais sugestões e recomendações acerca do tema proposto são organizadas.

2. O CONFLITO ENTRE TRABALHO E VIDA FAMILIAR NO CONTEXTO DA PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL CAPITALISTA

Este capítulo tem como objetivo tecer algumas considerações sobre Trabalho e Família a partir de uma perspectiva crítica, com o intuito de situar a centralidade dessas instâncias na dinâmica da sociedade capitalista. A partir da crítica à separação entre as esferas da produção e reprodução social, pretende-se problematizar a relação entre o trabalho remunerado e o trabalho familiar não remunerado, de maneira a apreender como essas esferas estão em permanente conflito. Parte-se da perspectiva teórica que reconhece as relações de gênero como intrínsecas a esse conflito e, portanto, ganham relevância no interior das famílias e na análise proposta.

A sistematização sugerida tem por finalidade facilitar a forma de compreender os elementos em estudo e situar o leitor quanto a de onde partimos para a construção do objeto de pesquisa.

As transformações societárias suscitadas nas últimas décadas do século XX e seus desdobramentos na sociedade atual, sob o domínio do capital financeiro, juntamente com sua afirmação como sistema hegemônico, desencadearam problemas e contradições em todas as esferas da vida social.

No cenário neoliberal, o Estado se mantém ao lado do grande capital, aderindo às suas requisições econômicas e políticas. A chamada crise fiscal do Estado tornou-se justificativa para a contenção de gastos sociais, dos custos com o trabalho, do déficit público, embasando medidas que atingem de maneira profunda a proteção social ofertada no âmbito público, transferindo as responsabilidades estatais à esfera privada, ao terceiro setor e à sociedade em geral.

As mudanças econômicas e sociais ocorridas a partir da década de 1990 sob os ditames do neoliberalismo contribuíram para a promoção e o acirramento da destituição social, da pobreza e das mais diversas situações de precariedade no trabalho, alterando as formas de organização da reprodução social e, conseqüentemente, dos trabalhadores e suas famílias (ALENCAR, 2010). Para além das condições de trabalho, as condições de vida dos indivíduos são definidas pela inserção dos membros da família no mercado de trabalho, configurando-se como alternativa para a

superação das condições de desigualdade social, caracterizando a família como unidade de renda e de consumo.

Diante desse cenário de precarização das relações de trabalho e de encolhimento das políticas sociais, as famílias são vistas como suporte para seus membros e como possibilidade para a superação da pobreza e da desigualdade social (MORAES, ABRÃO, MIOTO, 2015).

As autoras complementam:

Enquanto a intervenção estatal é diminuída e o mercado se impõe como regente primordial, há uma forte presença da ideologia que incentiva o individualismo. Os direitos sociais conquistados arduamente e a concepção de cidadania ficam restritos e as políticas sociais são focalizadas na população mais pobre (MORAES, ABRÃO, MIOTO, 2015).

Concomitantemente, as alterações nas formas de produção se expandiram, alcançando as relações estabelecidas entre os indivíduos e as famílias. Desse modo, a precarização das relações de trabalho e os espaços de reprodução social são profundamente afetados. Em relação às famílias, uma das principais alterações vivenciadas foi a inserção das mulheres no mercado de trabalho. De uma taxa de participação feminina de 18,6%, em 1970, saltou-se para 59,1% em 2016 (IBGE, 2016).

As diversas transformações no campo da produção e reprodução social têm evidenciado os conflitos vinculados à separação entre casa, família e trabalho. A consolidação do capitalismo industrial contribuiu para a definição de papéis sociais distintos para homens e mulheres. Para eles, o trabalho remunerado; para elas, a criação dos filhos e atividades relacionadas ao âmbito do lar. As mulheres assumiram as responsabilidades pela manutenção da casa e da família, fato naturalizado como responsabilidade exclusiva delas. Segundo Iasi (2007), o reconhecimento do trabalho doméstico como uma atividade inerente às mulheres foi engendrado no processo social e histórico de divisão social do trabalho e em respeito à sociedade.

Para Gama (2014), a abordagem assumida a partir da divisão sexual do trabalho em termos de relações de classe e entre os sexos permite a apreensão do desenvolvimento de uma

conceituação ampla do trabalho, compreendido como atividade remunerada e atividade desenvolvida na esfera doméstica.

Assim, trabalho e família constituem-se, aparentemente, como duas esferas regidas por lógicas distintas — uma pública e outra privada — mas que, no entanto, se afetam mutuamente. As pessoas precisam trabalhar para satisfazer suas necessidades econômicas e pessoais e, ao mesmo tempo, cuidar da família e desempenhar tarefas domésticas não remuneradas em seus lares. O uso do tempo, na maioria das vezes escasso, torna a relação entre essas duas esferas tensa e conflituosa.

Ao partir para uma análise mais contemporânea, verifica-se que as atuais condições em que se operam o trabalho remunerado⁷ e o trabalho não remunerado,⁸ a crescente participação feminina no mercado de trabalho junto com a retração do Estado na provisão de políticas sociais de caráter universal agudizam a problemática do conflito entre trabalho e responsabilidades familiares.

As reduzidas possibilidades de conciliação entre essas esferas — denominadas como trabalho produtivo e trabalho reprodutivo — geram conflitos no interior das famílias, repercutindo de maneira significativa na vida de homens e mulheres e, conseqüentemente, na estruturação de serviços e políticas públicas.

Uma vez que a relação entre as esferas da produção e reprodução social encontram-se em permanente tensão, sugere-se pensar a categoria trabalho a partir de uma concepção reflexiva inerente ao processo de relações sociais.

2.1 TRABALHO E RELAÇÕES SOCIAIS

A argumentação aqui desenvolvida sustenta que o trabalho continua a ser o eixo fundamental da sociabilidade humana. O processo de transformações do trabalho é histórico e constante.

Marx caracteriza o trabalho, de um ponto de vista mais geral, como a interação entre o homem e a natureza, com o objetivo de transformar a natureza nos bens necessários à sobrevivência do homem. Gama (2014, p. 30) complementa: “não

⁷ Entende-se por trabalho remunerado toda atividade econômica remunerada vinculada ao mercado de trabalho.

⁸ O trabalho não remunerado é aquele desenvolvido nas famílias, especialmente pelas mulheres. Engloba o trabalho doméstico, o trabalho do cuidado e o trabalho de relação, que não gera, em primeira instância, valor monetário.

apenas o trabalho que transforma a natureza, como também aquele que transforma o próprio ser humano”. Assim, ambos são o verso e o reverso da sociabilidade humana.

A concepção de trabalho como fundador da sociabilidade humana implica o reconhecimento de que as relações sociais construídas por homens e mulheres se assentam no trabalho como fundamento da própria reprodução da vida. Nesse sentido, Gama (2014) aponta que, por meio de tal atividade, se produzem os bens e as relações sociais para dar conta das necessidades humanas. Tais necessidades são também de afeto, de cuidado, de proteção — ou seja, de uma constituição do singular subjetivo.

Marx caracteriza o trabalho como uma interação do homem com o mundo natural, de tal modo que os elementos deste último são conscientemente modificados para alcançar um determinado propósito. Assim, o trabalho é a forma pela qual o homem se apropria da natureza a fim de satisfazer suas necessidades.

Em seus elementos simples, o trabalho é aquele produtor de valores de uso, pois

[...] a existência [...] de cada elemento da riqueza material não existente na natureza, sempre teve de ser mediada por uma atividade especial produtiva, adequada a seu fim, que assimila elementos específicos da natureza a necessidades humanas específicas. Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana (MARX, 1985, p. 50).

Na interpretação de Marx (2013), o modo de produção capitalista impõe uma forma particular de efetivação do trabalho mediante a conversão de todas as esferas da sociabilidade humana em processos apropriados pelo capital e transformados em mercadorias. Nesse contexto, Gama (2014) reflete que tais balizamentos convertem a ação laborativa em atividade que produz uma sociabilidade alienada, pois é exercida com a finalidade da mercantilização.

Ao buscar os aportes teóricos de Marx, apreende-se que a reprodução das relações sociais não se restringe à reprodução viva da força de trabalho e dos meios de produção. Não se trata, portanto, de uma reprodução apenas material em seu sentido mais amplo, mas se refere à reprodução das forças produtivas e das relações de produção em sua inteireza, envolvendo também, conforme afirma Yamamoto (1982), a reprodução das formas de consciência social.

Dialogando com Lefebvre (1977), entende-se que a reprodução das relações sociais pode ser compreendida como a reprodução da totalidade do processo social ou, em outras palavras, a reprodução de determinado modo de vida que envolve o cotidiano da vida em sociedade.

Para Lukács (*apud* ANTUNES, 2009, p. 136), o trabalho apresenta-se como uma protoforma do ser social: “Assim, o trabalho constitui-se como categoria intermediária que possibilita o salto ontológico das formas pré-humanas para o ser social”. A sociabilidade é então originada a partir do ato laborativo, e o trabalho coloca-se como um processo de humanização. Para esses autores, a principal diferenciação dos homens para com os animais é a capacidade de planejar previamente na sua consciência a atividade a ser realizada. O trabalho torna-se, então, categoria central para a existência do ser social, já que é por meio dele que se dá a realização das necessidades, da busca da produção e reprodução da vida em sociedade. Com isso, a consciência humana coloca-se como atividade autogovernada. O trabalho apresenta-se como mediação entre a esfera da necessidade e a sua realização.

Em “A Ideologia Alemã”, Marx e Engels (1999) apontam como primeiro ato histórico dos homens a produção dos meios de vida. Para esses autores, o que os indivíduos são depende das condições materiais de sua reprodução. Nesse sentido, as relações sociais são formadas a partir das relações de produção. À medida que se desenvolveu a divisão do trabalho, novas relações sociais foram estabelecidas. Para Marx e Engels (1999), a produção das ideias da consciência dos homens está diretamente relacionada com a vida material.

O primeiro pressuposto de toda a existência humana, portanto de toda a história, é que os homens devem estar em condições de viver para “fazer história”. Mas para viver é preciso antes de tudo, comer, beber, ter

habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que produzem essas necessidades, a produção da própria vida material, de fato este é um ato histórico [...] que ainda hoje [...] deve ser cumprido todos os dias e todas as horas, simplesmente para manter os homens vivos (MARX, ENGELS, 1999, p. 39).

Satisfeitas as primeiras necessidades, outras são produzidas. A condição que interfere no desenvolvimento histórico dos homens, por renovar a própria vida cotidianamente, é a procriação, da qual surgem os filhos e a família (MORAES, 2015).

Sendo o trabalho eixo central na mediação entre homem e natureza na produção dos meios de subsistência e valores de uso e para a manutenção da força de trabalho, a explanação de tal categoria é fundamental, pois dá sustentação a este estudo.

Na sequência, serão desenvolvidas algumas considerações sobre os processos de produção e reprodução social enfatizando que o trabalho de reprodução deve ser considerado essencial para a manutenção da vida em sociedade.

2.2 PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL: UMA ARTICULAÇÃO NECESSÁRIA

No seio de toda transformação social coexistem uma produção social de bens e uma produção social de seres humanos. Embora distintas, estão sempre relacionadas uma à outra. Compreendidas dessa forma, produção e reprodução constituem-se como elementos indissociáveis (GAMA, 2012).

Conforme Pateman (1993), o advento de produção capitalista subverte as condições de produção material mas também as condições de produção de seres humanos. Esse modo de produção enseja uma nova concepção de trabalho e de reprodução social: o trabalho como uma atividade que pode ser objetificada, mediada pela relação de assalariamento que se desenrola pela apropriação do tempo do assalariado pelo capitalismo constituindo interesses de distintas classes sociais. Para o autor, essa relação de assalariamento também estabelece uma série de alterações na relação entre produção e reprodução

social, tais como o contrato sexual, a invisibilidade do trabalho reprodutivo, o *status* inferiorizado das mulheres e a natureza e o teor das relações familiares. Nessa perspectiva, essas esferas passam a ser vistas e interpretadas como unidade de consumo, subsumidas e separadas de maneira desigual, de forma que a produção tenha mais importância que a reprodução social (GAMA, 2014).

Para Mioto (2017), o debate sobre reprodução social tem sido bastante complexo, em razão das distintas interpretações dadas a ele. O termo reprodução social, no contexto marxista, associa-se à reprodução da própria sociedade, ou seja, está relacionado à reprodução da totalidade social que envolve o cotidiano da vida social em todas as suas esferas. Assim, configura-se como um processo que se enraíza e circula por todas as instituições sociais onde o Estado tem papel decisivo pelo controle das forças repressivas e pela gestão de políticas assistenciais que incidem sobre a classe trabalhadora.

Mioto (2017), referenciando Silva (2016), destaca a diferença dessa concepção de reprodução social e aquela gestada pelos estudos feministas marxistas que partem da compreensão de que reprodução social está associada prioritariamente à manutenção e reprodução da vida, em nível diário e geracional. Nessa concepção, a reprodução social implica a forma por meio da qual se organiza socialmente o trabalho físico, mental e emocional necessário à manutenção e reprodução da vida, ou seja, a questão da reprodução social está diretamente ligada ao trabalho, mais especificamente ao trabalho não remunerado, desenvolvido no interior das famílias, especialmente pelas mulheres.

Esse debate constitui-se elemento importante para a compreensão da família no processo de provisão de bem-estar social, considerando o trabalho realizado pela família como fundamento para a compreensão do processo de reprodução social.

No presente estudo, partimos dessa perspectiva que situa a centralidade do trabalho familiar⁹ para a reprodução social.

Para Gama (2012), a mercantilização da vida social atinge dimensões distintas: no âmbito da produção, a extração de mais

⁹ O trabalho familiar compreende o conjunto de atividades desenvolvidas pela família no processo de provisão de bem-estar social e abrange as tarefas domésticas; o cuidado de seus membros, especialmente os dependentes e os investimentos que ela tem de fazer no campo das relações com outras instituições que dela exigem energia, tempo e habilidades (SARACENO; NALDINI, 2003).

valor e, no âmbito da reprodução social, a produção indireta de mais valor pela não mercantilização do trabalho doméstico realizado gratuitamente pelas mulheres no interior das famílias. Nessa direção, a autora esclarece:

A família e o Estado são mecanismos indiretos de produção de mais-valia pela divisão do custo social de exploração da força de trabalho. Na família, este custo é invisibilizado, naturalizado socialmente e absorvido iminentemente pelas mulheres. O preço de mercado da força de trabalho, portanto, é constituído pela parte paga da extração da mais-valia e pela parte não paga produzida pelo trabalho doméstico não remunerado das mulheres. Este participa da produção de valor pelo seu papel na produção da força de trabalho, bem como no seu papel socializador na sociabilidade capitalista. [...] Ademais, outro elemento de carácter ideológico se apresenta, que é a noção do trabalho doméstico não remunerado concebido como oposto da objetificação. Essa noção está ligada às relações afetivas no interior da família e baseada na disponibilidade de tempo das mulheres. Sendo a forma privilegiada de expressão do “amor” na esfera dita “privada”, os gestos repetitivos e os atos cotidianos de manutenção do lar, da saúde e da educação de crianças, idosos e doentes são naturalizados e atribuídos às mulheres (GAMA, 2012, p. 151–152).

O trabalho não remunerado é composto por toda uma gama de atividades que garantem a reprodução social do sistema. Sobre isso, Iasi (2007, p. 126) afirma: “[...] o trabalho doméstico, numa sociedade capitalista e em se tratando de famílias proletárias, é um serviço que gera parte do valor que comporá a força de trabalho”. Desse modo, o trabalho doméstico realizado no interior das famílias contribui para a manutenção e reposição diária do trabalhador.

De acordo com Gelinski e Pereira (2005), a discussão sobre o trabalho doméstico familiar iniciou-se baseada em dois pontos:

o primeiro, relacionado à conceituação sobre sua natureza e as relações com o modo de produção capitalista, e o outro, sobre a posição de classe das mulheres e sua relação com o movimento socialista. Na mesma direção Miotto (*apud* MEIL, 2004) indica que o debate sobre o trabalho doméstico, na teoria social de Marx, debruçou-se sobre dois aspectos: um relacionado à natureza desse trabalho — produtivo e improdutivo —, e o outro, que diz respeito à afirmação do trabalho doméstico como um modo específico de produção e suas relações com o modo de produção capitalista. Esse debate coloca a família como unidade de produção de bens e serviços fundamentais para o bem-estar individual e dos membros da unidade familiar, contrapondo-se à ideia hegemônica no campo econômico de que a família é apenas unidade de consumo e de oferta de força de trabalho.

Concordamos ao reconhecer que, na relação entre família e políticas públicas, a família sempre desempenhou papel significativo na garantia de proteção social de seus membros. Pode-se dizer que, em muitos casos, a família é a única possibilidade de proteção, dada a baixa cobertura da intervenção do Estado.

A relação entre Estado e família bem como a intervenção do Estado sobre a família são compreendidas neste estudo como sobrecarga de deveres e responsabilidades, dando ênfase ao trabalho realizado na família e pela família e na insistência de sua naturalidade e não remuneração.

Para Gelinski e Pereira (2005), ignorar o trabalho não remunerado realizado no interior das famílias cria distorções quanto à avaliação da real capacidade produtiva de um país e reforça o descaso para com aqueles que o executam, mulheres em sua grande maioria.

As concepções econômicas convencionais, assim como as estatísticas nacionais utilizadas para o desenho das políticas macroeconômicas, não consideram e nem contabilizam o universo da economia do cuidado não remunerado, em consequência do fato de ela não estar orientada para o mercado. Sendo o fruto desse trabalho praticamente invisível, ele também não é objeto de políticas públicas, e a inclusão das necessidades daqueles que o efetuam na elaboração dos orçamentos públicos é praticamente inexistente (GELINSKI, PEREIRA, 2005).

A partir da compreensão dos processos de produção e reprodução social, pode-se apreender o conflito que se estabelece

entre essas duas esferas e destacar a necessidade de romper com uma lógica de separação entre o mundo do trabalho e o mundo privado (família). Sendo assim e concordando com Gama (2014), partimos da perspectiva de que produção e reprodução da vida social constituem-se momentos diferenciados, mas não autônomos, de uma mesma forma social (GAMA, 2014).

Existe no campo das ciências sociais uma distinção para o entendimento das relações sociais de produção e reprodução — que conceitua o trabalho produtivo como aquele que produz riqueza e está intrinsecamente ligado à extração de mais-valia — e a acumulação de capital. O trabalho reprodutivo, por sua vez, é classificado como aquele ligado aos serviços que estão relacionados à reprodução da força de trabalho (FURNO, 2015).

Ao longo dos tempos, as sociedades privilegiaram os estudos acerca do trabalho produtivo, ou seja, deixaram em segundo plano o trabalho considerado como não mercantil. Desta feita, instaurou-se um pensamento, quase hegemônico, de que o trabalho reprodutivo era aquele que não gerava valor.

Neste estudo, não compartilhamos essa perspectiva, mas nos ancoramos na ideia de que o trabalho reprodutivo configura-se como categoria fundamental para manutenção e reprodução do modo de produção de capitalista. Para tanto, parte-se da constatação de que as atividades domésticas, realizadas de maneira gratuita no interior das famílias, realizadas geralmente por mulheres, e que não geram, em primeira instância, valor monetário, produzem as condições materiais para a realização do trabalho produtivo.

Gama (2012) reforça que a reprodução da força de trabalho no modo de produção capitalista está ancorada no trabalho realizado na família e pela família, uma vez que ela atua como dispositivo de produção de mais-valia a partir do trabalho doméstico não contabilizado.

Nesse contexto, o trabalho privado de reprodução realizado pela família, especialmente pelas mulheres, faz-se imprescindível tanto para a manutenção da força de trabalho como para a própria vida. Porém, apesar da importância da esfera familiar na sustentação do desenvolvimento capitalista e do fato de ela arcar com os custos da reprodução, “insiste-se na naturalização do trabalho não pago desenvolvido no âmbito da família e, conseqüentemente, na sua invisibilidade” (MORAES, 2015, p.15).

Sabendo que o ponto de partida teórico-metodológico para entender a relação entre produção e reprodução social consiste na compreensão de que essas duas dimensões, no modo de produção capitalista, são indissociáveis e estão em permanente conflito, e que a natureza desse conflito se modifica historicamente e, ao constatar que não há no Brasil uma política direcionada à conjugação das necessidades laborais e familiares, pauta-se a necessidade de aprofundamento desse debate.

Acredita-se que instigar essa reflexão no campo do Serviço Social é urgente, pois os assistentes sociais se defrontam cotidianamente com os conflitos gerados nas relações entre o mundo do trabalho e o mundo da família. A discussão qualificada dessa questão é fundamental, considerando o projeto ético-político da profissão comprometido com as demandas da classe trabalhadora. Além disso, vale lembrar que as contradições entre capital e trabalho constituem a gênese da questão social e merecem atenção permanente.

A questão do compartilhamento das responsabilidades pelas atividades de reprodução social torna-se, assim, um tema relevante a ser tratado no espaço do Estado, uma vez que fica cada vez mais evidente a insustentabilidade de um modelo no qual cabe às famílias e, mais especificamente às mulheres, a responsabilidade pelo trabalho reprodutivo. Considerando que o trabalho familiar constitui parte fundamental da economia, a questão da visibilidade/invisibilidade do trabalho doméstico não é só estatística, mas teórica e política (PICCHIO, 1994).

2.3 OS ESTUDOS SOBRE O USO DO TEMPO E AS DESIGUALDADES DE GÊNERO

Os usos que damos ao tempo não são iguais, e a maneira como mulheres e homens ocupam o tempo reflete as desigualdades de gênero que existem na nossa sociedade. Neste item, pretende-se apresentar alguns elementos de reflexão sobre trabalho, família e os usos do tempo na dinâmica da sociedade capitalista. Parte-se da perspectiva teórica que reconhece as relações de gênero como intrínsecas às relações entre homens e mulheres no interior das famílias. Considera-se a importância de dar visibilidade ao trabalho familiar não remunerado como mecanismo de proteção social. Sugere-se que as pesquisas sobre o uso do tempo podem contribuir para a definição de estratégias

e políticas públicas que deem suporte para homens e mulheres e lhes proporcionem maior qualidade de vida, atuando no sentido de promover uma sociedade mais igualitária.

2.3.1 Configurações da divisão sexual do trabalho

A abordagem assumida a partir da divisão social do trabalho, em termos de relações de classe e entre os sexos, permite desenvolver uma conceituação ampla do trabalho, compreendido como atividade remunerada e atividade desenvolvida na esfera doméstica (GAMA, 2014). A apreensão dessa abordagem permite a análise das interdependências que marcam o processo histórico de separação/articulação da produção e reprodução social, assim como a permanente transformação do trabalho assalariado e das mudanças nas famílias. Dessa forma, exige-se nova compreensão das relações com o trabalho e das formas que essas relações assumem, assim como seus modos de organização, seu papel e suas funções.

A expressão “divisão social do trabalho” tem sido usada por Marx (1818–1883) para designar a especialização das atividades presentes em todas as sociedades complexas. Nessa lógica, designa a divisão social do trabalho em atividades, ou ramos de atividades, necessárias à reprodução da vida. Para Marx (1982), a divisão social do trabalho diz respeito ao caráter específico do trabalho humano.

“A divisão social do trabalho é aparentemente inerente característica do trabalho humano tão logo ele se converte em trabalho social, isto é, trabalho executado na sociedade e através dela” (BRAVERMAN, 1981, p. 71–72). A produção da vida material e o aumento da população geram relação entre os homens e divisão do trabalho. Os vários estágios da divisão do trabalho correspondem às formas de propriedade da matéria, dos instrumentos e dos produtos do trabalho verificados em cada sociedade, nos diversos momentos históricos (MARX, 1982).

A divisão do trabalho sempre existiu. Inicialmente, dava-se pela divisão sexual, de acordo com a idade e vigor corporal. Com a complexidade da vida em sociedade e o aprofundamento do sistema de trocas entre diferentes grupos e sociedades, identifica-se a divisão do trabalho em especialidades produtivas, designada pela expressão “divisão social do trabalho”.

Dentro da lógica da organização social do capitalismo e conforme dito anteriormente, a relação entre as esferas da produção e reprodução social estão em permanente tensão. Essa tensão torna-se conflituosa quando inserimos a dimensão de gênero nas análises sobre o fenômeno.

Para compreender melhor esse fenômeno, torna-se necessária uma breve explanação sobre a categoria “divisão sexual do trabalho” — que diz respeito à divisão de atribuições, tarefas e lugares sociais para mulheres e homens, decorrentes das relações sociais de sexo. Essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade e tem por característica a destinação prioritária dos homens a atividades produtivas (ocupações de forte valor social agregado, como comércio, indústria, empreendimentos e na política), e a mulheres, a esfera reprodutiva (atividades relacionadas a cuidados e afazeres domésticos).

Embora a divisão sexual do trabalho tenha sido objeto de trabalhos precursores em diversos países, foi na França, no início dos anos 1970, sob o impulso do movimento feminista, que surgiu uma onda de trabalhos que rapidamente assentariam as bases teóricas desse conceito. Primeiro, na Etnologia; depois, na Sociologia e na História (HIRATA, KERGOAT, 2007). Houve a tomada de consciência de que uma enorme massa de trabalho é efetuada gratuitamente pelas mulheres e, ainda, que esse trabalho é invisível e não realizado para elas mesmas, mas sim em nome da natureza, do dever e do amor materno.

Conforme Hirata e Kergoat (2007), a divisão sexual do trabalho pode ser caracterizada como

[...] uma forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; ou mais do que isso, constitui-se como fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos (HIRATA, KERGOAT, 2007).

Para as autoras, essa forma é modulada histórica e socialmente e tem como características a designação prioritária dos homens para a esfera produtiva e das mulheres para a reprodutiva. Sob a ótica vigente da divisão sexual do trabalho, são complementares a tradicional atribuição à mulher das responsabilidades sobre a administração doméstica e o cuidado

dos filhos, e a atribuição ao homem das responsabilidades no âmbito público e o mundo do trabalho (MONTALI, 2012).

Faria (2011) aponta que há dois princípios organizadores da divisão sexual do trabalho. Um deles é a separação, ideia que separa o que é trabalho de homens e de mulheres. O outro seria a hierarquia, que considera o trabalho dos homens valendo mais do que o das mulheres.

Nessa perspectiva, Hirata e Kergoart (2007) concordam ao afirmar que esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas e são legitimados pela ideologia naturalista. No entanto, isso não significa afirmar que a divisão sexual do trabalho seja um dado imutável. Para essas autoras, as modalidades concretas da divisão sexual do trabalho variam conforme o tempo e espaço.

Assim, estudar e pensar essa categoria implica

1. Mostrar que as desigualdades entre homens e mulheres são sistemáticas; e 2. Articular essa descrição do real como uma reflexão sobre os processos pelos quais a sociedade utiliza essa diferenciação para hierarquizar as atividades e os sexos, em suma, para criar um sistema de gênero (HIRATA, KERGOART, 2007, p. 97).

Para Gama (2012), a teorização em termos da divisão sexual do trabalho implica apreender as práticas sexuadas como construções sociais. Nesse ângulo, configuram-se como relações sociais historicamente dadas. Assim, se seus princípios organizadores permanecem os mesmos, as suas modalidades (concepção de trabalho reprodutivo, lugar das mulheres no mercado de trabalho, etc.) variam no tempo e no espaço.

Sendo assim, problematizar em termos de divisão sexual do trabalho não implica um pensamento determinista, mas ao contrário: “trata-se de pensar a dialética entre o que muda e o que permanece, pois se supõe trazer à tona os fenômenos da reprodução social, o que implica estudar deslocamentos e novas configurações que tendem a questionar ou agudizar a existência dessa divisão” (KERGOAT, 2009, p. 67).

Em suas análises, Gama (2012) aponta que numerosos estudos antropológicos mostraram que a designação prioritária dos homens para a produção e das mulheres para reprodução não

data do capitalismo. Conforme a autora, essa diferença dos sexos na produção e reprodução traduz uma divisão sexual que estrutura as relações entre os sexos sobre uma base tanto política quanto econômica. No entanto, essa diferença não significa necessariamente desigualdade, pois

Anterior ao capitalismo, a família tinha papel fundamental na organização da produção e da reprodução e homens e mulheres participavam de ambas as esferas. Desta ótica, a valorização diferencial e a crescente feminização da esfera da reprodução tomam uma nova dimensão a partir da organização do trabalho remunerado nos moldes capitalistas (GAMA, 2012, p. 27–28).

Assim, as relações de gênero, tomadas como relações sociais baseadas numa relação hierárquica e de dominação entre os sexos, encontram-se em permanente conflito ao se considerar a divisão sexual do trabalho no modo de produção capitalista.

Diante dessa constatação, pode-se utilizar a forma social “família”, para observar algo presente em nossa sociedade. A família é, ao mesmo tempo, espaço de expressão das relações de gênero e espaço de interação social que vai reproduzir e dinamizar essas relações.

Dialogando com os autores acima referenciados, entende-se, portanto, que as relações de gênero não são categorias imutáveis, a-históricas, fixas, mas devem ser pensadas em uma visão de totalidade que compreenda a diversidade e a complexidade das práticas sociais masculinas e femininas no interior das relações sociais mais amplas, as quais envolvem, além do gênero, as relações de classe social, de raça e etnia como elementos fundantes para a explicação da realidade social.

Fundar análises sobre o trabalho e sobre a família significa se aproximar da sua variabilidade e das suas novas configurações numa perspectiva global. Essa visão das relações sociais possibilita compreender a natureza das questões que incidem sobre a divisão sexual do trabalho.

2.3.2 O uso do tempo e as desigualdades de gênero

Para Ramos (2009), a análise dos chamados usos do tempo — que contemplam como as pessoas empregam e distribuem seu tempo em diversas atividades — pode elucidar importantes formas de manifestação das desigualdades de gênero e raça.

Para essa autora, a perspectiva de gênero supõe que a distribuição do trabalho não remunerado intradomiciliar é explicada pela maneira como se estabelecem as relações de gênero a partir da divisão sexual do trabalho, segundo a qual — e conforme exposto anteriormente —, reserva ao homem o trabalho remunerado e a participação na esfera pública de maneira geral, e à mulher, as atividades domésticas na esfera do privado. Ramos (2009) reforça que “não é possível entender a distribuição de trabalho não remunerado em âmbito intradomiciliar nem tampouco a divisão entre ocupações femininas e masculinas no mercado de trabalho sem recorrer à literatura que trata de como se estruturam as relações sociais de gênero” (RAMOS, 2009, p. 864).

Scuro (2017) concorda ao afirmar que historicamente a divisão sexual do trabalho se expressou quando os homens tomaram conta do mundo público além do mundo da política, do mundo da economia tradicional e do mundo da guerra, e as mulheres, ao tomarem conta do mundo privado, sendo boas para o afeto, para o cuidado e para as tarefas domésticas. Para a autora, essa reflexão apresenta uma forma de ver os homens e as mulheres como provedores e cuidadores, configurando-se como eixo central para a discussão de políticas públicas na área de famílias.

Dessa maneira,

O Estado e as políticas públicas assumem que têm alguém que trabalha de forma remunerada, que têm alguém que vai para o mercado para trazer o dinheiro para casa e que têm alguém que toma conta da reprodução; que administra parte desse dinheiro que chega em casa; que faz as compras; que decide se as crianças colocam moletom ou não; que faz a tarefa escolar com as crianças; que toma conta

dos velhos da família (SCURO, 2017, p.26).

Até nos países com mais avanços na área de proteção social, essa estrutura de papéis entre homem provedor e mulher cuidadora está presente.

Na América Latina, segundo Esping-Andersen (2000), tivemos e ainda temos diferentes formas de Estado de Bem-Estar, caracterizados por uma presença muito reduzida do Estado, onde as pessoas têm que se virar para conseguir renda e cuidado. Existe um conceito presente onde predomina a concepção de que o homem tem que ir para o mercado de trabalho e de que a atividade das mulheres ainda é tomar conta do lar e da população dependente das famílias.

Esse debate fornece duas chaves importantes para discutir a temática deste estudo. A primeira está no reconhecimento do trabalho no âmbito da reprodução, e não apenas no campo da produção. Nesse sentido, a definição de trabalho adotada pela OIT em outubro de 2013 muda totalmente a forma de medir o trabalho nos países ao caracterizar o trabalho como “toda atividade para produzir bens e serviços, independentemente do que seja formal ou informal, e que se produza nas empresas ou nas casas”. O trabalho pode ser feito por adultos ou crianças, pode ser remunerado ou não remunerado, assim como pode ser realizado em qualquer unidade econômica.

A segunda chave explicita a variável tempo que aparece como a forma para medir quanto as pessoas de uma sociedade trabalham de maneira remunerada ou não. O tempo se torna categoria central para essa nova medição de trabalho, porque tem relação com todo o conjunto de atividades que as pessoas fazem diariamente.

Para entender como as desigualdades de gênero em termos sociais, econômicos e políticos produzem diferenças em relação aos usos do tempo, é preciso, entre outras variáveis, levar em conta as que são relativas à composição familiar, à estrutura do mercado de trabalho, à disponibilidade de oferta de trabalho doméstico assalariado, ao regime de políticas públicas predominantes, ao padrão de distribuição de renda e riqueza (AMMASSARI, 2000).

Deve-se considerar que

[...] os usos do tempo por homens e mulheres são, em grande medida,

constrangidos por sua inserção social em termos de gênero, raça e classe e, como tal, são relativamente estáveis. Ao lado disso, têm-se, também, os arranjos institucionais formais e informais, que constroem os usos do tempo e induzem à permanência das desigualdades de gênero. Esses arranjos variam entre sociedades e mudam ao longo do tempo, mesmo que de forma lenta e gradual, não se completando no intervalo de apenas uma ou duas gerações (RAMOS, 2009, p. 865).

Ramos (2009) aponta que, na atualidade, o foco central das investigações do uso do tempo na área de gênero tem sido o trabalho não remunerado — em razão da relevância do tema para agenda feminista, que tem procurado dimensionar o tempo dedicado a ele —, realizado majoritariamente por mulheres e traduzi-lo em termos econômicos para evidenciar sua magnitude.

Mioto (2017) reflete que o debate sobre a reprodução social gestada pelos estudos feministas marxistas parte do entendimento que reprodução social se refere à manutenção e reprodução da vida, em nível diário e geracional. Nessa conceituação mais precisa, a reprodução social implica na forma por meio da qual se organiza socialmente o trabalho físico, mental e emocional necessário para manutenção e reprodução da vida, ou seja, a reprodução social está diretamente associada ao trabalho e, mais especificamente, à reprodução da força de trabalho e ao trabalho não remunerado desenvolvido na família, especialmente pelas mulheres.

Ao lançar luz sobre o trabalho não remunerado, as análises de usos do tempo têm pretendido explicitar o quão importante são as executoras desse trabalho para a provisão de bem-estar social e quais são as consequências da dedicação ao trabalho não remunerado, principalmente em termos de perda de autonomia, escassez de tempo, pobreza e falta de acesso aos espaços sociais e aos direitos em geral.

A partir do exposto, pauta-se a necessidade de conceituar e distinguir os diferentes tipos de trabalho não remunerado.

2.3.3 Trabalho doméstico, trabalho do cuidado e trabalho familiar

Conforme Gama (2014), o trabalho doméstico, em uma definição ampla, pode ser considerado um conjunto de atividades relacionadas ao cuidado das pessoas e que são executadas no contexto da família ou domicílio. Esse trabalho, realizado de maneira gratuita, é executado essencialmente por mulheres. Demanda habilidades, conhecimentos, meios de produção particulares para a realização de cada um de seus produtos. Envolve o cuidado com os filhos e dependentes, as tarefas domésticas, como a limpeza da casa, preparo das refeições, entre outras atividades fundamentais para garantia da reprodução humana.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios — PNAD (IBGE, 2010) define como afazeres domésticos a realização de tarefas no domicílio de residência, tais como arrumar ou limpar toda a parte da moradia; cozinhar ou preparar alimentos; passar roupa; lavar roupa ou louça, utilizando ou não aparelhos eletrodomésticos para executar tarefas para si ou para outros moradores; orientar ou dirigir trabalhadores domésticos na execução das tarefas domésticas; cuidar de filhos ou menores moradores e limpar o quintal ou terreno que circunda a residência. Assim, a categoria “afazeres domésticos” abriga uma ampla gama de atividades, nem sempre detalhada nos levantamentos oficiais.

Para Iasi (2007), o trabalho doméstico é uma forma particular de trabalho que produz valor. Para ele, embora o trabalho doméstico não seja produtor de mais-valia, ele também não é apenas produtor de valores de uso.

Mioto (2017) reconhece que a discussão sobre o trabalho doméstico centrou-se também sobre as categorias trabalho produtivo e trabalho reprodutivo, porém, com o aprofundamento dos estudos sobre o trabalho na esfera doméstica, fortaleceu-se a utilização da nomenclatura de trabalho remunerado ou pago e trabalho não remunerado ou não pago. Essa opção, proposta por Beneria (1999), vincula-se a fatores de ordem prática e conceitual ao se considerar que uma parte crescente do trabalho reprodutivo se transforma em trabalho remunerado quando as sociedades se mercantilizam e, por outro lado, o trabalho doméstico tem componentes que não podem ser considerados como estritamente reprodutivos, ainda que sejam atividades que contribuam para a

reprodução da força de trabalho, como no caso dos lares sem crianças. Destaca também que o conceito de trabalho remunerado permite incluir atividades que, em sentido estrito, não são reprodutivas, como o trabalho de reparações da casa e o trabalho comunitário.

Mioto (2017) destaca outro avanço relevante nesse debate: o processo de desagregação das atividades realizadas pela família, sobretudo entre trabalho doméstico e trabalho do cuidado. Para a autora, essa desagregação é importante, pois, além de dar maior visibilidade ao trabalho, permite inserir na pauta das políticas públicas quais atividades seriam possíveis de desfamiliarização¹⁰ e como seria possível realizá-las.

“Nesse contexto, ganha corpo a questão do cuidado que acabou se constituindo também num campo específico de produção teórica, denominado economia do cuidado (MIOTO, 2017, p. 20)”. De maneira geral o cuidado tem sido apresentado pelos estudiosos europeus como um conceito polissêmico, vinculado à reprodução e desenvolvido na família, e tem seguido diferentes tendências teóricas (LETABLIER, 2007 *apud* MIOTO, 2017).

Gama (2014) aponta que, em termos gerais, o cuidado pode ser compreendido como uma atividade feminina geralmente não remunerada, sem reconhecimento nem valoração social. Compreende tanto o cuidado material como o imaterial que implica um vínculo afetivo e emocional. Supõe vínculo entre quem presta e quem recebe cuidado.

Para a autora, o trabalho do cuidado inclui:

[...] (a) o cuidado direto às pessoas como alimentá-las e limpá-las; (b) o cuidado indireto onde uma pessoa é responsável por e supervisiona as necessidades de cuidado de uma pessoa, mas sem interagir diretamente e (c) serviços de suporte tais como cozinhar e limpar que provê as condições para o cuidado mais direto. (...) O trabalho do cuidado pode ser

¹⁰ Para Esping-Andersen (2000) a desfamiliarização pressupõe a redução das dependências familiares em relação à proteção e ao bem-estar. Dessa forma, quanto menor o grau de familiarização, maior a capacidade de as mulheres realizarem escolhas individuais sobre se mercadorizarem ou não.

remunerado e não remunerado (GAMA 2004 *apud* RAZAVI; STAAB, 2008, p.5).

Aguirre (2007) classifica o cuidado em duas categorias: o cuidado proporcionado a crianças e adolescentes — em que, junto com a obrigação, há uma fonte de gratificação — e o cuidado que se destina àqueles portadores de enfermidades, crônicas ou agudas, denominado de cuidado assistencial.

Carloto (2015) aponta que há uma dimensão comum aos estudiosos do tema, que tem sido a questão de dar visibilidade à dimensão emocional e afetiva dos cuidados. Para a autora, estabelece-se um vínculo emocional entre o que cuida e o que recebe cuidados, um vínculo pelo qual o indivíduo que propicia os cuidados se sente responsável pelo bem-estar do outro e faz um esforço tanto emocional quanto físico para poder cumprir essas responsabilidades. Assim, o cuidado é resultado de inúmeros atos pequenos e sutis, conscientes ou inconscientes que não se pode considerar que sejam realizados de forma natural ou sem esforços.

Razavi e Staab (2008) diferenciam o trabalho não remunerado e o trabalho do cuidado. Ao desenvolverem uma análise socioeconômica, assim definem o trabalho do cuidado:

Trabalho do cuidado — inclui: (a) o cuidado direto às pessoas, como alimentá-las e limpá-las; (b) o cuidado indireto onde uma pessoa é responsável por e supervisiona as necessidades de cuidado de uma pessoa, mas sem interagir diretamente e (c) serviços de suporte, tais como cozinhar e limpar, que provê as condições para o cuidado mais direto. Aqueles com intensas necessidades de cuidado incluem crianças pequenas, idosos fragilizados e pessoas com variados tipos de doenças e incapacidades, também requerem e recebem cuidados. Cuidados diretos e indiretos algumas vezes são vistos como separados de outras atividades que proveem as condições para o cuidado pessoal, tais como a preparação de refeições, as compras, lavar roupas e limpar a casa (trabalho doméstico). Porém, tais fronteiras são arbitrárias, especialmente se as pessoas que necessitam

de cuidado intensivo são incapazes de realizar tais tarefas. O trabalho do cuidado pode ser remunerado ou não remunerado (RAZAVI, STAAB, 2008, p. 5).

Para Carasco (2003 *apud* CARLOTO, 2015), é difícil distinguir o trabalho doméstico do trabalho de cuidados, já que, nos bens e serviços produzidos dentro do lar, é mais complicado separar os aspectos afetivo-relacionais da atividade em si, porque envolvem elementos pessoais, diferentemente dos bens mercantis.

Saraceno e Naldini (2003) trazem a concepção de trabalho familiar, ou seja, acrescenta-se a discussão de que o trabalho realizado no âmbito da esfera privada extrapola tudo aquilo que é definido como trabalho doméstico e trabalho do cuidado. Nesse sentido, as autoras apontam que há uma gama de atividades necessárias para a manutenção da reprodução, que vão além do preparo de alimentos, higiene e mesmo do cuidado com os dependentes. São as interlocuções e relações estabelecidas entre a família e outras instituições para a provisão de bem-estar de seus membros que precisam ser considerados. Nessa perspectiva, o trabalho familiar engloba o trabalho doméstico, o trabalho do cuidado, o trabalho de consumo — compra e preparação de alimentos —, o trabalho para o acesso aos serviços públicos e privados e o trabalho de relação. Incorpora ainda o gerenciamento da interface entre indivíduos, família e sociedade, passando pela rede de amigos e parentes, os serviços e o mercado de trabalho.

Ainda sobre o trabalho familiar, as autoras reforçam que essa categoria tem por objetivo:

Incluir todos os trabalhos necessários para a reprodução e criação cotidiana da família e dos indivíduos que a compõem: desde o trabalho doméstico em sentido estrito, ao trabalho de cuidados a familiares não autossuficientes por razões de idade ou invalidez, ao trabalho de consumo que não compreende apenas a compra e eventual transformação de bens, mas também o trabalho necessário para utilizar adequadamente os serviços públicos e privados que hoje constituem uma parte importante dos recursos

familiares até o chamado trabalho de relação. Este último refere-se à atividade de criação e manutenção das relações, de comunicação dentro da família, entre esta e a rede parental, bem como a família e cada um de seus membros e o sistema de serviços (SARACENO, NALDINI, 2003, p.277).

Essa categoria engloba todas as atividades realizadas para a manutenção da família e é central, pois vai além das atividades compreendidas no conceito de trabalho doméstico e de trabalho do cuidado, uma vez que leva em consideração as mediações realizadas na interlocução entre os espaços públicos e privados. A pertinência na utilização dessa nomenclatura associa-se ao fato de ela propor uma gama maior de atividades realizadas no âmbito familiar, dando ênfase ao tempo e ao esforço despendido pela família nas relações com as instituições. Esse último item é significativo no campo da política social, pois à família é delegado todo o processo administrativo de acessar e usufruir dos serviços sociais.

Outra questão relevante e que justifica a adoção dessa terminologia no presente estudo é o fato de que se refere ao trabalho não remunerado e porque vincula esse trabalho à família, ou seja, mesmo estando fortemente associado ao trabalho feminino, não se reduz somente a uma questão de gênero, uma vez que não envolve apenas as mulheres. Por esse motivo, a proposta aqui apresentada implica apreender como se estabelecem as desigualdades de gênero no interior das famílias e as relações que se estabelecem para compatibilizar as responsabilidades entre trabalho remunerado e trabalho não remunerado.

Acredita-se que a compreensão das características específicas das distintas dimensões do trabalho não remunerado contribui para o aperfeiçoamento dos instrumentos de captação do tempo dedicado às diferentes atividades e para a elaboração mais qualificada de análises que relacionem os usos do tempo com as percepções referentes ao exercício de cidadania social e política, com a mudança de papéis de gênero e com as relações de poderes estabelecidas no âmbito da família.

Essas definições implicam que as análises sobre as condições de vida das populações devem incluir não só bens e

serviços produzidos no âmbito da produção, ou seja, na esfera do mercado mas também dar visibilidade da real contribuição do trabalho familiar não remunerado.

No que se refere ao enfrentamento das desigualdades de gênero, Montali (2012) considera que os caminhos para superação passam, de um lado, pelas mudanças nas relações de gênero e nas atribuições domésticas e, por outro, por políticas sociais que possibilitem essa equidade. Para a autora, enquanto a mudança nas relações de gênero depende de um processo mais longo de desenvolvimento social, determinadas políticas sociais poderiam, de forma mais imediata, propiciar a conciliação entre família e trabalho e possibilitar uma inserção mais igualitária no mercado de trabalho.

Para Fontoura *et al.* (2010), a produção de informações detalhadas sobre desigualdades, especialmente entre homens e mulheres, no uso do tempo e para tarefas de cuidado, de trabalhos domésticos e reprodução social é essencial para o desenho de estratégias de ação que possam responder ao novo cenário demográfico e de participação feminina no mercado de trabalho e na vida pública.

Para ilustrar essas mudanças, na sequência apresentar-se-á uma revisão conceitual sobre família, ancorada no debate sobre a teoria social crítica, apresentando as configurações atuais das famílias brasileiras e seus distintos arranjos presentes na sociedade de classes.

2.4 MUDANÇAS NAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS: ALGUMAS REFLEXÕES

A perspectiva de família que orienta esta pesquisa está alinhada com a teoria social crítica, segundo a qual a família é condicionada historicamente, articulada com a sociedade e compreendida como uma unidade social complexa e contraditória, inserida numa sociedade de classes.

A família passa a ser considerada a partir de sua complexidade ao se considerar que

É construída e reconstruída histórica e cotidianamente, através das relações e negociações que estabelece entre seus membros, entre seus membros e outras esferas da sociedade e entre ela e outras

esferas da sociedade, tais como Estado, trabalho e mercado. Reconhece-se também que além de sua capacidade de produção de subjetividades, ela também é uma unidade de cuidado e de redistribuição interna de recursos (MIOTO, 2010, p. 167–168).

Bruschini, de acordo com Teixeira (2016, p. 29), destaca que o primeiro passo para estudar a família deve ser o de “dissolver sua aparência de naturalidade, percebendo-a como criação humana mutável em constante relação com a realidade social” (BRUSCHINI *apud* TEIXEIRA, 2016). Dessa forma, é impossível analisá-la desconectada de uma perspectiva de totalidade das formações econômico-sociais e de seu caráter não histórico. Portanto, a não naturalidade e a mutabilidade são características da família como instituição social.

Na presente pesquisa partimos da constatação de que a família não é uma instituição natural, podendo assumir configurações diversificadas em distintas sociedades ou no interior da mesma sociedade, conforme as classes e grupos sociais heterogêneos.

Dialogando com Teixeira (2016, p. 29) e referenciando Reis (1995, p. 2), percebe-se que “é impossível entender o grupo familiar sem considerá-lo dentro da complexa trama social e histórica que o envolve”. Isso porque a estrutura familiar é definida por uma complexa integração de fatores econômicos, sociais e culturais que nos remetem, de um lado, a uma determinação histórico-estrutural e, de outro, à forma específica de organização interna do grupo familiar.

Para Teixeira (2016), a determinação histórico-estrutural nos leva a observar a existência de uma variedade de modelos de família, de acordo com o tipo de formação socioeconômica ou os modos de produção, que instituem modelos hegemônicos. Como exemplo, podemos citar a família nuclear, na sociedade burguesa, que se difundiu para outras classes sociais e que comporta uma variedade de padrões internos, os quais diferenciam as famílias entre as classes e apresentam variações no interior de cada classe.

Nesse ponto de vista, pode-se considerar a família como

Uma síntese de múltiplas determinações sócio-históricas, econômicas e culturais constituindo uma totalidade dinâmica e contraditória; uma instituição social

historicamente condicionada, mas também dialéticamente articulada à estrutura social na qual está inserida (MIOTO, 1997 *apud* TEIXEIRA, 2016, p. 23–24).

Para Biroli (2014), a noção de família pode estar profundamente ligada a afetos e sentimentos de diferentes tipos. Segundo a autora, as experiências que temos das relações familiares são singulares, íntimas e fundamentais para a percepção de quem somos, ou seja, para a construção de identidades.

Falar em família implica também falar de uma realidade social e institucional, profundamente política tanto nos fatores que a condicionam quanto em seus desdobramentos.

Assim Biroli (2014) define a família:

Um conjunto de normas, práticas e valores que têm seu lugar, seu tempo e uma história. É uma construção social, que vivenciamos. As normas e ações que se definem no âmbito do Estado, as relações de produção e as formas de remuneração e controle do trabalho, o âmbito da sexualidade e afetos, as representações dos papéis sociais de mulheres e homens, da infância e das relações entre adultos e crianças, assim como a delimitação do que é pessoal e privado por práticas cotidianas, discursos e normas jurídicas, incidem sobre as relações na vida doméstica e dão forma ao que reconhecemos como família (BIROLI, 2014, p. 7).

Mészáros (2011) apresenta a família como um microcosmo reprodutor de desigualdades do sistema do capital. Sendo o menor de todos os microcosmos da reprodução, a família deve sempre proporcionar a reprodução biológica da espécie e a transmissão ordenada de propriedade de uma geração à outra, como espaço de reprodução e consumo.

Para Gelinski; Gutierrez e Moser (2015), inúmeras controvérsias cercam a definição de família. Compreendida do ponto de vista de suas formas e funções, ela ainda é um tema em construção. No campo das políticas públicas, há uma multiplicidade de conceitos que definem as famílias.

Sobre esse assunto, Araújo e Veiga (2017) confirmam que não há “família”, mas “famílias”, pois parte-se do pressuposto de que, no tempo e no espaço, essa instituição muda, seus membros resignificam o sentido de pertencimento, bem como os lugares afetivos e de parentesco, suas composições, estruturas hierárquicas e suas fontes e dinâmicas de autoridade e afeto.

Também não é possível falar de família sem se mencionarem as relações de gênero. Gênero compreendido como construção social do que significa ser homem e ser mulher na sociedade de classes — atribuindo habilidades, características e funções aos indivíduos conforme seu sexo. No presente estudo, parte-se da perspectiva teórica que reconhece as relações de gênero no interior das famílias, situando-as como um sistema de relações que definem de maneira muito distinta a vida e as oportunidades de homens e mulheres até mesmo dentro do mesmo arranjo familiar.

Arriagada (2007), ao discorrer sobre as estruturas familiares na América Latina, destaca que as famílias cumprem funções de apoio social e amparo diante das crises econômicas, do desemprego, da enfermidade e da morte de seus membros. Para a autora, a família como capital social é um recurso estratégico de grande valor, uma vez que, limitada a cobertura social em alguns países, atua como única instituição de amparo social diante de eventos traumáticos, seja na área da saúde, trabalho ou seguridade social. Além disso, é a instituição responsável por crianças, idosos, doentes e pessoas portadoras de necessidades especiais.

Como instituição social básica, a família não está alheia aos valores culturais e processos históricos e políticos de cada momento. Esses processos afetam seu funcionamento, e, além disso, os lares e as organizações familiares estão vinculados ao mercado de trabalho e à organização de redes sociais (ARRIAGADA, 2007).

No Brasil, as últimas duas décadas foram marcadas por mudanças no mercado de trabalho e na estrutura das famílias. Segundo a Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2016), a configuração das famílias¹¹ tem se modificado em razão da

⁵ A Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2016) considera família o tipo de arranjo em que os integrantes residentes em um mesmo domicílio são ligados por laços de parentesco, em grau específico, por meio de sangue, adoção ou casamento, assim como recomendado na publicação *Principles and recommendations for population and housing censuses* (2015), das Nações Unidas (United Nations).

dinâmica social, de mudanças no perfil demográfico e na legislação vigente. Muitos fatores têm efeito sobre a formação das famílias, tais como, entre outros, o aumento da esperança de vida, o declínio da fecundidade, a migração para áreas urbanas, o aumento da escolaridade e da inserção das mulheres no mundo do trabalho, a atualização na legislação sobre divórcio, separação, união estável e casamento entre pessoas do mesmo sexo.

A queda da fecundidade, o aumento da escolaridade e da inserção das mulheres no mercado de trabalho são alguns fatores que produzem alterações nos arranjos familiares. Uma dessas mudanças foi o aumento, de 2005 a 2015, da proporção de mulheres que se encontravam na condição de pessoa de referência da família,¹² de 30,6% para 40,5% dos arranjos residentes em domicílios particulares. Referenciando os dados apresentados na Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2016), notou-se uma tendência de crescimento na indicação da mulher como pessoa de referência na família, especialmente nos arranjos formados por casal. Nas famílias formadas por casal com filhos, a proporção de arranjos em que a mulher era a pessoa de referência passou de 6,8% para 22,5%, de 2005 para 2015. Nos arranjos de casal sem filhos, a tendência foi a mesma, o percentual em que a mulher era a pessoa de referência passou de 8,4% (2005) para 22,0% (2015) no mesmo período.

Arriagada (2007) confirma que, do ponto de vista da evolução das diversas estruturas familiares, a tendência mais notável é o aumento dos lares monoparentais femininos, especialmente na América Central, o que constitui um fenômeno amplamente estudado na América Latina.

No Brasil, dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística revelaram que em 2015 as mulheres eram a pessoa de referência em 40,5% dos lares brasileiros. Em 2005, elas eram a chefe de família em 30,6% das residências.

Para Arriagada (2007), outra mudança notória observada no período de 1990 a 2001 é a diminuição do tipo de família tradicional nuclear. Apresentando dados mais atuais, e de acordo com informações publicadas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em 2015, no Brasil, o arranjo familiar com parentesco mais comum foi o composto por casal com filhos,

¹² A definição de pessoa de referência da família era a pessoa assim considerada pelos demais membros na família.

porém houve diminuição desse indicador no período: de 51,0%, em 2004, passou a 42,9%, em 2014.

Sobre esse assunto gostaríamos de ressaltar que, durante muito tempo, a família nuclear com presença de ambos os pais e filhos foi considerada — e ainda é — o paradigma da família ideal e o modelo de família sobre o qual se planejam as políticas públicas. No entanto, a nova configuração dos lares sugere a necessidade de novas políticas dirigidas tanto para homens quanto para mulheres, assim como para as instituições sociais, as quais devem apoiar as famílias no atendimento de suas necessidades em dupla perspectiva: políticas orientadas para conciliar trabalho e família e políticas eficazes para dar o apoio necessário para o cuidado de filhos, idosos e demais dependentes.

Tradicionalmente, a maioria das políticas governamentais é orientada a partir de um conceito de família em que há a presença de pai e mãe vinculados pelo matrimônio, com perspectiva de convivência de longa duração, onde os papéis de gênero estão perfeitamente definidos: as mulheres responsáveis pelos trabalhos domésticos e de cuidados, e os homens, pelos trabalhos extradomésticos. Esse modelo pressupõe direitos e obrigações definidos e uma interação constante entre os membros do grupo familiar, no qual se visualiza um modelo de responsabilidades assimétricas com relações pouco democráticas (ARRIAGADA, 2007).

Atualmente, a partir das diversas transformações sociofamiliares e à medida que as mulheres ocupam cada vez mais espaço no mercado de trabalho, essa configuração vem sendo questionada. As mudanças econômicas e demográficas contemporâneas são elementos que redefiniram o lugar da mulher na sociedade e na família. Para alguns estudiosos, principalmente para a esfera pública, o aumento da participação feminina no mercado de trabalho é a resposta para as mudanças econômicas e demográficas em longo prazo e significa um meio para estimular o crescimento econômico e alcançar a igualdade de gênero.

Porém, apesar dos notórios avanços com relação à inserção das mulheres no mercado de trabalho, as desigualdades nas relações de gênero dentro das famílias e em famílias de diferentes classes ainda persistem. Apesar de as mulheres terem menos filhos, seu papel de cuidadoras mantém-se como uma importante causa de desigualdades, transmitidas geracionalmente pela

socialização dos filhos na divisão sexual do trabalho (ITABORAÍ, 2016).

Os estudos sobre o uso do tempo permitem investigar essas desigualdades. Eles ilustram um retrato do cotidiano das pessoas e, com isso, configuram-se como uma das maneiras de avaliar como o recurso tempo é utilizado de maneira distinta entre homens e mulheres, entre os grupos etários, entre pessoas de variados grupos raciais e de diferentes classes sociais.

Este tipo de pesquisa é crucial para a compreensão das desigualdades de gênero e para evidenciar o trabalho familiar, sobretudo no interior das famílias. A alocação das horas no trabalho remunerado e não remunerado influenciam nas diferenças de papéis sociais e de poder desempenhados por homens e mulheres. Há uma injusta distribuição de tarefas do trabalho doméstico familiar e de cuidado que precisam ser mais bem compreendidos.

No próximo capítulo, pretende-se apresentar um breve histórico sobre as pesquisas de uso do tempo na América Latina e no Brasil e as iniciativas e motivações do governo brasileiro para investir em estudos voltados para a temática.

3. BREVE CARACTERIZAÇÃO E HISTÓRICO DAS PESQUISAS SOBRE O USO DO TEMPO

O tempo é um bem escasso na dinâmica da vida social moderna. O que chamamos de tempo é o sistema padronizado dos períodos de duração de horas, dias, anos, meses, etc. que se constitui de fato como uma instituição social (ÁVILA, 2004). Conforme explicita Elias (1998), esse “tempo” do qual falamos e em torno do qual nos organizamos trata-se de uma convenção que regula os períodos de duração dos processos. Nos dias atuais, o tempo é um instrumento de orientação indispensável para realizarmos uma multiplicidade de tarefas.

Ele não se reduz a um meio de orientação criado pelo homem, mas, além disso, traduz uma instituição cujo caráter varia conforme o estágio de desenvolvimento atingido pelas sociedades. Esclarecer sobre a marcação do tempo, que se materializa no sistema de marcação de horário e calendário, conforme ponderado por Ávila (2004), torna-se interessante para refletir sobre o seu uso no interior das famílias, sobretudo pelas mulheres, e as relações de poder que determinam esse uso.

Partindo-se do pressuposto de que, em nossa sociedade, a utilização do tempo é definida pelos interesses da acumulação capitalista, entende-se que a categoria “tempo” perpassa as relações de classe e de gênero.

Este capítulo tem como objetivo apresentar um breve histórico sobre as pesquisas de uso do tempo e as iniciativas do governo brasileiro sobre os estudos relacionados à temática no Brasil.

Os estudos sobre a maneira como as pessoas, em sua diversidade, alocam os minutos e horas dos seus dias datam de várias décadas. Pesquisadores da Europa, Austrália, Estados Unidos, Canadá e, mais recentemente, da América Latina examinam dados resultantes de pesquisas sobre o uso do tempo para analisar como pessoas de diferentes idades, localidades, sexos, inserções profissionais dividem as 24 horas do seu dia em distintas atividades: trabalho, lazer, estudo e cuidado, entre outras. A questão que se revela de maior importância ao se tratar dessa temática diz respeito às diferenças de alocação do tempo entre homens e mulheres (FONTOURA; ARAÚJO, 2016).

As desigualdades de gênero observadas no tempo dedicado ao trabalho remunerado e ao trabalho não remunerado é uma

realidade visível na maioria dos países. Suas causas vêm sendo estudadas e estão relacionadas à questão da reprodução das desigualdades de gênero nas sociedades e às possibilidades de valoração e inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho.

Os estudos sobre o uso do tempo trazem elementos importantes para a compreensão de como a divisão sexual do trabalho se traduz no dia a dia das famílias e podem ajudar a compreender as relações entre a sobrecarga de trabalho feminino e a reprodução das desigualdades de gênero.

O acesso a esse tipo de informação abre a possibilidade de confrontar o uso do tempo em duas dimensões: para reprodução econômica e para reprodução social (DEDECCA, 2004). O tempo para reprodução econômica envolve aquele destinado ao trabalho remunerado e gasto com o deslocamento para a sua realização. O tempo para reprodução social e familiar incorpora, por sua vez, basicamente as atividades de organização domiciliar, de lazer e de sono. Ambos os tempos são transformados pelas mudanças econômicas, sociais e culturais.

Na sociedade moderna, a regulação do uso do tempo depende da presença de instituições políticas e culturais. Elas regulam a duração e articulação entre tempo de trabalho remunerado e não remunerado. Assim, não há neutralidade na alocação do uso do tempo. As pessoas realizam a alocação de seu tempo tendo pouca ou relativa autonomia de decisão sobre esse processo.

Segundo Araya (2003 *apud* BARAJAS, 2016), as primeiras pesquisas sobre o uso do tempo datam do início do século XX na Europa e nos Estados Unidos e tinham como objetivo realizar estudos demográficos e industriais sobre as populações urbanas e rurais, bem como estudos psicológicos sobre as atividades de lazer das pessoas desempregadas. Foi a partir dos anos 1970 que as pesquisas de uso do tempo passaram a ser utilizadas com maior frequência pelas feministas, sendo utilizadas com a finalidade de evidenciar a importância do trabalho doméstico não remunerado.

Atualmente, em países como a Holanda, Canadá, Dinamarca, Reino Unido e França, as pesquisas sobre o uso do tempo são realizadas periodicamente. Na América Latina, dezenove países realizaram pesquisas independentes sobre o uso

do tempo ou acrescentaram módulos de perguntas em pesquisas sobre domicílios e seu emprego (BARAJAS, 2016).

Para Barajas (2016), apesar de os avanços na produção de estatísticas sobre o uso do tempo e trabalho não remunerado terem sido heterogêneos nos diferentes países da América Latina, cabe ressaltar que os legisladores e ocupantes de cargos-chaves para a tomada de decisões propuseram leis destinadas à coleta de informações utilizando por referência uma série de instrumentos internacionais sobre a matéria.

É importante destacar que se acordou na comunidade internacional considerar o trabalho não remunerado nos instrumentos de direitos humanos das mulheres. Nessa direção, foram feitas distintas recomendações relativas à coleta de informações sobre uso do tempo e trabalho não remunerado.

Em dezembro de 1979, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotava a Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Cedaw, na sigla em inglês). Igualdade de direitos, desenvolvimento e paz foram os lemas da década da mulher, instituída pelas Nações Unidas entre 1976 e 1985.

Para Mast-Kirschning, Lehmann e Albuquerque (1979), a adoção da Cedaw em 1979 foi um divisor de águas na história dos direitos femininos. Segundo os autores, a convenção foi um importante passo para o reconhecimento dos direitos da mulher como direitos humanos. A convenção foi pensada, inicialmente, como instrumento de ajuda ao desenvolvimento. Assim, em seus primórdios, existiam grandes lacunas na proteção dos direitos da mulher.

A situação só mudou de forma duradoura após a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos de Viena, realizada em 1993, quando as mulheres passaram de requerentes a titulares de direito. Seguiu-se então a Conferência Mundial sobre a Mulher (Pequim, 1995), que consolidou ainda mais tal compreensão.

A convenção é constituída por um preâmbulo e 30 artigos, 16 dos quais contemplam exigências para que os Estados garantam o respeito aos direitos da mulher. Três vezes ao ano, o comitê da Cedaw, formado por 23 peritas, reúne-se em Genebra ou Nova York para avaliar os relatórios nacionais dos 186 países, denominados de Estados-Partes, que ratificaram a convenção da ONU (MAST-KIRSCHNING; LEHMANN; ALBUQUERQUE, 1979).

A Cedaw inclui recomendações para quantificar o trabalho não remunerado, realizado majoritariamente por mulheres e meninas. A Recomendação Geral 16 (CEDAW 1991) assinala que o trabalho não remunerado é uma forma de exploração das mulheres. Nesse âmbito, recomenda que os Estados-Partes reúnam dados estatísticos sobre as mulheres que trabalham sem receber remuneração, sem acesso à seguridade social e a contribuições sociais, e recomenda que se adotem medidas para garantir-lhes remuneração, seguridade social e contribuições sociais.

Na mesma direção, a Recomendação Geral 17, que diz respeito à medição e quantificação do trabalho doméstico não remunerado recomenda aos Estados-Partes que fomentem e apoiem pesquisas e estudos experimentais destinados a medir e valorar o trabalho doméstico não remunerado das mulheres.

Da mesma forma, o objetivo estratégico H3 da Plataforma de Ação de Pequim (ONU, 1995) estabelece uma série de medidas a serem adotadas pelos serviços de estatísticas nacionais, regionais e internacionais e pelos órgãos governamentais e organismos das Nações Unidas, com o objetivo de desenvolver informações mais precisas sobre todas as formas de trabalho, a saber:

1. Melhorar a reunião de dados relativos a trabalho não remunerado que estejam incluídos no Sistema de Contas Nacionais das Nações Unidas, por exemplo, na agricultura, especialmente na agricultura de subsistência, e em outros tipos de atividades de produção que não são de mercado.
2. Desenvolver uma classificação internacional de atividades para as estatísticas sobre uso do tempo, na qual sejam avaliadas as diferenças entre mulheres e homens, em relação ao trabalho remunerado e não remunerado, e reunir dados desmembrados por sexo.
3. Medir quantitativamente o trabalho não remunerado que não é incluído nas contas nacionais e buscar aprimorar os métodos, no intuito de analisar seu valor e indicá-lo, com precisão, em contas-satélites ou

outras contas oficiais, elaboradas em separado das contas nacionais básicas, embora em consonância com estas (ONU, 1995).

Barajas (2016) também cita medidas tomadas pela Comissão da Condição Jurídica e Social da Mulher,¹³ a qual também expressou consideração pelo trabalho não remunerado realizado pelas mulheres, suas causas e consequências. Nas conclusões acordadas pela Comissão, reconhece-se que a divisão das responsabilidades resulta em consequências, como a fragilização dos vínculos entre as mulheres e o mercado laboral, o acesso restrito aos benefícios de seguridade social e menor disponibilidade de tempo para se dedicar à sua educação e à formação pessoal. Reconhece-se também que o trabalho de cuidado remunerado e não remunerado se configura como uma função social, e que esta deve ser distribuída de forma igualitária entre mulheres e homens. Além disso, os Estados-Partes são requisitados a realizar avaliações qualitativas e quantitativas do trabalho não remunerado, bem como medir seu valor e seu preço, de maneira que venha a ser considerado na concepção e elaboração de políticas públicas, em estratégias e planos e nos processos orçamentários.

3.1 AS PESQUISAS SOBRE O USO DO TEMPO NA AMÉRICA LATINA

Na América Latina alguns países, como México, Equador e Venezuela, já realizaram pesquisas nacionais sobre o uso do tempo. Essas informações são utilizadas para quantificar o tempo dedicado às atividades domésticas, ao trabalho não remunerado de cuidados e ao trabalho voluntário realizados por homens e mulheres, dentro e fora do domicílio. Para Barajas (2016), essas informações foram úteis para identificar as cargas de trabalho não remunerado e os obstáculos enfrentados pelas mulheres com relação à sua inserção no mercado de trabalho.

¹³ A Comissão da Condição Jurídica e Social da Mulher é uma comissão orgânica vinculada ao Conselho Econômico e Social, criado em virtude da resolução nº 11 do Conselho, de 21 de junho de 1946. Trata-se do principal órgão intergovernamental dedicado à promoção da igualdade de gênero e ao empoderamento das mulheres (BARAJAS, 2016, p. 25).

Com efeito, e referenciando a autora acima citada, as pesquisas sobre o uso do tempo na América Latina se tornaram importantes ferramentas para

Medir o trabalho doméstico e voluntário não remunerado de mulheres e homens no lar, na comunidade e em associações e organizações sem fins lucrativos; medir o trabalho remunerado no setor informal, incluindo o setor dos lares (contemplado nas contas nacionais); e analisar a inter-relação entre as atividades econômicas e não econômicas de mulheres e homens (BARAJAS, 2016, p. 26).

Barajas (2016) apresenta dados de 19 países da América Latina detalhando diferentes instrumentos utilizados para coletar informações sobre o uso do tempo e trabalho não remunerado (Anexo A). Em suas análises constata que Brasil, México e Cuba foram os precursores no levantamento desse tipo de informação.

O primeiro projeto na região latino-americana, em escala nacional e com extenso número de perguntas, no formato de módulo sobre uso do tempo em pesquisa nacional — Encuesta Nacional de Ingresos y Gastos de los Hogares (Enigh), em português, Pesquisa Nacional de Rendimentos e Gastos dos Domicílios —, foi realizado pelo Instituto Nacional de Estadística e Geografía do México (Inegi), em 1996 (RENDÓN, 2000 *apud* BARAJAS, 2016).

Antes de 2006, onze países tinham realizado o levantamento de dados sobre o uso do tempo e trabalho não remunerado. Barajas (2016) considera que há uma diferença significativa apontando o aumento da realização de pesquisas e módulos sobre o uso do tempo nos países da América Latina depois de 2006, período em que o Grupo de Trabalho de Estatísticas de Gênero (GTEG) foi criado.

O GTEG foi fruto de um trabalho conjunto realizado pela ONU Mulheres, pelo Instituto Nacional de Estadística e Geografía do México (Inegi), pela Divisão de Assuntos de Gênero (DAG) da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL) e

pelo Instituto Nacional das Mulheres do México (Inmujeres) na Conferência Estatística das Américas (CEA) da CEPAL. A criação do referido grupo foi útil para compartilhar conhecimentos e informações relativas ao levantamento de dados sobre uso do tempo e trabalho não remunerado em diferentes países da América Latina.

Para Barajas (2016), um dos maiores desafios a ser superado, com relação à coleta de informações sobre uso do tempo e trabalho não remunerado, é a comparabilidade entre os países, pois ainda não existe uma metodologia uniforme e consensual para a padronização das informações estatísticas produzidas no mundo.

Nos países da região da América Latina existem diferentes métodos de coleta de dados, assim como diferentes abordagens teóricas e metodológicas para analisar as informações prospectadas.

A fim de facilitar o processo de harmonização de dados estatísticos, o GTEG elaborou o documento “Diretrizes e referências para harmonizar as pesquisas de uso do tempo na América Latina e no Caribe (2010)”. Um dos objetivos desse documento é o descrito a seguir:

Disponibilizar estatísticas padronizadas, com enfoque de gênero, que reconheçam, meçam e visibilizem o trabalho total, remunerado e não remunerado, assim como as atividades pessoais que podem ser realizadas durante as 24 horas do dia ou as 168 horas da semana, no intuito de contribuir para a análise, elaboração e avaliação de políticas públicas, sociais, econômicas, trabalhistas e de gênero (FONTOURA; ARAÚJO, 2016).

Com o intuito de concretizar o objetivo proposto, em agosto de 2009 foi apresentada a Classificação de Atividades de Uso do Tempo na América Latina e no Caribe (CAUTAL), cujo objetivo consiste em contribuir para a harmonização das pesquisas sobre o uso do tempo na região, bem como dispor de informações padronizadas a respeito do trabalho remunerado e não remunerado e as atividades pessoais, considerando a perspectiva de gênero (LUNA; MÁRQUEZ, 2010).

As referências internacionais utilizadas para sua elaboração foram: Declaração e Plataforma de Ação de Pequim,

Classificação Internacional de Atividades para Estatísticas sobre o Uso do Tempo (ICATUS¹⁴), de 1997 (Quadro 1); Consenso de Quito, de 2007; Resoluções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 2008, e experiências nacionais dos seguintes países: México, Espanha, Estados Unidos, Cuba, Chile, Argentina, Equador, entre outras (LUNA; MÁRQUEZ, 2010).

Os princípios básicos da Cautal consistem em:

1. Manter consistência com o Sistema de Contas Nacionais — SCN, considerando as atividades produtivas incluídas no escopo de produção do SCN e as atividades produtivas não remuneradas que não são consideradas no SCN, assim como as atividades não produtivas e pessoais e;
2. Assegurar a comparabilidade com outras classificações existentes (LUNA; MARQUEZ, 2010).

Essa classificação, assim como outras que são utilizadas para a produção de dados estatísticos, é um instrumento que sofre atualizações em razão dos avanços conceituais e metodológicos da produção estatística internacional. No quadro 2, é apresentada a versão de 2010, a qual, segundo Barajas (2016), foi submetida a uma revisão por especialistas na matéria.

Embora se observe um avanço significativo na coleta de informações sobre uso do tempo nos países da América Latina nos últimos anos, Barajas (2016) considera que é necessário que a produção de informações sobre o tema seja institucionalizada. Nesse sentido, poderão ser formuladas e implementadas políticas públicas que deem suporte para as famílias, sobretudo para as mulheres, diminuindo a carga de trabalho não remunerado a partir de programas que ofereçam infraestrutura e acesso para o consumo de bens e serviços que facilitem o preparo de alimentos, que proporcionem melhoria nas habitações e facilitem o acesso a serviços de cuidados de crianças, idosos e doentes, entre outras medidas.

¹⁴ Sigla em inglês de International Classification of Activities for Time Use Statistics.

Quadro 1: Classificação das atividades com base na ICATUS 2005

Trabalho	Trabalho Voluntário	Afazeres Domésticos	Cuidado de Pessoas da Família	Estudo	Socialização
Trabalho remunerado	Ajuda a não familiares	Preparar e servir comida, lavar louças	Cuidado com as crianças	Estudo na escola/faculdade	Conversar
Produção para o próprio consumo	Serviço Comunitário Organizado	Limpar o domicílio	Cuidado com os adultos	Tarefas de casa, revisão de aulas, pesquisa para escola/faculdade	Participação em eventos sociais
Procura de trabalho	Trabalho Voluntário Organizado	Manutenção e pequenos reparos no domicílio	Cuidado com os idosos	Estudo adicional/educação não formal	Fazendo ou recebendo visita
		Manutenção de roupas e sapatos	Cuidados com pessoas doentes		
		Administração da casa			
		Cuidar de animais			
		Fazer compras			

Quadro 1 (continuação)

Presença a eventos locais, culturais, de entretenimento e esportivos	Jogos, passatempos e hobbies	Atividades físicas e prática de esportes	Uso de meios de comunicação de massa	Cuidados pessoais e de atenção à própria saúde	Deslocamentos
Presença e visita a eventos locais e culturais	<i>Hobbies</i> , atividades artísticas, artesanato	Prática de esportes, ginástica, dança, etc.	Leitura	Dormir	Transporte
Presença a parques, zoológicos, jardins, praças, circos	Passatempos e cursos relacionados	Caçar, pescar	Assistir à televisão e vídeo	Comer e beber	Viagens para o trabalho
Presença a eventos esportivos	Jogos eletrônicos ou outros	Colher frutas e plantas	Escutar rádio e áudio	Higiene e cuidados pessoais	Incluídos em cada classificação de acordo com as atividades com que estão relacionados
			Uso do computador e outros aparelhos de comunicação (<i>tablets</i> , celulares, etc.)	Cuidado com a própria saúde	
			Visita a bibliotecas	Cuidado pessoal prestado por outros	
				Atendimento médico e de saúde prestado por outro	
				Atividades religiosas	
				Descanso e relaxamento	

Fonte: IBGE (2012). Elaboração da autora.

Quadro 2: Classificação de Atividades de Uso do Tempo na América Latina e no Caribe — CAUTAL

Trabajo remunerado	Quehaceres domésticos no remunerados para el propio hogar	Cuidado a miembros del hogar no remunerado	Actividades no remuneradas para otros hogares, para la comunidad y trabajo voluntario no remunerado	Aprendizaje y estudio	Utilización de medios masivos de comunicación
Trabajo remunerado en empresas y negocios.	Preparación de comida	Cuidado y apoyo a niñ@s del hogar menores de 15 años	Apoyo no remunerado a otros hogares.	Aprendizaje y estudio	Leer libros, periódicos, revistas
Trabajo remunerado en gobierno e instituciones	Limpieza de la vivienda	Cuidado y apoyo a miembros del hogar de 15 a 59 años	Actividades no remuneradas para la comunidad	Traslados para estudio	Ver televisión o videos exclusivamente
Trabajo remunerado en negocios de hogares	Limpieza, cuidado y confección de ropa y calzado	Cuidado y apoyo a adultos del hogar de 60 años y más	Trabajo voluntario no remunerado	Convivencia y Actividades recreativas	Escuchar radio u otros medios de audio exclusivamente
Actividades conexas al trabajo remunerado	Mantto. y reparaciones menores del propio hogar			Convivencia social	Utilización de la computadora
Buscar trabajo.	Administración del hogar			Asistencia a eventos culturales de entretenimiento deportivos	
Traslados de trabajo.	Compras para el hogar			Aficiones juegos y otros pasatiempos	
	Cuidado de mascotas y plantas			Deportes y ejercicio físico	

Fonte: Luna e Márquez (2010). Elaboração da autora.

3.2 PESQUISAS SOBRE O USO DO TEMPO NO BRASIL

No Brasil ainda não foi realizada uma pesquisa de abrangência nacional sobre uso do tempo. Apesar de não haver uma pesquisa nacional específica sobre o tema, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a contar dos anos 2000, passou a coletar dados sobre o tempo despendido no trajeto casa-trabalho e tempo dedicado aos afazeres domésticos, além da jornada de trabalho remunerado. Com base nessas informações, foram produzidos estudos a partir da perspectiva de gênero sobre o tempo dedicado ao trabalho remunerado e tempo dedicado ao trabalho doméstico familiar. Em 2001, o IBGE também realizou um pequeno teste de pesquisa de uso do tempo em alguns bairros do Rio de Janeiro, por meio do Curso de Desenvolvimento de Habilidades em Pesquisa (CDHP), que proporciona treinamento em pesquisa aos funcionários do Instituto.

Segundo informações disponibilizadas por Fontoura e Araújo (2016), desde o ano de 2006 a temática sobre o uso do tempo era um dos onze temas do Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, organizado pelo IBGE.

No ano seguinte, o IBGE sediou o Seminário Internacional sobre pesquisas de uso do tempo, realizado em parceria com o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) e com o apoio da Secretaria Nacional de Política para

as Mulheres (SPM).¹⁵ O seminário reuniu representantes de institutos de estatística de diferentes países, de organismos internacionais e de gestores públicos para estudar as melhores práticas na obtenção de informações relacionadas a estatísticas sobre o uso do tempo (CAVALCANTI; PAULO; HANY, 2010).

A partir dessa experiência, foi lançada a criação de um grupo interinstitucional dedicado à temática dos estudos sobre o uso do tempo, nominado Comitê Técnico de Estudos de Gênero e Uso do Tempo (CGUT), formado por representantes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), além de contar com a participação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da Entidade das Nações Unidas para o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres).

O CGUT tem as seguintes atribuições:

- a) promover a realização de estudos e pesquisas e o desenvolvimento de sistemas de informações estatísticas de gênero e uso do tempo; b) fomentar a elaboração de indicadores sobre as relações de gênero e uso do tempo; c) construir um banco de boas práticas que reflita as experiências de incorporação do enfoque de gênero e dos usos do tempo nos trabalhos desenvolvidos pelos

¹⁵ A Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) foi criada em 2003, na gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com o objetivo de promover a igualdade entre homens e mulheres, e cuja missão foi de promover políticas públicas para garantir direitos às mulheres brasileiras visando à melhoria da sua qualidade de vida e à diminuição das desigualdades, articulando-se de forma transversal com todo o governo federal (BANDEIRA, PETRURLAN, 2016). Em agosto de 2010, a SPM deixou de ser uma secretaria especial e passou a ter o status de ministério e, em 2015, foi incorporada ao então recém-criado Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (MMIRDH), unindo a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a Secretaria de Direitos Humanos e a Secretaria de Políticas para as Mulheres. Em maio de 2016, o presidente interino Michel Temer extinguiu o MMIRDH e atribuiu suas funções ao Ministério da Justiça, que passou a se chamar oficialmente Ministério da Justiça e Cidadania — composto pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, pela Secretaria Especial de Direitos Humanos e pela Secretaria Nacional de Juventude. Atualmente, denominada Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, a SNPM está vinculada à Secretaria de Governo da Presidência da República. A atual Secretária Nacional de Políticas para as Mulheres é a ex-deputada Fátima Pelaes.

institutos de pesquisa e estatísticas oficiais e pelos organismos governamentais de políticas para as mulheres, nos planos nacional e internacional; d) promover e participar de seminários nacionais e internacionais, possibilitando a troca de experiência nestas áreas temáticas e; e) atuar no desenvolvimento de pesquisas, análises de dados e estudos sobre temas relevantes para a implementação de políticas orientadas para a igualdade de gênero (BANDEIRA; PRETURLAN, 2016).

A criação do CGUT teve o objetivo de dar continuidade às iniciativas de incentivo à temática do uso do tempo no âmbito das políticas públicas, além de impulsionar um debate mais amplo e contribuir para a realização da pesquisa nacional de uso do tempo no Brasil.

Foi a partir da criação do referido Comitê que o IBGE e as demais instituições envolvidas se comprometeram oficialmente com a questão.

Com a intenção de dar continuidade à tarefa de obter mais informações sobre o uso do tempo no Brasil e com o objetivo de realizar testes de metodologia, o IBGE realizou em 2009 uma pesquisa piloto sobre o uso do tempo em cinco estados brasileiros, a saber: Pará, Pernambuco, Distrito Federal, São Paulo e Rio Grande do Sul. A metodologia utilizada foi a de coletor eletrônico e de diários em papel, consistindo essa última em deixá-lo com o informante durante um dia para registrar todas as atividades realizadas no período de 24 horas. O diário se assemelha a uma agenda, na qual os entrevistados listam suas atividades realizadas em intervalos de tempo. O uso do coletor eletrônico foi uma estratégia para a coleta de informações, onde, a partir de uma entrevista presencial, foram transcritas informações do diário de papel, além de ser realizado um pequeno questionário sobre a percepção subjetiva do entrevistado a respeito do seu próprio tempo.

Os objetivos gerais propostos pela Pesquisa Piloto de Uso do Tempo, do IBGE 2009/ 2010, são os descritos a seguir:

1. Conhecer como os brasileiros organizam seu tempo e comparar com a população de outros países
2. Comparar como as pessoas distribuem seu tempo de acordo com o sexo, idade, cor/raça, lugar onde moram, nível de instrução, tipo de trabalho, tamanho da família, entre outras variáveis
3. Medir a qualidade de vida das pessoas; saber quanto tempo dedicam ao trabalho, aos estudos, ao lazer; saber de quanto tempo dispõem para interagir com outras pessoas, para informar-se e para os cuidados pessoais
4. Avaliar quanto tempo as pessoas gastam em deslocamentos de um lugar a outro
5. Medir o tempo que as pessoas dedicam ao trabalho doméstico
6. Medir o tempo que as pessoas dedicam ao trabalho voluntário
7. Medir o trabalho realizado em empresas/governos/instituições e o trabalho realizado nos domicílios (IBGE, 2012).

Já os objetivos específicos para a temática de gênero dizem respeito a:

1. Medir as desigualdades entre homens e mulheres na distribuição do tempo
2. Medir a divisão sexual do trabalho: diferenças de gênero na distribuição da chamada “economia do cuidado” ou “trabalho reprodutivo” — afazeres domésticos e cuidado de pessoas
3. Avaliar como a maior dedicação das mulheres ao trabalho reprodutivo interfere na possibilidade de realização de outras atividades (IBGE, 2012).

O teste foi a campo numa subamostra do teste da PNAD Contínua de 2009. A amostra total foi composta por aproximadamente 12 mil domicílios, sendo público-alvo uma

peessoa de 10 anos ou mais de idade por domicílio. A ida a campo aconteceu de outubro a dezembro de 2009.

O quadro a seguir detalha a distribuição da Amostra da PNAD Contínua e da Pesquisa de Uso do Tempo pelas Unidades da Federação.

Quadro 3: Total e participação das Unidades da Federação na Amostra da PNAD Contínua e da Pesquisa do Uso do Tempo¹⁶

Unidade da Federação	PNAD Contínua				Uso do Tempo			
	Amostra de municípios	Amostra de setores	Domicílios por setor	Total de domicílios	Amostra de municípios	Amostra de setores	Domicílios por setor	Total de domicílios
PA	93	336	14	4.704	93	336	6	2.016
PE	146	612	14	8.568	127	416	4	1.664
RM/RJ	19	462	14	6.468	19	462	4	1.848
SP	331	1.083	14	15.162	262	738	4	2.952
RS	211	699	14	9.786	170	475	4	1.900
DF	1	195	14	2.730	1	195	8	1.560
Total	801	3.387	-	47.418	672	2.622	-	11.940

Fonte: Cavalcanti; Paulo; Hany (2010).

A Pesquisa Piloto de Uso do Tempo, do IBGE, ofereceu um panorama sobre as diversas atividades executadas por homens e por mulheres. Para Bandeira e Preturlan (2016), a pesquisa configurou-se como uma promissora base a partir da qual se criaram expectativas de que novas iniciativas poderiam ser produzidas para a coleta de dados e informações sobre uso do tempo e trabalho não remunerado no Brasil.

Ainda em 2010, fruto dos trabalhos realizados pelo CGUT, foi realizado na cidade do Rio de Janeiro o II Seminário Internacional sobre o Uso do Tempo: Aspectos Metodológicos e Experiências Internacionais. Em 2012, ocorreu em Brasília outro seminário sobre o uso do tempo: Uso do Tempo e Políticas Públicas de Cuidado: reflexões para uma agenda de desenvolvimento sustentável, o qual promoveu reflexões sobre as pesquisas de uso do tempo em diversos países latino-americanos e suas interfaces com as políticas públicas.

Na 34ª Conferência Internacional da Associação de Pesquisas de Uso do Tempo (IATUR¹⁷), que aconteceu entre os dias 22 e 24 de agosto de 2012 no Japão, o CGUT foi representado pelo IBGE e pela SPM. Nessa Conferência foram realizadas três apresentações: duas delas se referiam à pesquisa piloto sobre o

¹⁶ O quadro 3 traz em seu interior as siglas RM/RJ referindo-se à Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

¹⁷ Sigla em inglês de *International Association for Time Use Research*.

uso do tempo realizada pelo IBGE, em 2010, e outra apresentando a política de creches brasileiras e a série histórica de 2001 a 2009 dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) (BANDEIRA; PRETURLAN, 2016).

A partir do esforço despendido e do trabalho realizado pelo CGUT, em 2013 o Brasil sediou a 35ª IATUR, no Rio de Janeiro, organizada pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

A Conferência tratou de temas relacionados à matéria, conferindo possibilidade de discutir e conhecer dados e o estágio das diversas pesquisas sobre o uso do tempo em inúmeros países do continente. Como resultado da realização da 35ª Conferência Internacional da Associação de Pesquisas de Uso do Tempo no Brasil, foi publicado em 2016 o livro: “Uso do Tempo e Gênero”, organizado por Natália Fontoura e Clara Araújo, o qual apresenta trabalhos e artigos debatidos na Conferência, cujo tema principal foi estruturado em torno da rubrica acadêmica “Uso do Tempo” — tema que, segundo as organizadoras, remete a um campo de estudos interdisciplinares e aglutina uma gama de trabalhos de cunhos estatísticos, sociológicos, demográficos, econômicos e de outras áreas das Ciências Humanas e Sociais. Não podemos deixar de mencionar que esse livro tem se tornado referência fundamental para subsidiar o debate proposto na presente pesquisa.

Com relação às pesquisas sobre o uso do tempo realizadas no cenário internacional, assim como no Brasil, pode-se observar que elas utilizam diversas metodologias de investigação na tentativa de mensurar o tempo gasto no trabalho remunerado e o tempo gasto no trabalho doméstico familiar.

No Brasil, apesar dos avanços, a experiência com diários do uso do tempo ainda é recente. Pode-se considerar que a Pesquisa Piloto do IBGE realizada em 2009 e 2010 possui caráter localizado e não tem abrangência nacional, contemplando apenas cinco regiões do país, além de as perguntas realizadas referirem-se a um número restrito de atividades.

Para Fontoura (2010), há um consenso de que a produção estatística sobre o uso do tempo no Brasil ainda é insuficiente para subsidiar a formulação de políticas públicas de conciliação entre trabalho e vida familiar e para uma discussão mais aprofundada de

metodologias de contabilização do trabalho reprodutivo na economia nacional.

Tendo por base esse breve levantamento sobre as pesquisas de uso do tempo e as iniciativas do governo brasileiro relacionadas à temática no país, pontuamos algumas questões que não são levadas em conta, ou seja, que não são apreendidas nas pesquisas de uso do tempo a partir das metodologias instituídas.

As observações são feitas com referência às análises propostas por Bandeira e Preturlan (2016). Para as autoras, as pesquisas de uso do tempo, em geral, tendem a se concentrar na tradicional divisão sexual do trabalho, deixando de levar em consideração informações importantes relativas ao tempo pessoal, ou tempo subjetivo dos indivíduos, incluindo outras dimensões que são diferentemente interpretadas por homens e mulheres e não têm as mesmas implicações segundo o gênero, como os cuidados estéticos com o corpo, o tempo gasto com a prática de exercícios físicos e o tempo utilizado para a prática de esportes, entre outros. Da mesma maneira, não consideram o tempo gasto na relação com os serviços sociais, ou seja, o tempo gasto com o acesso aos serviços públicos: saúde, educação e assistência.

Face a essas constatações, ressaltamos a importância de trabalhar com a categoria trabalho familiar, uma vez que compreende o conjunto de atividades desenvolvidas pela família no processo de provisão de bem-estar social e abrange as tarefas domésticas; o cuidado de seus membros, especialmente os dependentes e os investimentos que ela tem de fazer no campo das relações com outras instituições que lhe exigem energia, tempo e habilidades.

Do ponto de vista metodológico e considerando a perspectiva de gênero, alguns tópicos que ainda são escassos ou ausentes nas pesquisas sobre os usos do tempo são apontados pelos autores, a saber:

1. A necessidade de se considerar os percursos sexuais associados aos usos do tempo, evidenciando, por exemplo, que as categorias de idade, raça e/ou cor e sexo não se apresentam como simples variáveis; ao contrário, se articulam com os sistemas de hierarquia e de poder. Exemplificando: as profissões que são feminizadas

continuam sendo as mesmas há mais de um século — mulheres empregadas no setor têxtil, servidoras públicas nos setores administrativos, trabalhadoras na saúde, empregadas do comércio e da indústria alimentar, professoras primárias e secundárias, entre outras. Com perfis diversos, as mulheres estão presentes nestas ocupações desde os anos 1920 (BANDEIRA; PRETURLAN, 2016).

2. As mulheres trabalhadoras da área de cuidados são confrontadas com as exigências de um público próprio. A elas são demandadas habilidades específicas. No entanto, muitas daquelas que têm cônjuge e filhas(os) são confrontadas com as exigências postas por sua família. São demandas e tempos diversos. Com isso, são expostas a dois tipos de tensões ou conflitos concomitantes, oriundos dessas múltiplas demandas externas-internas, nem sempre passíveis de ser por elas respondidas a contento (BESSIN e GAUDART, 2009 *apud* BARAJAS, 2016).

3. No geral, há competências e/ou incompetências e aptidões e/ou inaptidões que são consideradas como naturalizadas para homens e mulheres. Por exemplo: dirigir melhor ou pior; ler um mapa rodoviário; ter mais senso de orientação no trânsito; realizar diversas atividades ao mesmo tempo etc. Nem sempre essas práticas sexualizadas são questionadas ou desconstruídas nas pesquisas; ao contrário, são racionalizadas e incorporadas, quando muito preservando certa neutralidade sobre as relações de gênero (BESSIN e GAUDART, 2009 *apud* BARAJAS, 2016). Cabe destacar, inclusive, que essas práticas são agravadas quando associadas a práticas racistas.

4. Outro aspecto a se considerar é que estas pesquisas se apoiam amiúde sobre uma noção quantificável e linear de tempo,

dificultando apreender a experiência de mulheres e de homens que descompartmentalizam suas atividades em tempos não uniformes e cronológicos. Como romper e captar os usos do tempo que não seja pela perspectiva do tempo uniforme dominante? Dito de outro modo, como ir além da cultura hegemônica do trabalho formal — computável, mensurável, quantificável, linear e monocrômico —, portanto, da hegemonia de um tempo masculino? (BANDEIRA; PRETURLAN, 2016).

5. Isso leva a outro problema sobre as pesquisas de usos do tempo: registrar os tempos de trabalho na esfera da reprodução e dos cuidados com caracterizações constantemente sexuadas. Nessa lógica, solicitude e a atenção em relação ao outro seriam *características* preponderantemente femininas. Outro exemplo: sexualizar e/ou generizar a maneira como as mulheres relatam suas trajetórias e/ou histórias, com um nível exacerbado de detalhes, menor objetividade etc. Ou ainda, ao considerar que as dimensões lúdicas são masculinas e as altruístas são femininas (BANDEIRA; PRETURLAN, 2016).

As autoras consideram que “o tempo e seus usos não são neutros, mesmo quando apreendidos na série temporal de diários do uso do tempo, uma vez que a objetividade da coleta não está isenta de sobrevalorizar ou estigmatizar uma ou outra atividade, hierarquizando um sexo frente ao outro” (BANDEIRA; PRETURLAN, 2016, p. 20). Diante dessa constatação, pode-se afirmar que os usos do tempo contribuem para a produção de desigualdades.

Sendo assim, fazem-se necessárias “novas posturas metodológicas que questionem esse sistema hegemônico de sexo e/ou gênero”. Sugere-se então, que as pesquisas sobre o uso do tempo devem apreender as pluralidades em suas múltiplas dimensões, sobretudo de forma mais qualitativa com a finalidade

de fornecer uma base de informações para elaboração de políticas e ações públicas mais abrangentes e menos estigmatizantes. Nessa direção, “a produção de pesquisas quantitativas mais universalizantes e amplas deve ser combinada com pesquisas mais qualitativas localizadas e específicas para diferentes segmentos e grupos sociais” (BANDEIRA; PRETURLAN, 2016, p. 20).

Diante do exposto, apresenta-se a necessidade de se aprofundar esse debate no campo no Serviço Social, uma vez que os assistentes sociais têm sido historicamente os agentes profissionais responsáveis pela implementação das políticas sociais, especialmente as políticas públicas.

Referenciando Yamamoto (2013), a qual sugere que um dos maiores desafios que o assistente social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos a partir das demandas emergentes no cotidiano e com a intenção de ser um profissional crítico e propositivo é que sentimos a necessidade de elaborar uma pesquisa sobre o uso do tempo de natureza qualitativa.

A pesquisa qualitativa busca compreender e interpretar determinados comportamentos, a opinião e as expectativas dos indivíduos de uma população. É exploratória, portanto não tem o intuito de obter números como resultados, mas esclarecimentos, muitas vezes imprevisíveis, que nos possam auxiliar em um entendimento mais preciso sobre uma questão-problema (INSTITUTO PHD, 2015).

É nesse sentido que buscamos deslocar a discussão de gênero para o interior das famílias no intuito de trazer à tona a relevância do trabalho familiar não remunerado, de maneira a apreender como as famílias de baixa renda, usuárias do Centro de Referência de Assistência Social dos Ingleses distribuem as atividades referentes ao trabalho remunerado e ao trabalho não remunerado entre seus membros. Essa apreensão possibilita compreender como o recurso tempo é utilizado de maneira distinta entre homens e mulheres, além de permitir melhor entendimento sobre as dinâmicas da vida cotidiana e dar visibilidade às variadas

formas de conciliação e articulação entre trabalho e demandas familiares.

No próximo capítulo pretende-se apresentar aspectos relevantes sobre o contexto da pesquisa de campo, destacando os procedimentos metodológicos, o perfil dos sujeitos entrevistados, a análise e apresentação dos dados coletados a fim de cumprir o objetivo geral e os objetivos específicos propostos neste estudo.

4 TRABALHO, FAMÍLIA E O USO DO TEMPO

Na atualidade, trabalho e família continuam sendo os eixos organizadores da vida de homens e mulheres de todas as idades, raças e nacionalidades (GOLDANI, 2002). O mito de que trabalho e família configuram mundos separados está sendo questionado, e o reconhecimento da importância das relações entre eles passou a guiar discussões acadêmicas e políticas sociais. Com o aumento da participação feminina no mercado de trabalho, o questionamento sobre os papéis e responsabilidades de homens e mulheres no interior das famílias tem se tornado a cada dia mais evidente. Entretanto, as assimetrias de gênero permanecem e se modificam em ritmos diferenciados, o que faz as mulheres terem uma condição de cidadania fragilizada.

No contexto globalizado de reestruturação produtiva, a realização das tarefas relativas à reprodução social, entendidas aqui como o processo de procriação e de manutenção e desenvolvimento dos seres humanos, são contabilizadas como parte da dinâmica natural da vida cotidiana, cuja atribuição está majoritariamente a cargo das mulheres.

O modo de desenvolvimento capitalista produziu historicamente uma vida cotidiana onde o tempo que conta e tem valor é aquele empregado na produção, ou seja, o tempo que gera mais valia. Nessa perspectiva, o tempo do cuidado com a reprodução da vida das pessoas não é levado em consideração na distribuição de tempo dentro das relações de produção *versus* reprodução. O período dedicado ao descanso, ao lazer e à reposição de energias seria então aquele que sobra das atividades reprodutivas (ÁVILA, 2004). A duração dessa sobra é resultado de processos históricos, ou seja, das transformações nas relações sociais entre capital e trabalho. Não é, portanto, o mesmo em todo lugar nem para todos os trabalhadores.

Para Ávila (2004), no processo globalizado de reestruturação produtiva,

Há pessoas sobrecarregadas e há pessoas desocupadas por exclusão do mercado de trabalho. Existem pessoas inseridas em processos de trabalho nos quais não há uma forma de regular o tempo, onde os tempos da produção e reprodução são perseverantemente fundidos e as jornadas

de trabalho se dão de forma contínua. Isso faz com que o tempo de existência se torne para as pessoas apenas uma sequência de repetição de tarefas que tira o sentido dessa própria existência. No geral, quando a vida se desenrola tão precária e repetitivamente, parece que não há consciência de que o tempo gasto na repetição é o tempo da própria vida. Nesse sentido, a alienação é um elemento básico do modelo hegemônico de reestruturação produtiva (ÁVILA, 2004, p. 5).

Entre homens e mulheres dos segmentos sociais que dispõem de maiores recursos econômicos e culturais e que habitam nas grandes metrópoles, observa-se um acúmulo de atividades laborais que acarretam uma série de outras atividades interligadas, as quais intensificam a jornada de trabalho e consequentemente reduzem o tempo cotidiano. Bandeira (2010) observa que homens e mulheres com maior acesso à educação e qualificação profissional dedicam mais tempo às atividades laborais, assim como às atividades externas. Isto é, acumulam mais trabalho profissional ao mesmo tempo que têm mais acesso à prática de esportes e atividades culturais, são mais ativos em organizações associativas e consomem mais lazer. Pelo fator financeiro, restringem o tempo dedicado às tarefas domésticas e do cuidado, uma vez que buscam no mercado a satisfação das necessidades de reprodução, essenciais para manutenção da esfera privada.

Por outro lado, as tarefas dedicadas às atividades familiares e do cuidado adquirem maior relevância entre homens e mulheres localizados nos segmentos sociais mais populares, aqueles que dispõem de menor poder econômico e possuem limitadas condições de acesso à cultura e aos bens e serviços socialmente produzidos. Homens e mulheres que habitam nas periferias das cidades ou em zonas rurais desfrutam de menor potencial de lazer e tendem a gastar mais tempo em atividades domésticas ou limitadas às comunidades onde residem: visitar vizinhos, assistir à televisão e dormir são atividades que ocupam um tempo significativo em suas vidas.

Enquanto os primeiros, integrantes dos segmentos socioeconômicos mais favorecidos, estão voltados para as atividades do mundo exterior, os segundos, pertencentes aos

segmentos menos favorecidos, vivem um cotidiano onde tudo ocorre mais lentamente, bem menos diferenciado e voltado para o interior da família e da comunidade. Em ambos os casos, conforme aponta Bandeira (2010), as ocupações familiares, sobretudo as atividades relacionadas ao cuidado com os filhos, não são compartilhadas entre homens e mulheres de maneira igualitária, sendo exercidas majoritariamente pelas mulheres.

Nessa esfera, as assimetrias entre homens e mulheres persistem, e a regra da responsabilidade da mulher permanece.

Destacando o contexto do presente estudo, percebe-se que essa regra está posta nas relações familiares estabelecidas pelos sujeitos da pesquisa, uma vez que optamos por trabalhar com famílias de baixa renda usuárias da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de Florianópolis (SC), mais precisamente aquelas cadastradas e em atendimento no Centro de Referência de Assistência Social Ingleses do Rio Vermelho. Dessa forma acreditamos que é de extrema importância compreendermos, mesmo que de maneira breve, alguns aspectos relacionados à Política de Assistência Social na atualidade, destacando seus objetivos e explicitando alguns aspectos sobre o trabalho social com famílias, especialmente aqueles que compreendem o campo de atuação do Serviço Social nessa área.

4.1 A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O TRABALHO COM FAMÍLIAS

O modo de produção capitalista define uma forma particular de relação social entre os indivíduos, devido à posse privada dos meios de produção e à concentração das riquezas nas mãos de uma pequena parcela da sociedade, bem como a exploração daqueles que não possuem os meios de produção, gerando, como consequência, uma estrutura social desigual (SANTOS; BRUN, 2016).

Essa desigualdade gera a pobreza, que historicamente sempre foi tratada com ações assistencialistas de ajuda ou caridade aos mais necessitados, ou seja, aos extratos menos favorecidos da sociedade.

A prática assistencialista desenvolvida primeiramente pela Igreja Católica com a intervenção da burguesia por meio das moças de caridade era, na verdade, uma forma de manutenção do

capitalismo e do poder, pautada na base do favor, do clientelismo, com ações pontuais e pouco efetivas.

Com a promulgação da Constituição da República Federal de 1988, a Assistência Social passou a ser inscrita como política pública, na qualidade de um direito fundamental e social. Fruto de avanços conquistados pela sociedade em decorrência de seu reconhecimento como direito do cidadão e de responsabilidade do Estado, a partir da Constituição Federal de 1988, foi incorporada como política pública compondo o tripé da Seguridade Social brasileira.

A seguridade social é definida na Constituição Federal, no artigo 194, como “um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”. A Assistência Social é, portanto, integrante do sistema de seguridade social no Brasil, juntamente com as políticas de previdência social e de saúde.

A CF/88 estabelece em seu artigo 203 que “A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos”:

- I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei (BRASIL, 1998).

Para regulamentar e institucionalizar os avanços alcançados na CF/1988, tornou-se imprescindível a aprovação de Leis Orgânicas. A lei 8.742/1993 (BRASIL, 1993), também conhecida como Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), foi criada como aparato para regulamentar os dispostos nos artigos 203 e 204 da

Constituição Federal (BRASIL, 1988), que dispõe os princípios, diretrizes, organização e gestão, prestações e financiamento da Assistência Social. A LOAS traz um novo significado para a Assistência Social como política pública de seguridade, direito do cidadão e dever do Estado e prevê um sistema de gestão descentralizado e participativo. Instituiu os Conselhos Deliberativos nos âmbitos nacionais, estaduais e municipais, bem como a realização de Conferências (NOB/ SUAS) (BRASIL, 2005).

Em 1997 foi instituída a Norma Operacional Básica NOB/1997, que conceituou o sistema descentralizado e participativo, estabelecendo condições para garantir sua eficácia, dando parâmetros para uma concepção norteadora da descentralização da Assistência Social. Ampliou o âmbito das competências dos níveis de governo com a gestão da política, sem, entretanto, delimitá-la. Propôs a criação de uma comissão tripartite, de caráter consultivo, com representantes dos três níveis das esferas do governo, para discutir e pactuar acerca dos aspectos relativos à gestão da política.

A Norma Operacional Básica (NOB/ SUAS), criada em 2005, retoma as normas operacionais de 1997 e 1998, consistindo em um novo instrumento de regulamentação dos conteúdos e definições da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (BRASIL, 2004), que estabelece os parâmetros de funcionamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A PNAS/2004 estabelece como um dos eixos estruturantes a gestão do trabalho. Surge assim, a Norma Operacional Básica NOB/RH (BRASIL, 2006), após um amplo processo de discussão, aprimoramento e contribuições. A NOB/RH consolida os principais eixos a serem considerados para a gestão do trabalho na área da Assistência Social.

O Sistema Único da Assistência Social (SUAS) é um sistema não contributivo, descentralizado e participativo que tem como objetivo a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira. Configura-se como o novo reordenamento da Política de Assistência Social na perspectiva de promover maior efetividade de suas ações.

O SUAS materializa o conteúdo da LOAS, cumprindo as exigências para a realização dos objetivos e resultados esperados pela Política de Assistência Social — que devem consagrar direitos de cidadania e inclusão social.

[...] A gestão do trabalho no SUAS deve ocorrer com a preocupação de estabelecer uma Política de Capacitação, fundada nos princípios da educação permanente, que promova a qualificação de trabalhadores, gestores e conselheiros da área, de forma sistemática, continuada, sustentável, participativa, nacionalizada e descentralizada, com a possibilidade de supervisão integrada, visando ao aperfeiçoamento da prestação dos serviços socioassistenciais (BRASIL, 2006, p. 25–26).

Em 2007, o Decreto 6.308, de dezembro, dispôs sobre as entidades e organizações de assistência social no seu art. 1º e art. 2º:

Parágrafo único. São características essenciais das entidades e organizações de assistência social: I – realizar atendimento, assessoramento ou defesa e garantia de direitos na área da assistência social, na forma deste Decreto; II - garantir a universalidade do atendimento, independentemente de contraprestação do usuário; e III - ter finalidade pública e transparência nas suas ações. O mesmo se define no art. 2º, sobre a organização das entidades de assistência social que podem ser de atendimento, assessoramento e de defesa e garantia de direitos (BRASIL, 2007b).

Em 2009, a Resolução 109 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), que aprovou a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, organizou os níveis de complexidade do SUAS como Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade (BRASIL, 2009). A Tipificação ainda define os critérios para a inscrição das entidades no Conselho Municipal de Assistência Social e os profissionais necessários para cada eixo, conforme o serviço oferecido pela entidade, definindo a qualificação dos serviços socioassistenciais.

A unidade executora das ações de Proteção Social Básica é o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS),¹⁸ e a unidade executora das ações de Proteção Social Especial é o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).¹⁹

A Proteção Social Básica tem como objetivo a prevenção, por meio do desenvolvimento de potencialidades, aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. A Proteção Social Especial tem por finalidade proteger de situações de risco as famílias e indivíduos cujos direitos tenham sido violados ou que já tenha ocorrido rompimento dos laços familiares e comunitários.

No campo da Política Social, temos especial interesse pela Proteção Social Básica e o trabalho com famílias. Nesse sentido, cabe uma sucinta explanação acerca dos eixos organizadores dessa estrutura.

O atendimento da proteção social básica fica estruturado e organizado nos territórios onde se localizam as áreas de maior vulnerabilidade social. O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) representa a principal estrutura física local para a proteção social básica e desempenha papel central no território onde se localiza, possuindo a função exclusiva da oferta pública do trabalho social com famílias por meio do serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e gestão territorial da rede socioassistencial de proteção social básica.

O trabalho com famílias nessas unidades, segundo a PNAS (BRASIL, 2004, p. 35), parte do pressuposto de que são funções básicas das famílias “prover a proteção e a socialização dos seus membros; constituir-se como referências morais, de vínculos afetivos e sociais; de identidade grupal, além de ser mediadora das

¹⁸ São serviços ofertados no CRAS: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.

¹⁹ A Proteção Social Especial está dividida por níveis de complexidade: Média e Alta. A Proteção Social de Média Complexidade compreende: o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias Indivíduos (PAEFI), o Serviço Especializado em Abordagem Social, o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), o Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias e o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. A Proteção Social de Alta Complexidade compreende, por sua vez, o Serviço de Acolhimento Institucional, o Serviço de Acolhimento em República, o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora e o Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

relações dos seus membros com outras instituições sociais e com o Estado”. Os CRAS têm sido a referência das famílias e dos indivíduos, em sua maioria mulheres, na busca de orientação e/ou provisão de bens e serviços socioassistenciais. Dessa forma, acreditamos que as demandas relacionadas à conciliação entre trabalho e família, sobretudo as que dizem respeito ao uso do tempo, surjam no cotidiano das famílias atendidas pelo CRAS. Os estudos sobre o uso do tempo são fundamentais para a compreensão das desigualdades de gênero dentro das famílias. A distribuição das horas entre trabalho remunerado e trabalho não remunerado influencia nas diferenças de papéis sociais e de poder e autonomia desempenhados por homens e mulheres. Essa diferença é perceptível sobretudo nas famílias de baixa renda. A pesquisa em questão tem por finalidade a tentativa de captar a dinâmica de compartilhamento das atividades entre trabalho familiar e trabalho remunerado nas famílias usuárias da PNAS em Florianópolis cadastradas no Centro de Referência de Assistência Social Ingleses do Rio Vermelho.

Sobre as novas bases de organização da política de Assistência Social, estruturada institucionalmente por meio do Sistema Único da Assistência Social, Carraro (2016) assinala que a Política de Assistência Social brasileira, no novo marco legal e jurídico, é uma realidade em constante movimento.

O campo de atuação dos profissionais de Serviço Social na Política de Assistência Social perpassa por inúmeras complexidades que se apresentam cotidianamente. As demandas advindas das expressões da questão social e o crescente processo de desigualdade e exclusão social exigem respostas que estejam embasadas na análise da articulação entre os processos econômicos, políticos e culturais preponderantes na sociedade em dado momento histórico, o qual reflete decisoriamente nas condições de vida da população.

Com relação à trajetória de afirmação da Assistência Social como política social, o que se observa é que as inovações legais estabelecidas na Constituição Federal, na Lei Orgânica, na Política Nacional de Assistência Social e na Norma Operacional Básica/SUAS, por si sós, são incapazes de modificar de imediato o legado das práticas históricas assistencialistas sedimentadas na ajuda, na benevolência, na filantropia e no clientelismo. As mudanças propostas precisam ser compreendidas, debatidas, incorporadas e assumidas por todos os envolvidos no processo de

gestão da Política de Assistência Social, em todos os níveis da federação.

Na área de atuação do Serviço Social, é imprescindível considerar a atual conjuntura política, social e econômica em que se insere a Política de Assistência Social. É necessário compreender os limites e as barreiras de ordem estrutural que comprometem a sua efetividade, pois esse é um movimento contraditório. Apesar de todos os esforços e avanços, ainda permanece um abismo entre os direitos garantidos constitucionalmente e a sua efetiva afirmação.

Sendo assim, as intervenções no âmbito do trabalho social com famílias devem resultar de uma análise criteriosa das demandas e do percurso de vida dos sujeitos e das famílias a quem está direcionada a ação profissional. Faz-se fundamental, portanto, pensar em uma ação profissional que deva contemplar igualmente a articulação entre as diversas políticas públicas visando a projetos que se constituam em políticas de longo alcance.

Nessa complexidade inerente à prática social com famílias, enfatizamos a necessidade de permanente monitoramento e avaliação do trabalho social como forma de torná-lo profícuo para as demandas e necessidades da população atendida de maneira a promover uma constante reflexão do fazer profissional. Portanto, desnaturalizar o familiar, o comum, é um salto fundamental para o Assistente Social para que consiga lidar com realidades diferenciadas com um olhar que busque o conhecimento.

É diante dessa diversidade que compreendemos a família como processo de articulação de diferentes trajetórias de vida, onde entrecruzam as relações de classe, gênero, etnia e geração, além de ser o espaço da reprodução biológica, social e afetiva. Nessa perspectiva, destacamos que o melhor entendimento das dinâmicas da vida cotidiana e das relações entre trabalho familiar e trabalho remunerado é uma importante informação para o desenvolvimento de políticas públicas que deem suporte para as famílias.

Pretende-se, a partir das análises sobre o uso do tempo, desnaturalizar e dar visibilidade ao trabalho familiar não remunerado e refletir sobre a necessidade de instauração de mecanismos públicos que proporcionem às famílias melhores condições para gerir o trabalho de reprodução social.

A intenção deste estudo consiste em uma primeira aproximação sobre o tema na área de Serviço Social. A partir dos

objetivos propostos, pretende-se dar visibilidade às variadas formas de conciliação que as famílias de baixa renda em Florianópolis utilizam para dar conta das demandas entre trabalho remunerado e não remunerado. O uso do tempo é a variável que será utilizada para análise dos dados.

4.1.1 Contextualizando o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Ingleses do Rio Vermelho: lócus da pesquisa

Com relação à Proteção Social Básica em Florianópolis (SC), sabemos que ela tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente de alguns fatores, tais como: ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, entre outros, e/ou fragilização de vínculos afetivos — relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, entre outras). Sendo assim, prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhida, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada.

Os benefícios socioassistenciais, tanto de prestação continuada²⁰ como os eventuais,²¹ compõem a Proteção Social Básica, dada a natureza de sua realização.

Segundo informações coletadas no sítio da prefeitura de Florianópolis, desde o início de 2017 os Centros de Referência de Assistência Social do município ofertam, além do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), a inscrição e atualização no Cadastro Único, o acesso ao Programa Bolsa-

²⁰ O Benefício da Prestação Continuada (BPC) da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) é a garantia de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção, nem de tê-la provida por sua família (INSS, 2018).

²¹ Benefícios eventuais são provisões suplementares e provisórias, prestadas aos cidadãos e às famílias em razão de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública. Os benefícios eventuais integram organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (BRASIL, 2007a).

Família, a Benefícios Eventuais e Renda Extra do Idoso. Alguns territórios possuem Centros de Convivência e Fortalecimento de Vínculos próprios e outros conveniados.

A Secretaria Municipal de Assistência Social de Florianópolis conta com 10 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) distribuídos por regiões, que estão localizados nas áreas central, continental, norte, sul e leste do município.

Neste estudo, optamos por pesquisar famílias usuárias da Política Nacional de Assistência Social vinculadas ao CRAS Ingleses do Rio Vermelho, localizado na região norte de Florianópolis. O público a ser investigado foi selecionado com base em resultados obtidos a partir de um estudo realizado anteriormente nesse CRAS por meio de grupo focal, mediante projeto de pesquisa no qual a mestranda esteve vinculada no ano de 2014. A escolha das cinco famílias entrevistadas tem como objetivo garantir o aprofundamento e dar continuidade às investigações iniciais.

Por meio de contato com a Coordenadora do referido Centro, foi realizada uma reunião para apresentação do projeto e da proposta de estudo visando obter a aprovação dos demais profissionais que integram a equipe do CRAS e firmar parceria com o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina para o prosseguimento do estudo. A partir dessa etapa, a equipe auxiliou na seleção de famílias que atendessem as exigências e contemplassem o perfil adequado para a execução da pesquisa.

4.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O objetivo geral desta pesquisa consistiu em analisar como cinco famílias referenciadas no CRAS Ingleses do Rio Vermelho se organizam em relação ao uso do tempo de maneira a articular as responsabilidades entre trabalho remunerado e trabalho não remunerado. Para contemplar esse objetivo, foi realizada entrevista semiestruturada com as famílias e aplicação de questionário. A abordagem adequada para atender os propósitos

deste estudo é a qualitativa, que possibilita compreender a natureza de um fenômeno social.

Richardson (1999) ressalta:

Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos (RICHARDSON, 1999, p. 80).

Nas pesquisas qualitativas, é imprescindível o contato direto com os sujeitos da pesquisa. Este estudo não tem a pretensão de abordar temas e amostras de grande proporção, mas analisar os fatos de maneira a possibilitar uma análise profunda, priorizando aquilo que está próximo ao sujeito e repercute na sua vida cotidiana.

O público pesquisado respondeu a um questionário dividido em sete blocos, os quais correspondem às atividades que as famílias realizam no cotidiano. O primeiro, composto por questões gerais, possibilita visualizar o perfil dos sujeitos entrevistados; os demais, divididos em: Trabalho Doméstico, Cuidados de Pessoas da Família, Cuidados Pessoais e de Atenção à Saúde, Acesso aos Serviços Públicos, Estudo e Formação Profissional e Lazer, estão sistematizados no quadro a seguir.

Quadro 4: Classificação das atividades realizadas pelas famílias

Afazeres domésticos	Cuidado de pessoas da família	Cuidados pessoais e de atenção à saúde	Acesso aos serviços públicos	Estudo e formação profissional	Lazer
Preparar e servir a comida (café da manhã, almoço, lanche da tarde, jantar)	Cuidado com as crianças	Dormir	Acesso aos serviços de saúde (hospitais, UBS, etc.)	Estudo na escola/faculdade	Prática de esportes, jogos e outros <i>hobbies</i>
Limpar o domicílio (arrumar e/ou limpar toda a parte da moradia, interna e externa)	Cuidado com os adultos	Higiene e cuidados pessoais	Acesso aos serviços, educação (escolas, creches, etc.)	Tarefas de casa, revisão de aulas	Passeios e viagens
Cuidados com as roupas (lavar e estender, retirar do varal, passar, dobrar e guardar)	Cuidado com os idosos	Cuidados com a própria saúde	Acesso aos serviços de assistência (CRAS)		Presença em eventos culturais (shows, teatro, etc.)
Administração da casa (pagamentos de contas, organização financeira)	Cuidados com pessoas doentes	Prática de exercício físico			Presença a parques, zoológicos, jardins, etc.
Fazer compras (ir ao mercado, açougue, padaria, feira, etc.)		Descanso e relaxamento			Passatempos em geral

Fonte: Elaboração da autora (2018).

Até agora, nosso foco foi apresentar uma breve contextualização sobre a Política Nacional de Assistência Social, dando ênfase à Proteção Social Básica aos procedimentos metodológicos utilizados para a eleição dos sujeitos da pesquisa. Neste momento, nossos esforços estarão centrados em expor os

resultados da pesquisa empírica realizada com as cinco famílias referenciadas e em atendimento no CRAS Ingleses do Rio Vermelho.

4.3 FAMÍLIAS REFERENCIADAS NO CRAS INGLESES DO RIO VERMELHO E SUAS DINÂMICAS COM RELAÇÃO AO USO DO TEMPO: A PESQUISA EM QUESTÃO

Os dados, conforme descrito na metodologia, foram coletados a partir da realização de entrevista semiestruturada e aplicação de questionário com cinco famílias cadastradas e em atendimento no CRAS Ingleses do Rio Vermelho. O questionário, dividido em sete blocos, traz questões referentes às atividades realizadas no cotidiano das famílias entrevistadas.

Cabe ressaltar que nossa intenção inicial era realizar as entrevistas nas residências com os responsáveis pelo domicílio, porém, ao realizar contato inicial com as famílias, elas optaram por comparecer à sede do CRAS em horário previamente definido. Outra questão que merece destaque é o fato de que, das cinco famílias selecionadas, apenas as mulheres participaram das atividades, fato que será melhor explanado no item que aborda o perfil dos sujeitos entrevistados.

A organização deste item está estruturada a partir dos seguintes tópicos: Questões gerais e perfil dos entrevistados, Trabalho remunerado, Trabalho doméstico, Cuidado de pessoas da família, Cuidados pessoais e de atenção à saúde, Acesso aos serviços públicos, Estudo e formação profissional, Lazer.

4.3.1 Questões gerais e perfil dos entrevistados

Do público entrevistado, todas eram mulheres, com idade entre 16 a 60 anos. Quatro se declararam brancas, enquanto uma se declarou negra. Das cinco entrevistadas, três eram casadas ou viviam em união estável, enquanto uma era viúva e uma, solteira.

Tabela 1: Distribuição das entrevistadas segundo a faixa etária

Faixa Etária	Número
Menos de 20 anos	1
De 20 a 30 anos	1
De 31 a 40 anos	1
De 51 a 60 anos	2

Fonte: Elaboração da autora (2018).

Para repassar a informação mais precisa, a idade das respondentes corresponde, em ordem crescente, a 16, 30, 33, 54 e 58 anos de idade.

Uma primeira representação sobre o público que acessa o CRAS é que ele é composto em sua maioria por mulheres. Ao nos questionarmos sobre essa constatação, buscamos os aportes teóricos que evidenciam a centralidade da família como protagonista de suas próprias demandas sociais na Política de Assistência Social e que realça os papéis de gênero historicamente atrelado às mulheres.

Para Freitas, Braga e Barros (2010), o contato da família para acessar os serviços públicos disponibilizados pelo Estado continua acontecendo em grande parte pela figura materna. As políticas sociais dirigidas a esse público tomam como pressuposto a presença de alguém em casa para cuidar dos dependentes, e esse lugar é naturalmente identificado como lugar da mulher. Nesse contexto, elas surgem como agentes de reprodução social, administradoras de conflitos e mediadoras das expressões da questão social; são responsáveis pelos cuidados com as crianças e adolescentes, idosos e pessoas com deficiência, contraditoriamente os principais usuários de atendimento da política de assistência social. Não obstante, reafirmam-se as construções históricas de gênero e as diferenças entre homens e mulheres na condução das relações sociais.

Iamamoto e Carvalho (2007) afirmam:

Intelectualmente o homem é empreendedor, combativo, tende para a dominação. Seu temperamento prepara-o para a vida exterior, para a organização e para a concorrência. A mulher é feita para

compreender e ajudar. Dotada de grande paciência, ocupa-se eficazmente de seres fracos, das crianças, dos doentes. A sensibilidade torna-a amável e compassiva. É, por isso, particularmente indicada a servir de intermediária, a estabelecer e manter relações (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 171).

Para Sousa (2013), esses ideários de gênero podem ser observados ao se constatar que a mulher constitui-se como a principal tutora dos benefícios dos programas de transferência de renda na política de Assistência Social, pois se destaca que há uma preocupação dos autores e gestores desses programas de combate à pobreza com relação à gerência dos benefícios ofertados, incidindo sobre as mulheres a preferência da titularidade a partir da constatação de que a grande maioria utiliza os benefícios para a melhoria das condições de vida da família. Esses programas partem do pressuposto de que o foco central das preocupações das mulheres continua sendo a casa, a maternidade, a família e a sobrevivência.

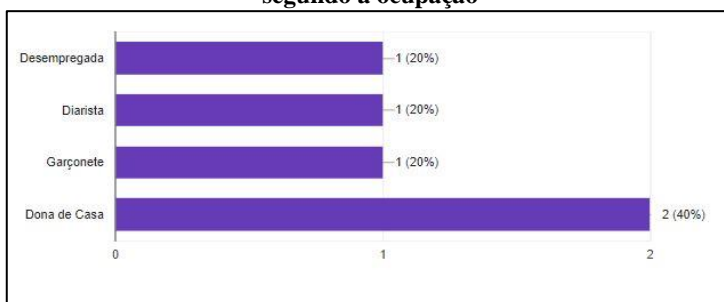
Dessa maneira, ao buscar avaliar a autonomia das mulheres no Programa Bolsa-Família, uma pesquisa realizada por Silva e Mariano (2013) apontou que as mulheres continuam sendo as principais responsáveis pelo cuidado da casa e da família, mesmo realizando trabalho remunerado, e que esse lugar é incorporado por boa parte delas como normal devido à legitimação da estrutura patriarcal presente na sociedade como um todo.

As autoras comentam que a inclusão das mulheres em programas de transferência de renda, como o Bolsa-Família, parece não produzir incentivos para a sua inserção no trabalho remunerado, sendo que os principais desafios encontrados para a inserção das mulheres em situação de pobreza no mercado de trabalho formal são: a responsabilidade quase exclusiva pelos/as filhos/as; a ausência de serviços de educação infantil; o preconceito racial, os baixos salários obtidos pelo trabalho feminino; a inserção em atividades precárias e sem proteção social e previdenciária e a incerteza quanto ao trabalho, em razão de ocupações domésticas esporádicas, como diaristas (SILVA e MARIANO, 2013 *apud* FRITZEN, 2015).

Essa confirmação nos leva ao encontro de outra característica identificada no perfil das mulheres entrevistadas: a

ocupação. Das cinco entrevistadas, apenas uma delas exercia trabalho remunerado com carteira de trabalho assinada, ou seja, estava inserida no mercado de trabalho formal. As outras afirmaram exercer cargos na informalidade, como diarista e vigilante de estacionamento, fazendo bicos nos horários disponíveis, ou seja, no horário em que não estavam dedicando seu tempo ao trabalho familiar no espaço doméstico.

Gráfico 1: Distribuição das entrevistadas segundo a ocupação



Fonte: Elaboração da autora (2018).

Uma usuária afirmou estar desempregada, enquanto duas são donas de casa, dedicando-se exclusivamente ao trabalho doméstico, ao trabalho do cuidado e ao trabalho de acesso aos serviços públicos e de relação com as instituições.

A participação feminina no mercado de trabalho tem crescido nos últimos anos. Segundo informações divulgadas no site do IBGE (2016), em 2007 as mulheres representavam 40,8% do mercado formal de trabalho; em 2016, passaram a ocupar 44% das vagas.

Embora se observe esse aumento expressivo, as responsabilidades familiares constituem uma barreira importante para o acesso ao trabalho remunerado e podem restringir opções de emprego e limitar a capacidade de gerar renda. Elas afetam particularmente as mulheres, já que, historicamente, essas responsabilidades recaem proporcionalmente sobre elas.

Falquet (2012, p. 163 *apud* DANTAS; CISNE, 2017) destaca que “[...] as mulheres efetuam majoritariamente ‘trabalho de mulheres’ com condições de trabalho de mulheres (informalidade, precarização, abuso de todos os tipos) [...]”. Nessa

direção, se a exploração da força de trabalho é indispensável para a valorização do trabalho e sua perpetuação, tal sistema encontra na exploração da força de trabalho da mulher a extração de mais lucros, caracterizando então uma superexploração. Dantas e Cisne (2017) sinalizam que o trabalho não remunerado realizado no âmbito doméstico está relacionado a essa superexploração.

Esse problema se agrava quando inserimos a variável “filhos” no cruzamento e análise dos dados coletados. Gama (2014, p. 21) ressalta que “[...] a grande desvantagem das mulheres no mercado de trabalho ocorre quando suas crianças são pequenas”. A autora salienta que a taxa de participação feminina no mercado de trabalho é muito mais sensível ao tipo de arranjo familiar no qual estão inseridas do que para os homens. Independentemente da estrutura familiar, a taxa de participação dos homens no mercado de trabalho nunca é menor do que 84,7%, enquanto que, para as mulheres, dependendo da estrutura da família, a taxa de participação pode variar entre 86,9% e 55,3% (SORJ; FONTES; MACHADO, 2007 *apud* GAMA, 2014).

Em suas análises, Moser (2013) observa que as mulheres que têm filhos apresentam menor ingresso no mundo do trabalho, principalmente nas situações em que não há o compartilhamento dos afazeres domésticos e dos cuidados com as crianças. Conforme aponta a pesquisa do Dieese,

A presença de filhos pequenos não parece impedir a mulher de procurar trabalho, mas acaba por prejudicar, tornando mais difícil seu acesso a uma ocupação, seja por limitar sua escolha de trabalho por um local mais próximo à sua residência ou por um tipo de jornada de trabalho menor ou mais flexível, ou ainda, pelo lado do empregador, por preferir contratar mulheres que não têm filhos pequenos (DIEESE, 2011, p. 13).

As responsabilidades familiares das mulheres com filhos atuam como obstáculos ou desincentivos à inserção das mulheres no mercado de trabalho e confirmam a urgência da atenção por parte dos gestores de políticas públicas para ampliação da oferta de vagas em creches e ensino infantil, sobretudo no caso de famílias monoparentais de referência feminina.

Quando questionadas sobre a estrutura familiar, três entrevistadas declararam estar casadas ou vivendo em união estável, enquanto uma se declarou viúva, e uma, solteira.

Tabela 2: Distribuição das entrevistadas segundo o estado civil

Faixa etária	Número
Casada / União Estável	3
Solteira	1
Viúva	1

Fonte: Elaboração da autora (2018).

Entre as entrevistadas não foram identificadas mulheres inseridas em arranjo familiar monoparental de referência feminina com filhos pequenos.

Duas participantes declararam ser a pessoa de referência da família. Destas, a primeira referiu ter dois filhos adultos, que não estão inseridos no mercado de trabalho e se declarou responsável pelas despesas financeiras deles. A segunda, por sua vez, relatou estar na posição de cuidadora de uma pessoa com deficiência e de uma pessoa idosa.

Três entrevistadas têm filhos pequenos, na faixa etária com até seis anos de idade, sendo que uma delas também é mãe de uma adolescente de 12 anos. Esse dado é relevante, uma vez que o cuidado com crianças e adolescentes resulta em uma grande carga de trabalho para a mulher — que é historicamente responsabilizada pelo cuidado doméstico e familiar.

Somada à histórica responsabilização da mulher como única responsável pelo cuidado com os filhos e a ausência e/ou negligência de cuidados pelos homens, problematiza-se a desresponsabilização do Estado pelas políticas públicas de cuidado com as crianças e jovens. Exemplos são citados por Carloto (2015), que aponta a carência de instituições gratuitas e acessíveis de ensino infantil e a inexistência de escolas públicas em período integral — o que tiraria parte da carga imputada às mulheres na questão do cuidado com as crianças e possibilitaria que elas pudessem se capacitar e ingressar no mercado de trabalho para exercer um mínimo de autonomia.

As taxas de desemprego e a inserção precária no mercado de trabalho das mulheres que têm filhos, principalmente filhos

pequenos, sugerem que elas tendem a diminuir suas exigências profissionais, já que estão em condições de cuidadoras da família e dispõem de pouco tempo livre para concorrer a vagas que exigem maiores qualificações profissionais e, conseqüentemente, ofertam remuneração mais alta.

Chamou-nos atenção a quantidade de pessoas que compõem o arranjo familiar. Em relação à quantidade de pessoas que moram na casa, a maior parte se concentra entre três a quatro moradores. Essa questão mostra a diminuição no tamanho das famílias entre as classes mais pobres e vai ao encontro da Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios (PNAD) de 2013 feita pelo IBGE, na qual se constatou declínio desde 2003 de 15,7% no número de filhos entre os 20% mais pobres.

Quanto à escolaridade das entrevistadas, seguem os dados na tabela abaixo.

Tabela 3: Distribuição das entrevistadas segundo a escolaridade

Escolaridade	Número
Ensino fundamental completo	1
Ensino médio completo	3
Ensino superior completo	1

Fonte: Elaboração da autora (2018).

Das cinco mulheres que participaram da pesquisa, uma concluiu o ensino fundamental, três finalizaram o ensino médio, e uma possui ensino superior completo com formação em administração.

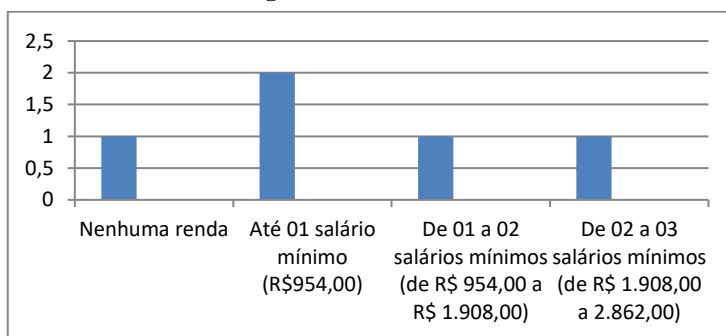
No Brasil, a média de anos de estudo, o nível de instrução e a taxa de analfabetismo proporcionam um retrato da escolaridade acumulada ao longo de gerações de brasileiros. A escolaridade média da população de 25 anos ou mais de idade aumentou de 2005 a 2015, passando de 6,5 para 7,9 anos de estudo completos, indicando uma baixa taxa de alfabetização. Essa média, no entanto, apresenta algumas diferenças regionais. Segundo dados coletados no Censo Demográfico do IBGE (2010), a Região Sul é

a que apresenta o maior nível de escolaridade no país, fato que possivelmente justifique o nível de instrução das respondentes.

Quando questionadas sobre a renda mensal, as usuárias da Política Nacional de Assistência Social do CRAS Ingleses do Rio Vermelho informaram qual a sua contribuição financeira para o núcleo familiar no qual estão inseridas. Das cinco entrevistadas, apenas uma não possui renda, duas declararam ganhar até um salário mínimo, uma afirmou receber o valor mensal entre um e dois salários mínimos, e uma referiu ganhar o equivalente a três salários mínimos.

O gráfico a seguir detalha os dados prospectados:

Gráfico 2: Distribuição das entrevistadas segundo a renda mensal



Fonte: Elaboração da autora (2018).

Quanto aos dados relativos ao recebimento de benefícios mensais, três das interrogadas afirmaram não receber benefício mensal, uma delas recebe uma pensão por morte no valor de um salário mínimo (R\$ 954,00) e uma recebe o Bolsa-Família. Importante ressaltar que uma das entrevistadas não recebe benefício e está desempregada, no entanto afirmou que, em seu núcleo familiar, a mãe idosa e o irmão deficiente recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Finalizando o bloco das questões gerais, destacamos que, no próximo item, serão apresentados os dados relativos ao trabalho remunerado.

4.3.2 Trabalho remunerado

Conforme apresentado no item anterior, grande parte das mulheres entrevistadas declarou trabalhar fora de casa. Das cinco participantes, duas exercem atividade remunerada durante seis dias da semana. A terceira relatou que às vezes trabalha como diarista, quando encontra alguém para cuidar do filho de dois anos, e a quarta trabalha como vigilante de estacionamento quando não está na função de cuidadora. A última declarou não exercer atividade remunerada fora de casa.

Na tabela a seguir, detalhamos as horas destinadas ao trabalho remunerado pelas mulheres entrevistadas que possuem uma rotina fixa de trabalho.

Tabela 4: Média de horas diárias e média de horas semanais dedicadas à realização das atividades referentes ao trabalho remunerado

Ocupação	Frequência na semana	Média de horas diárias dedicadas à realização das atividades	Média de horas semanais dedicadas à realização das atividades
Diarista	6 dias	8 horas	48 horas
Garçonete	6 dias	10 horas*	60 horas
Média Total:		6 horas e 30 minutos	45 horas e 30 minutos

* A carga horária de 10 horas diárias se justifica pelo fato de a entrevistada exercer trabalho remunerado em dois empregos em turnos diferentes na função de garçonete.

Fonte: Elaboração da autora (2018).

Quanto às entrevistadas que declararam exercer trabalho remunerado fora de casa “às vezes”, os dados apontam que uma trabalha esporadicamente como diarista, não sabendo informar o período e nem a frequência mensal, mas relatou que, quando desempenha essas atividades, dedica aproximadamente 10 horas diárias ao trabalho remunerado. A outra informou que, sempre que possível, trabalha quatro vezes por semana, durante cinco horas

por dia, como vigilante de estacionamento. A carga horária dedicada ao trabalho remunerado da referida entrevistada pode chegar a 20 horas semanais.

As atividades desempenhadas pelas mulheres fora de casa se concentram em ser diarista, garçõnete e vigilante de estacionamento. Percebemos que três das cinco entrevistadas desempenham papéis relativos à esfera doméstica não apenas quando exercem trabalhos não remunerados mas também quando vendem sua força de trabalho. As atividades remuneradas desempenhadas pelas mulheres encontradas nesta pesquisa consistem na extensão da esfera doméstica para o mundo do trabalho. Atividades como realizar a limpeza, cuidar de roupas e calçados, preparar e servir alimentos são desempenhadas com grande intensidade pelas mulheres. A única ocupação que não está diretamente ligada à esfera do trabalho doméstico é a de vigilante de estacionamento. Contudo, não deixa de se configurar como trabalho precário e informal.

Isso está diretamente relacionado à divisão sexual do trabalho, que, segundo Kergoat (2000), destina aos homens a esfera produtiva e às mulheres, a esfera reprodutiva. Eles desempenham funções de grande valor social agregado, como acontece na política, religião, etc., e elas ficam responsáveis pelas atividades relacionadas à esfera doméstica e familiar, com pouco reconhecimento e valorização social. A divisão sexual do trabalho é organizada pelo princípio de separação, o qual determina que existem trabalhos para mulheres e trabalhos para homens, e o princípio da hierarquização, o qual define que o trabalho dos homens vale mais que o trabalho das mulheres. Nesse sentido, percebemos que as atividades desempenhadas pelas mulheres entrevistadas estão vinculadas à esfera da reprodução social.

4.3.3 Trabalho doméstico

Ao confrontar referências sobre pesquisas de uso do tempo em Montevideu, Aguirre (2009) aponta que a maioria dos estudos econômicos e sociológicos sobre trabalho referem-se ao trabalho remunerado, na esfera da produção, não levando em consideração

o tempo gasto com os afazeres domésticos, tornando escassas as informações sobre o trabalho não remunerado. Conforme detalhado no capítulo anterior, apenas na década de 1980 as ideias relacionadas ao trabalho doméstico e à esfera de reprodução foram introduzidas e começam a ser exploradas. A autora destaca que desde então as diversas pesquisas sobre o uso do tempo, tanto teóricas quanto empíricas, têm mostrado que o trabalho não remunerado no âmbito doméstico e familiar ocupa muito mais o tempo, especialmente o das mulheres, do que o trabalho remunerado destinado para o mercado.

Ao serem questionadas sobre a responsabilidade pelo trabalho doméstico e familiar, todas as entrevistadas se consideraram as principais responsáveis pelos afazeres domésticos em sua residência. Quando recebem ajuda, relataram que ela está vinculada ao trabalho de outra mulher. Na presente pesquisa, apareceu a figura da mãe e da filha mais velha. Apenas em um caso a entrevistada relatou dividir o trabalho doméstico com o companheiro nos fins de semana.

Esses dados nos permitem refletir sobre a perpetuação da cultura que mantém as mulheres vinculadas ao espaço privado. Carlotto (2015) concorda com Aguirre (2009) ao afirmar que a divisão desigual de tarefas domésticas reduz a capacidade de obter renda e pode dificultar o acesso ao trabalho remunerado, contribuindo para a feminização da pobreza. Pode ainda dificultar o acesso à educação formal, critério fundamental para o ingresso no mercado de trabalho.

Ao mensurarmos as horas gastas com o trabalho doméstico, nossa intenção foi contabilizar o tempo despendido para a realização de algumas atividades, tais quais: preparar e servir as refeições, limpar o domicílio, manutenção de roupas, realização de compras e administração da casa.

A tabulação dos dados nos permitiu visualizar a média de horas diária e a média de horas semanais que as entrevistadas dedicam para realizar as atividades relacionadas ao trabalho doméstico em seus lares.

Tabela 5: Média de horas diárias e média de horas semanais dedicadas à realização das atividades referentes ao trabalho doméstico

Atividades	Média de horas diárias dedicadas à realização das atividades	Média de horas semanais dedicadas à realização das atividades
Preparar as refeições	2 horas e 30 minutos	17 horas e 30 minutos
Limpeza da casa	2 horas	14 horas
Cuidados com a roupa	1 hora e 30 minutos	10 horas e 30 minutos
Compras cotidianas	30 minutos	3 horas e 30 minutos
Média total:	6 horas e 30 minutos	45 horas e 30 minutos

Fonte: Elaboração da autora (2018).

Com relação à administração da casa, tarefa que envolve o pagamento de contas e a organização financeira no geral, três das cinco entrevistadas afirmaram que dividem essa tarefa com o cônjuge/companheiro. É importante observar que as outras duas respondentes não recorrem à figura masculina para resolver os assuntos de ordem financeira, pois elas são as pessoas de referência da família.

Essa questão reflete diretamente nos papéis historicamente atribuídos a homens e mulheres, onde a figura masculina responde pela atuação nos espaços da vida econômica e política da sociedade, e as mulheres ficam responsáveis pelo trabalho doméstico e pelo trabalho do cuidado.

As famílias participantes dessa pesquisa dedicam aproximadamente duas horas por mês para a realização de atividades relacionadas à administração do lar.

Ao analisar os dados apresentados, percebe-se que na sociedade atual os afazeres domésticos ainda se constituem uma tarefa das mulheres, embora se tenha observado um pequeno aumento da participação masculina nos últimos anos (SOARES, 2008).

Os dados divulgados pelo IBGE na Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2015) revelaram que, quando se contabiliza o tempo dedicado aos afazeres domésticos, também o sexo, a

condição na família e os tipos de arranjos familiares são fatores importantes para a discussão sobre trabalho e uso do tempo. Verificam-se comportamentos diferenciados nas famílias no que se refere ao tempo gasto com trabalho doméstico, principalmente quando há presença de cônjuge, crianças e idosos.

Na presente pesquisa consideramos que a condição econômica também é um aspecto fundamental a ser destacado, pois nas famílias com baixo rendimento e naquelas em que há a presença de filhos menores evidencia-se participação mais intensa das mulheres nos trabalhos domésticos.

Conforme os dados expostos na Tabela 2, as entrevistadas consomem em média 6 horas e 30 minutos por dia para a realização do trabalho doméstico. Na semana, a carga horária pode chegar a 45 horas e 30 minutos gastos com as atividades realizadas no âmbito do lar.

Dados recentes divulgados pela PNAD Contínua apontam que, em 2016, 81,3% da população brasileira (135,5 milhões de pessoas) de 14 anos ou mais de idade haviam realizado afazeres domésticos no domicílio ou em domicílio de parente. Enquanto 89,8% das mulheres realizaram tais atividades, a proporção masculina era de 71,9%.

A PNAD Contínua levantou o número de horas dedicadas aos cuidados de pessoas e aos afazeres domésticos conjuntamente, para mensurar a intensidade e a diferença em sua realização por homens e mulheres. Em 2016, a média de horas dedicadas no Brasil era de 16,7 horas por semana, com grande discrepância entre homens e mulheres: 11,1 horas em média para homens e 20,9 horas em média para mulheres. O estudo apontou que as mulheres brasileiras dedicam quase o dobro de horas aos cuidados e aos afazeres domésticos em comparação com os homens.

A intensidade de horas dedicadas a essas atividades era superior entre os não ocupados:²² enquanto os ocupados²³

²² São classificadas como não ocupadas na semana de referência as pessoas sem trabalho nessa semana, que tomaram alguma providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias e que estavam disponíveis para assumi-lo na semana de referência. Consideram-se, também, como não ocupadas as pessoas sem trabalho na semana de referência que não tomaram providência efetiva para conseguir trabalho no período de 30 dias, porque já haviam conseguido o trabalho que iriam começar após a semana de referência (IBGE, 2018).

²³ São classificadas como ocupadas na semana de referência as pessoas que, nesse período, trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas,

dedicavam em média 14,1 horas semanais a essas tarefas, os não ocupados dedicavam em média 19,9 horas.

A taxa de realização de afazeres domésticos por condição no domicílio em 2016 mostra que a maior porcentagem ocorre entre as mulheres: 95,6% para os cônjuges femininos (esposas ou companheiras), 93,0% para as responsáveis pelo domicílio e 80,7% para filhas ou enteadas. Por outro lado, a taxa é de 80,6% para os homens responsáveis pelo domicílio, 76,4% para os cônjuges masculinos e 57,6% para filhos ou enteados.

Em relação ao tipo de tarefa realizada no próprio domicílio, as mulheres apresentaram percentual maior de realização em quase todas as tarefas elencadas, exceto fazer pequenos reparos ou manutenção do domicílio, do automóvel, de eletrodomésticos etc., tarefa realizada por 65,0% dos homens envolvidos em afazeres domésticos (contra 33,9% das mulheres). Merece destaque a grande discrepância nas tarefas: “Preparar ou servir alimentos, arrumar a mesa ou lavar louça” e “Cuidar da limpeza ou manutenção de roupas e sapatos” entre mulheres e homens: 95,7% frente a 58,5% e 90,8% frente a 55,7%, respectivamente).

Em todas as categorias de cor ou raça, as mulheres realizam mais afazeres domésticos e cuidados de pessoas do que os homens.

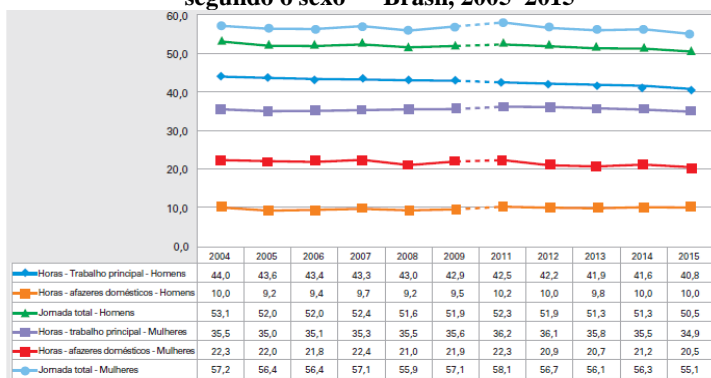
As atividades relacionadas aos afazeres domésticos e cuidados têm impacto na inserção no mercado de trabalho, principalmente para as mulheres. Essa articulação entre os dois tipos de trabalho — remunerado e não remunerado — tem impactado o bem-estar social das mulheres. Conforme ressalta a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, à medida que não há novas alternativas privadas ou sociais de redistribuição do cuidado dentro do domicílio nem maior participação dos homens em tais atividades, isso associado ao fato de que as jornadas de trabalho são pouco flexíveis, as tensões relativas aos ajustes de tempos se intensificam, reduzindo o bem-estar e a qualidade de vida das mulheres.

Os resultados da PNAD em relação às jornadas relativas ao trabalho remunerado e ao cuidado com afazeres domésticos mostram que os padrões de gênero na sociedade brasileira permaneceram praticamente inalterados na última década. Em

treinamento etc.) ou em trabalho sem remuneração direta em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou, ainda, as pessoas que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana (IBGE, 2018).

2015, a jornada masculina com afazeres domésticos permanece em 10 horas semanais, mesmo valor encontrado em 2005. A jornada feminina em tais atividades é o dobro da masculina e, somada à jornada delas no mercado de trabalho, a jornada total feminina excede à masculina em média em 5 horas semanais, conforme destacado no gráfico 3 (SIS, 2015).

Gráfico 3: Média de horas semanais trabalhadas no trabalho principal, média de horas gastas em afazeres domésticos e jornada total das pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, segundo o sexo — Brasil, 2005–2015



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005–2015 (IBGE, 2016).

No presente estudo, acreditamos que, para as políticas públicas, a questão do trabalho doméstico é um importante aspecto a se considerar, uma vez que, no sentido econômico, tais atividades não são contabilizadas, embora sejam fundamentais para a reprodução social. As pessoas, em sua grande maioria mulheres que se dedicam a essas atividades, estão desprotegidas socialmente em termos de aposentadoria e férias, entre outros benefícios que são concedidos à população formal inserida no mercado de trabalho. A situação se agrava nos núcleos familiares que possuem crianças, idosos, pessoas com deficiência e/ou outros dependentes, fator que acaba intensificando as horas gastas em atividades domésticas e do cuidado. Esse aspecto ainda é agravado pelas condições de ausência ou disponibilidade restrita de equipamentos e serviços sociais públicos de apoio às famílias.

4.3.4 Trabalho do cuidado

A questão do tempo gasto pelas mulheres em atividades relativas ao cuidado também foi abordada nesta pesquisa. Quando questionadas sobre os sujeitos que compõem o núcleo familiar e residem na mesma casa, todas as entrevistadas afirmaram conviver com pessoas que necessitam de cuidados, em cujo perfil se destacam crianças, adultos e pessoas com deficiência, conforme a tabela a seguir.

Tabela 6: Distribuição das pessoas que necessitam de cuidados na residência

Faixa etária	Número
Criança	3
Adolescente	1
Adulto	2
Idoso	2
Pessoa com deficiência	1

Fonte: Elaboração da autora (2018).

Quanto à faixa etária desses sujeitos, ela está representada na tabela 7, variando entre 10 meses a 79 nove anos de idade.

Tabela 7: Distribuição das pessoas que necessitam de cuidados na residência segundo a faixa etária

Faixa etária	Número
Até 6 anos	3
7 a 15 anos	1
18 a 60 anos	2
Mais de 65 anos	2

Fonte: Elaboração da autora (2018).

Ao serem interrogadas sobre os tipos de cuidados que são prestados, as respondentes relataram realizar as seguintes atividades: dar de comer ou ajudar; dar banho e vestir ou ajudar; dar medicamentos; fazer alguma terapia especial e ajudar a fazer exercícios e acompanhar a consulta médica. As respostas foram sistematizadas na tabela abaixo.

Tabela 8: Distribuição das entrevistadas que realizam atividades de cuidados segundo o tipo de cuidado

Atividades	Número
Dar de comer ou ajudar	4
Dar banho e vestir ou ajudar	4
Dar medicamentos	4
Fazer alguma terapia especial e ajudar a fazer exercícios	1
Acompanhar a consulta médica	1

Fonte: Elaboração da autora (2018).

Como se pode observar, das cinco entrevistadas, quatro relataram dar de comer ou ajudar, dar banho e vestir ou ajudar e dar medicamentos a algum familiar que necessita de cuidados. Uma respondente relatou auxiliar em terapias e ajudar a fazer exercícios, e uma mencionou o acompanhamento a consulta médica.

Importante ressaltar que todas as entrevistadas referiram gastar muito tempo com atividades de cuidados. Dentre as participantes, nos chamou especial atenção uma mulher que tem uma filha com deficiência — paralisia cerebral. Camila (nome fictício), de 10 meses, necessita de cuidados especiais diariamente, além disso faz acompanhamento com fisioterapeuta duas vezes por semana e hidroginástica uma vez por semana. Ela também necessita consultar a nutricionista três vezes ao mês e tem consulta com neurocirurgião e neurologista a cada dois meses. A entrevistada é mãe de uma adolescente de 12 anos de idade que também demanda cuidados, sendo que a participante é a principal responsável pelo trabalho doméstico em sua residência.

Outra respondente relatou ser cuidadora da mãe idosa, que tem 79 anos de idade e está com demência, e do irmão de 41 anos que é deficiente visual. Nesse caso, a entrevistada teve que abrir mão do emprego formal com carteira assinada para assumir as responsabilidades de cuidado dos familiares.

As demais entrevistadas comentaram sobre o trabalho de cuidados com crianças, e uma delas relatou ser a principal responsável pelo cuidado dos filhos adultos de 27 e 29 anos, que não estão inseridos no mercado formal de trabalho e não auxiliam nas tarefas referentes ao trabalho doméstico.

Ao contabilizar as horas gastas com atividades relativas ao cuidado, constatamos que as participantes da pesquisa consomem

uma média de três horas por dia para a realização das referidas atividades. Contabilizando a carga horária semanal, a média é de 21 horas e 30 minutos, de acordo com a tabela 9.

Tabela 9: Média de horas diárias e média de horas semanais dedicadas à realização das atividades referentes ao trabalho do cuidado

Atividades	Média de horas diárias dedicadas à realização das atividades	Média de horas semanais dedicadas à realização das atividades
Atividades relativas ao trabalho de cuidado	3 horas	21 horas e 30 minutos

Fonte: Elaboração da autora (2018).

Para Moser e Dal Prá (2016), as tarefas relativas ao trabalho do cuidado voltam-se, principalmente, àqueles familiares que se encontram em situação de dependência, notadamente crianças, idosos, doentes e pessoas com deficiência. O cuidado, quando incorporado como responsabilidade domiciliar, reforça as atribuições da família na provisão de bem-estar social. Ou seja, na tônica do cuidado são articuladas diferentes estratégias de imposição ou de transferência dos custos de natureza financeira, emocional e, em especial, do trabalho no cuidado às famílias. As responsabilidades que envolvem o cuidado de familiares exigem grande esforço físico e mental e disponibilidade de tempo e recursos.

Na maioria das famílias, uma única pessoa assume a maior parte da responsabilização do cuidado, sendo geralmente a mulher — são as esposas, filhas, noras, irmãs, avós. A partir do momento em que se tornam cuidadoras, as mulheres assumem inúmeras funções que não somente a de cuidar especificamente de outra pessoa no processo saúde/doença. Acabam desenvolvendo diversas outras atividades no espaço doméstico, ou seja, no espaço de reprodução, como cuidar da casa, dos filhos, do marido etc.; o que, por inúmeras vezes, traz sérias consequências a seu cotidiano, como conflitos nas relações familiares, reações emocionais e consequências sobre a saúde, sobre a vida profissional,

relacionadas à diminuição de atividades de lazer, entre outras delas (MOSER, DAL PRÁ, 2016).

O cuidado com os filhos é uma das atividades que mais consome o tempo de trabalho doméstico das mulheres. Quando se trata do binômio saúde/doença, os cuidados requerem atenção especial e uma dinâmica diferenciada, que muitas vezes implica o auxílio em diversas atividades diárias e pode exigir a prática de terapias especiais, auxílio no uso correto de medicamentos e acompanhamento às consultas médicas, entre outras.

Moser e Dal Prá (2016) consideram:

O significado ou o sentido de cuidado está relacionado não somente ao processo saúde/doença, mas sim a um aspecto mais abrangente que diz respeito a “doar” parte de sua vida para outra pessoa, estando ela doente ou não. O cuidado remete a zelo, atenção, responsabilidade, dedicação e compromisso, principalmente por parte da figura feminina (MOSER; DAL PRÁ, 2016, p. 386).

Dessa forma, o cuidado é compreendido como trabalho familiar, sendo realizado principalmente pelas mulheres e normalmente fazendo parte do trabalho doméstico, sem remuneração (BARCELOS, 2011).

Dialogando com Carloto (2015, p. 186), percebe-se que insuficiência de serviços públicos na esfera dos cuidados penaliza mais as mulheres de famílias mais empobrecidas, na medida em que “atrapalha” a inserção delas no mercado de trabalho, e aumenta o tempo de trabalho (não remunerado), na reprodução dos membros da família e ainda limita a cidadania feminina, pois inviabiliza sua inserção e permanência qualitativa no mercado de trabalho e na participação de decisões coletivas.

Carrasco (2003) aponta uma característica sobre o trabalho do cuidado, que é não ser linear, pois segue o ciclo da vida, intensificando-se quando se trata de cuidar de pessoas dependentes: crianças, idosas ou doentes. Outra característica destacada pela autora é que os tempos de cuidados diretos são mais rígidos no sentido de que não podem ser agrupados e muitos deles exigem horários e jornadas fixas e, em consequência, apresentam maiores dificuldades de combinação com outras atividades. Como exemplo, podem-se citar os horários de funcionamento das

Unidades Básicas de Saúde (UBS), das escolas e das dificuldades das mulheres que trabalham em horário comercial fora do lar, trata-se, portanto, do tempo gasto com o acesso aos serviços públicos, questão que será abordada mais adiante.

4.3.4.1 Cuidados pessoais e de atenção à saúde

Neste bloco, que traz à tona a discussão sobre o trabalho do cuidado, não poderíamos deixar de refletir sobre os cuidados pessoais e de atenção à própria saúde das entrevistadas.

Ao responderem às questões referentes às horas de sono, as entrevistadas referiram dormir de três a sete horas diárias.

Quanto às horas gastas com higiene e cuidados pessoais, como tomar banho, escovar os dentes, cortar as unhas, etc., as entrevistadas afirmaram gastar de 20 minutos a uma hora diária.

No tocante à prática de exercícios físicos, a respondentes relataram não praticar nenhum exercício físico, exceto andar de bicicleta, que, nesse caso, configura-se como uma necessidade, pois se trata do meio de locomoção disponível, dada a ausência de transporte público eficiente e de qualidade em Florianópolis.

Quando questionadas sobre as horas de descanso, todas as entrevistadas afirmaram não dispor de tempo para descansar, pois estão sempre articulando estratégias de diferentes tipos a fim de conciliar as demandas entre trabalho e responsabilidades familiares.

Nota-se, a partir da reflexão sobre o trabalho do cuidado — especialmente ao se considerarem as horas gastas com cuidados pessoais —, que a vida e o cotidiano das mulheres entrevistadas são para os outros, de tal maneira que elas não podem se ausentar, pois os demais integrantes do núcleo familiar necessitam de seus cuidados. Carloto, Nogueira e Damião (2017), ao discutirem o uso do tempo das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa-Família, questionam se é possível as mulheres com responsabilidades familiares cuidarem e pensarem em si mesmas e buscarem trabalho e autonomia financeira, sendo que passam o dia inteiro no cuidado dos familiares.

As autoras consideram que a mulher, historicamente destinada aos cuidados domésticos familiares, sem ter essas atividades compartilhadas em esfera microssocial com homens e em esfera macrossocial com o Estado, são impossibilitadas de

alcançar o mínimo de autonomia, mesmo quando recebem benefícios sociais.

Esse contexto nos permite refletir sobre a dimensão emocional que está relacionada ao trabalho doméstico e ao trabalho do cuidado na esfera domiciliar. Sobre esse assunto, Aguirre (2009) destaca as dimensões que essas categorias de trabalho envolvem, as quais podem ocasionar transtornos mentais, dado seu nível de exigência e dedicação.

Olhando por esse ângulo, nos perguntamos: onde fica contabilizado o tempo pessoal? Qual é o tempo que essas mulheres dispõem para cuidar de sua estética pessoal, do lazer, da sexualidade e dos estudos?

4.3.5 Acesso aos serviços públicos

Esse item trata das atividades relativas ao trabalho de acesso aos serviços públicos. Nosso intuito foi contabilizar o tempo gasto na interlocução com programas, ações e atividades vinculadas às políticas públicas de assistência, saúde e educação.

Partimos da suposição de que o uso de qualquer serviço público exige como pressuposto indispensável uma parte de prestação familiar, a qual é fundamental para o consumo dos serviços. Inclui desde o cumprimento de práticas burocráticas administrativas, o esforço em conseguir acesso a creches, escolas, sistemas de saúde, programas habitacionais, benefícios da rede socioassistencial entre outros, o tempo de deslocamento e o tempo de organização familiar dos recursos internos para cumprir as exigências dos próprios programas.

Ao discorrer sobre esse assunto, Carloto (2015) reflete que não basta apenas quantificar as horas gastas, pois o gerenciamento de atividades na esfera dos cuidados doméstico-familiares vai além de uma mera organização de horários. Trata-se de um gerenciamento de tempo, responsabilidades, afetos, emoções, trabalho, lazer, participação — ou seja, elementos difíceis de classificar em espaços separados.

Na presente pesquisa, conseguimos quantificar as questões que foram abordadas, contudo sabemos das limitações com relação à temática, que traz à tona inúmeras questões de ordem subjetiva e que são difíceis de mensurar.

No tocante às atividades relacionadas à educação, apenas uma das entrevistadas relatou levar e buscar a filha na escola.

Informou que diariamente gasta 30 minutos com essa atividade, totalizando 3 horas e 30 minutos no decorrer de uma semana.

Quando questionadas sobre as atividades referentes à ajuda e acompanhamento das tarefas escolares, as entrevistadas referiram não ajudar. No último mês, as entrevistadas também não participaram de reuniões da escola.

Cabe destacar que, das cinco entrevistadas, apenas uma é mãe de adolescente em idade escolar, as outras crianças que compõem os arranjos familiares pesquisados têm idade entre 10 meses e dois anos de idade e não frequentam serviços de educação infantil.

Quanto ao acesso aos serviços de saúde, o tempo gasto com essas atividades foi o que mais se destacou no relato das entrevistadas. Ao abordarmos questões relativas a esse acesso pelas próprias usuárias, duas delas referiram terem realizado consulta ao médico no último mês. Uma delas referiu ter ido a UBS uma única vez, enquanto a outra afirmou ter frequentado a UBS três vezes no último mês. Ambas relataram gastar aproximadamente três horas em cada ida ao Centro de Saúde.

Sobre acompanhamento a algum familiar no último mês a hospitais, clínicas ou centros de saúde, quatro das cinco entrevistadas afirmaram ter acompanhado alguém que pertence ao seu núcleo familiar para usufruir de serviços de saúde. As entrevistadas referiram levar crianças e pessoas idosas a hospitais e Unidades Básicas de Saúde.

Questionadas sobre o tempo gasto com os serviços, o destaque vai para a entrevistada que é mãe de Camila (10 meses), que tem paralisia cerebral. Conforme relatado no item anterior, a usuária referiu frequentar três vezes por semana centros que dispõem de tratamento adequado para o quadro clínico da filha. Durante o mês, a respondente consome 72 horas para levar e acompanhar a filha aos serviços de saúde.

As demais entrevistadas relataram gastar por mês o total aproximado de três a cinco horas com o acesso aos serviços de saúde, conforme sistematizado na tabela a seguir.

Tabela 10: Total e média de horas semanais e total e média de horas mensais gastas com o acesso aos serviços de saúde

Atividade	Quem?	Média de horas semanais dedicadas à realização da atividade	Média de horas mensais dedicadas à realização da atividade
Acompanhar familiar à UBS	Filho (2 anos de idade)	3 horas	3 horas
Acompanhar familiar à UBS e hospitais	Filha (10 meses de idade)	18 horas	72 horas
Acompanhar familiar à UBS	Mãe (79 anos de idade)	1 hora	1 hora
Acompanhar familiar à UBS e hospitais	Mãe (57 anos de idade)	4 horas	16 horas
Total:		26 horas	92 horas
Média total:		6 horas e 30 minutos	23 horas

Fonte: Elaboração da autora (2018).

Nenhuma entrevistada relatou participar de atividades no CRAS, UBS ou nas escolas, uma vez que não dispõem de tempo para esse tipo de socialização.

Cabe ressaltar que, na instituição pesquisada, no momento, não estavam sendo ofertadas atividades em grupo abertas para a participação da população.

Ao identificar as atividades e o tempo dedicado pelas famílias no trato com os serviços públicos, mais uma vez fica evidente o trabalho do cuidado, que pode ser caracterizado, segundo Aguirre (2009), como uma atividade feminina geralmente não remunerada, sem reconhecimento e valorização social, que abrange tanto o cuidado material como o imaterial e implica um vínculo afetivo, emocional e sentimental. O cuidado é resultado de muitos atos que podem ser conscientes ou inconscientes, mas que não podem ser naturalizados, e que demandam tempo, esforço e dedicação.

Com relação às principais dificuldades relatadas pelas entrevistadas para o acesso aos serviços de saúde, assistência e educação, destacam-se: o tempo de espera para serem atendidas em unidades básicas de saúde e hospitais; o tempo de espera para conseguirem agendar consultas e o tempo de deslocamento para acessar os serviços.

Tentamos abordar nesse item o trabalho de acesso aos serviços públicos, ou seja, tentamos dar visibilidade ao tempo que as famílias gastam com os investimentos que elas têm de fazer no campo das relações com outras instituições que lhes exigem disposição de tempo, habilidades e energia.

Nosso intuito é evidenciar a categoria “trabalho familiar”, a qual compreende o conjunto de atividades desenvolvidas pelas famílias no processo de provisão de bem-estar social e abrange as tarefas domésticas, o cuidado de seus membros e o trabalho de relação com as instituições sociais para o acesso aos serviços públicos.

4.3.6 Estudo e formação profissional

No bloco que trata dos assuntos referentes aos estudos e formação profissional, nenhuma das entrevistadas referiu estar matriculada ou frequentando cursos acadêmicos ou profissionalizantes, ou seja, no que tange às questões referentes à educação, nenhuma das mulheres usuárias da Política Nacional de Assistência Social cadastradas no CRAS Ingleses do Rio Vermelho está investindo em sua formação profissional.

Bruschini (2007) reflete que os estudos sobre a divisão sexual do trabalho têm mostrado a rigorosa relação entre trabalho remunerado e não remunerado, o que, associado à esfera da produção econômica e da reprodução social, mostrou o efeito das obrigações domésticas na vida das mulheres limitando seu avanço profissional. Assim, sem tempo para investir em sua formação profissional, com carreiras interrompidas, baixos salários e empregos de baixa qualidade, as mulheres terminam por priorizar a esfera da vida privada. Diante da reprodução desse ciclo, é impossível romper com a dependência de programas de transferência de renda ofertados pela Política de Assistência Social e romper com a questão da feminização da pobreza.

4.3.7 Lazer

O tempo de lazer dos trabalhadores, na concepção de Dumazedier (1999 *apud* MIRANDA e GELINSKI, 2005, p. 117), pode ser definido como o tempo liberado do trabalho remunerado, do tempo destinado às obrigações domésticas ou familiares, das atividades de manutenção vital — período em que o trabalhador pode ocupar-se com o que lhe aprouver. Esse período, para muitos trabalhadores, tem sido suprimido pelas necessidades do capital, que exige deles cada vez mais, especialmente das mulheres, pois, para elas, o tempo que poderia ser destinado ao lazer geralmente é ocupado pelas obrigações domésticas.

Na vida das mulheres usuárias da PNAS vinculadas ao CRAS Ingleses do Rio Vermelho, em Florianópolis (SC), observamos que praticamente não existe tempo dedicado ao lazer. Além das responsabilidades relativas ao trabalho familiar, que recaem majoritariamente sobre essas mulheres, a situação econômica e financeira aparece como limitadora para o acesso às atividades de lazer. As participantes relataram que nunca fazem viagens. Quando se trata de passeios, eles são realizados em locais públicos com acesso gratuito, também não frequentam restaurantes e bares, ou seja, não têm nenhuma atividade vinculada ao descanso, à diversão e à reposição de energias.

Apenas em um dos relatos foi identificada uma atividade que não está vinculada ao trabalho não remunerado, a saber: “sair para dançar”. Uma das entrevistadas referiu frequentar um clube de danças uma vez por mês pelo período de quatro horas.

Refletindo sobre essa questão, podemos citar Miranda e Gelinski (2005), que destacam que Marx (1996), em seus estudos, dedicou atenção ao tempo livre dos indivíduos, apontando-o como necessário para o desenvolvimento das aptidões do homem. Contudo, para o autor, o tempo livre trata-se apenas de uma continuação do tempo de trabalho, pois o capital se apropria do tempo que o trabalhador tem para o seu crescimento, seu desenvolvimento, para a saúde do corpo, do tempo que o trabalhador necessita para respirar ar puro e para absorver a luz do sol, do tempo para o sono, tão necessário para restaurar, renovar e refazer as forças físicas. Na sua abordagem sobre os limites da jornada de trabalho, Marx (1996) ressalta que o trabalhador, além de cumprir a sua jornada de trabalho remunerada, precisa de tempo para descansar, dormir, satisfazer suas necessidades físicas, se

alimentar, se vestir, tomar banho, além de precisar de tempo para satisfazer as suas necessidades espirituais e sociais.

Na mesma direção, Dumazedier (1980) aponta que o lazer é o tempo que cada indivíduo tem para si depois de ter cumprido suas obrigações profissionais, familiares, socioespirituais e sociopolíticas. É o tempo vital que cada um procura defender contra tudo que o impeça de ocupar-se consigo mesmo. É antes de tudo a liberação de cada um, seja pelo descanso, pela diversão, pelo cultivo do intelecto. O autor classifica como opostos ao lazer o trabalho profissional; o trabalho suplementar ou trabalho de complementação; os trabalhos domésticos, como a arrumação da casa e outras atividades de manutenção doméstica; as refeições, os cuidados higiênicos com o corpo, o sono e as atividades religiosas, entre outros.

Nessa lógica, percebemos que o público participante da presente pesquisa não dispõe de tempo e nem de recursos financeiros para dedicar ao lazer.

Cabe-nos refletir em que momento da vida as consequências do tempo de trabalho contínuo e das poucas horas de sono vão refletir nas questões de saúde física, mental e emocional, e em que medida essas demandas retornarão aos serviços públicos e de que maneira serão incorporadas pelo Estado.

4.3.8 Estratégias para conciliar trabalho e família

No último bloco do questionário, trabalhamos com questões abertas. Foram elaboradas três perguntas que tinham por objetivo compreender quais são as principais dificuldades que as entrevistadas encontram para conciliar e articular o trabalho realizado fora de casa com o trabalho familiar, quais as estratégias utilizadas para conciliar trabalho remunerado e não remunerado e quais sugestões teriam para enfrentar essas dificuldades.

Nosso intuito foi estabelecer um espaço de escuta, onde as entrevistadas pudessem compartilhar os assuntos relacionados à sua dinâmica familiar, de modo que pudéssemos entender quais demandas essas famílias apresentam no que diz respeito ao tema da conciliação e articulação entre trabalho e família.

Em relação à pergunta de número um, a primeira entrevistada, que trabalha como diarista, sem carteira de trabalho assinada, referiu não enfrentar muitas dificuldades para conciliar

trabalho remunerado e trabalho não remunerado. Considera-se bastante ativa, contudo diz que gostaria de dispor de mais tempo para realizar as atividades diárias.

A segunda entrevistada, que não está inserida no mercado de trabalho e é mãe de um bebê de seis meses de idade, relata não trabalhar fora de casa por conta dos cuidados direcionados à criança, fator que impossibilita seu ingresso em um trabalho remunerado. Relata que futuramente tem expectativas de conseguir acessar uma vaga na creche do bairro e retornar aos estudos. Pretende ainda se inserir no mercado de trabalho para contribuir com a renda da família. No momento, diz que a dificuldade encontrada está relacionada à questão dos cuidados com o filho, o que a impede de acessar um trabalho formal.

A terceira respondente, por sua vez, encontra-se na posição de cuidadora. Refere encontrar dificuldades para acessar o mercado de trabalho, visualiza sua situação como uma barreira para o acesso a um trabalho formal. Diante dessa situação, trabalha informalmente. Trabalha no "tempo livre" — ou seja, no tempo em que não está realizando as atividades de cuidado. A respondente é a principal responsável por cuidar da mãe idosa, que está doente, e do irmão, que é deficiente visual. Afirma ter muitas dificuldades para conciliar o tempo entre trabalho remunerado e não remunerado e se mostra insatisfeita com sua atual posição.

A quarta participante, que trabalha como garçomete e tem um filho de um ano, afirma encontrar algumas dificuldades para conciliar as demandas entre trabalho remunerado e não remunerado. Relata que gostaria de dispor de mais tempo para ficar em casa. Comenta que a mãe, de 57 anos, que apresenta algumas complicações relativas à sua situação de saúde, a auxilia nas tarefas domésticas. A entrevistada afirma estar em constante estado de preocupação pelo fato de deixar a mãe e o filho sozinhos em casa enquanto trabalha. Afirma que o marido não auxilia nas tarefas domésticas, pois trabalha 12 horas por dia e, quando sobra algum tempo, este é dedicado às atividades de cuidado com a criança.

A última entrevistada, que tem duas filhas, de 10 meses e 12 anos de idade, relata estar impossibilitada de entrar no mercado de trabalho devido à condição de saúde de sua filha menor, que tem paralisia cerebral. A respondente afirma que a criança necessita de cuidados em período integral e não encontra nenhuma alternativa que a permita acessar trabalho remunerado. O

companheiro atua no ramo civil, como ajudante de construção e trabalha muitas horas por dia, inclusive nos fins de semana, fato que não permite que ele disponha de tempo para auxiliar nas tarefas referentes ao trabalho doméstico e ao trabalho de cuidados. A entrevistada não demonstra expectativa futura de conseguir se inserir em uma vaga de emprego formal.

Quanto à pergunta de número dois, que trata das estratégias utilizadas por essas mulheres para conciliarem e articularem o trabalho familiar com o trabalho remunerado, pontuamos algumas questões que aparecem nas falas das entrevistadas, de acordo com a sequência em que a entrevista foi realizada.

No relato da primeira respondente, apareceu a questão do planejamento e organização, ou seja, a entrevistada relatou que uma das estratégias utilizadas se trata de organizar o tempo disponível para dar conta de todas as responsabilidades entre o trabalho doméstico e o trabalho remunerado.

Na sequência, apareceu na fala de outra participante a disponibilidade e a boa vontade da rede de apoio e solidariedade. Quando ocasionalmente a entrevistada precisa trabalhar — trabalho informal, como diarista —, deixa o filho com a cunhada, que reside próximo à sua casa.

No terceiro relato, a respondente afirma estar tentando via judicial um serviço de auxílio para os cuidados com a mãe idosa. A estratégia encontrada para conciliar e articular o trabalho remunerado com as demandas familiares foi sair do emprego formal com carga horária de oito horas semanais e optar pelo trabalho informal, onde trabalha quando pode, no horário livre em que a mãe e o irmão não estão demandando tarefas de cuidado.

A resposta da quarta entrevistada com relação às alternativas encontradas para conciliar trabalho remunerado e não remunerado foi dividir as tarefas domésticas com a mãe idosa, que reside em sua casa. A mãe auxilia nas tarefas referentes ao trabalho doméstico e ao trabalho de cuidados. Nessa fala, também apareceu a questão do apoio recebido da rede de vizinhas. Quando a entrevistada está trabalhando, e a mãe precisa ir ao médico, é a vizinha quem a acompanha.

A quinta respondente conta que a estratégia utilizada para conciliar trabalho remunerado e trabalho familiar é ficar em casa enquanto o companheiro trabalha. Relata que ele trabalha mais de 10 horas por dia e não auxilia no trabalho doméstico. Quando

sobra tempo, ajuda nos cuidados com a filha de 10 meses, que tem paralisia cerebral.

Para descrever as respostas da última questão, pontuamos alguns itens que apareceram na fala das entrevistadas. A pergunta induzia a uma reflexão sobre quais sugestões teriam para enfrentar as dificuldades relativas às responsabilidades entre trabalho remunerado e vida familiar. Segue sistematização dos relatos.

- Facilitar o acesso aos serviços de saúde — todas as entrevistadas dizem gastar muito tempo acessando os serviços do SUS.
- Facilitar o acesso ao serviço de creches e pré-escolas. Em suas falas, as mulheres que têm filhos reiteraram a questão do tempo gasto com os cuidados, o que impossibilita a entrada no mercado de trabalho e, conseqüentemente, afeta a renda familiar.
- Maior oferta de serviços de atenção às famílias, os quais incluem apoio aos cuidados de crianças, idosos e pessoas com deficiência.
- Desburocratizar o acesso aos serviços públicos — uma das entrevistadas reflete que esse acesso consome muito tempo, diz que há muita demora nos atendimentos e que as reais necessidades não são contempladas.
- Ter uma jornada de trabalho mais flexível, com menor carga horária.
- Melhoria no sistema de transporte público — todas as entrevistadas afirmaram consumir muito tempo com deslocamentos.

Finalizando este capítulo, buscamos sintetizar de maneira didática na tabela 11 os dados prospectados na pesquisa de campo com relação às horas dedicadas pelas entrevistadas com as atividades referentes ao trabalho familiar.

Para tanto, reiteramos a opção teórica que orienta a análise dos dados apresentados, a qual coloca em evidência a categoria “trabalho familiar” e está de acordo com as análises propostas por Saraceno e Naldini (2003) e Mioto (2015).

Assim, o trabalho familiar compreende o conjunto das atividades desenvolvidas pela família no processo de provisão de bem-estar social. Abrange as tarefas domésticas; o cuidado de seus membros, especialmente os dependentes; também os

investimentos que as famílias têm de fazer no campo das relações com outras instituições, os quais lhes exigem energia, tempo e habilidades.

Tabela 11: Média de horas diárias e média de horas semanais dedicadas à realização das atividades referentes ao trabalho familiar

Atividades	Média de horas diárias dedicadas à realização das atividades	Média de horas semanais dedicadas à realização das atividades
Trabalho doméstico	6 horas e 30 minutos	45 horas e 30 minutos
Trabalho do cuidado	3 horas	21 horas
Trabalho de acesso aos serviços públicos	6 horas e 30 minutos	23 horas
Média Total:	5 horas e 15 minutos	Aprox. 30 horas

Fonte: Elaboração da Autora (2018).

Notadamente, as mulheres entrevistadas dependem muitas horas do seu dia para realizar as tarefas referentes ao trabalho familiar — que abrange o trabalho doméstico, o trabalho de cuidados e o trabalho de relações com as instituições para o acesso aos serviços públicos. Na maioria dos casos, a opção encontrada para articular as demandas relativas ao trabalho familiar e à necessidade financeira das famílias, supridas por meio do trabalho remunerado, é a decisão de um dos integrantes de deixar de trabalhar. Nas famílias entrevistadas, é a mulher quem abre mão da inserção em trabalho formal para assumir as responsabilidades relativas ao âmbito doméstico. Para Segnini (2003), entre as razões de as mulheres deixarem de trabalhar está a sua socialização para o papel de cuidadora, cuja repercussão varia pelos níveis de renda familiar, pelas situações conjugais, econômicas e sociais, pela escolaridade e pela qualificação. Itaboraí (2015) considera que deixar de trabalhar para cuidar dos filhos pode refletir uma desesperança diante das dificuldades no mercado de trabalho e sua conciliação com a vida familiar. Quanto ao cenário nacional, conforme dados divulgados na pesquisa sobre mulheres brasileiras

e gênero nos espaços público e privado (VENTURI; GODINHO, 2004), 70% das mulheres que nunca trabalharam, e 66% das que deixaram de trabalhar alegam responsabilidades familiares.

No que se refere ao enfrentamento dessas questões que estão diretamente associadas às desigualdades de gênero, Carloto (2015), referenciando Montaña (2010), considera ser fundamental:

- fortalecer o acesso ao emprego com igualdade de oportunidades;
- desfamiliarizar a política social e mudar o foco sobre as mulheres como beneficiárias e principais responsáveis pelo acesso aos programas sociais e reorientá-los a quem necessita de cuidados, desde uma perspectiva de gênero, entendendo que o cuidado de terceiros não é assistência às mulheres, mas um direito de cidadania;
- realizar mudanças nas políticas de direitos reprodutivos, incluindo os homens como sujeitos;
- realizar mudanças nos serviços públicos, na educação, transporte e saúde, de modo que os trabalhos de cuidados sejam compatíveis com os horários de trabalho de pais e mães;
- realizar mudanças na carga de cuidados familiares dos filhos, mediante políticas de conciliação e articulação e a responsabilidade compartilhada, como as licenças parentais.

Ampliar o conhecimento no campo teórico eleito implica apreender as políticas sociais como um direito de cidadania. Sendo assim, construir novos indicadores que deem conta de avaliar as condições de vida da população é fundamental. As pesquisas sobre o uso do tempo possibilitam a obtenção de dados que dão visibilidade ao trabalho familiar e contribuem para a formulação de políticas públicas que ofereçam suporte para as famílias, sobretudo para as mulheres.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa de natureza qualitativa buscou compreender como famílias usuárias dos serviços e programas da Política de Assistência Social referenciadas no CRAS Ingleses do Rio Vermelho em Florianópolis (SC) se organizam em relação ao uso do tempo de maneira a articular as responsabilidades entre trabalho remunerado e trabalho não remunerado. Para contemplar os objetivos propostos, apostamos nas metodologias de pesquisa sobre o uso do tempo.

De forma resumida, as pesquisas de uso do tempo têm como objetivo mensurar o tempo dedicado aos distintos tipos de atividades que as pessoas realizam. Esse tipo de instrumento permite dar maior visibilidade a todas as formas de trabalho que se realizam tanto fora como dentro do domicílio, sejam elas remuneradas ou não. O uso do tempo dos indivíduos também está relacionado a práticas culturais e condições materiais e financeiras das classes sociais (CARLOTO, 2015).

Por meio dos resultados obtidos neste estudo, buscou-se contribuir para o aprofundamento da temática proposta, colocando em evidência o trabalho familiar, que compreende o conjunto das atividades desenvolvidas pela família no processo de provisão de bem-estar social. Ele abrange as tarefas domésticas; o cuidado de seus membros, especialmente os dependentes, e os investimentos que as famílias fazem no campo das relações com outras instituições, os quais lhes exigem energia, tempo e habilidades. Nesse sentido, envolve todas as atividades realizadas para a manutenção da reprodução social no interior das famílias e é central, pois vai além daquelas atividades compreendidas no conceito de trabalho doméstico ou de cuidados, uma vez que considera as mediações realizadas na interlocução entre os espaços público e privado e o trabalho de relações.

O ponto de partida teórico metodológico para entender a relação entre trabalho e família consiste na compreensão de que essas duas dimensões estão em permanente conflito no modo de produção capitalista, e que a natureza desse conflito se modifica historicamente. A partir da crítica à separação entre as esferas da produção e reprodução social, nos ancoramos na ideia de que o trabalho reprodutivo se configura como categoria fundamental para manutenção e reprodução do modo de produção capitalista. Para tanto, compartilhamos a perspectiva apresentada por Gama

(2014), a qual considera que produção e reprodução da vida social constituem-se momentos diferenciados, mas não autônomos, de uma mesma forma social. Parte-se da constatação de que as atividades domésticas — realizadas geralmente por mulheres e de maneira gratuita no interior das famílias — e que não geram, em primeira instância, valor monetário, produzem as condições materiais para a realização do trabalho produtivo.

Com relação às pesquisas sobre o uso do tempo, o histórico exposto nos permite visualizar a escassez de investigações nessa área, sobretudo no campo do Serviço Social. No Brasil ainda não existe uma pesquisa de abrangência nacional sobre o tema. As poucas pesquisas quantitativas sobre o uso do tempo no país são recentes, possuem caráter localizado, e as perguntas relacionadas às tarefas desenvolvidas referem-se a um número restrito de atividades, deixando uma lacuna no processo de construção e estruturação de políticas públicas, fato que justifica a escolha do tema como objeto de estudo.

A opção pelo método qualitativo nos possibilitou compreender em maior nível de profundidade as particularidades do comportamento dos sujeitos entrevistados. Esse aprofundamento se deu pela realização de entrevista semiestruturada em profundidade e, posteriormente, pela análise dos dados prospectados em campo.

As evidências empíricas revelam que não há transferência, por parte das mulheres, das responsabilidades pela execução das atividades relativas ao trabalho familiar para outros membros da família. Os dados obtidos mostram que a renda familiar é a variável mais importante para um menor quantitativo de horas dedicadas ao trabalho familiar. As mulheres pobres são as que executam maior jornada de trabalho total e são as que têm menos tempo livre. A situação socioeconômica, que permite maior acesso aos serviços de apoio, age como elemento diferenciador entre as mulheres no tocante ao trabalho familiar.

Nas famílias pesquisadas é perceptível a presença do padrão que mantém o homem na posição de provedor principal, pois, na maioria dos casos, é o homem que se mantém no trabalho formal, sendo responsável pela renda familiar. As mulheres, por sua vez, dedicam-se às atividades informais e aos cuidados com os filhos e com os dependentes, evidenciando as desigualdades de gênero.

A relação entre trabalho, família e uso do tempo nos permitiu a reflexão acerca das relações de gênero que se

estabelecem no interior das famílias. Notadamente, as mulheres entrevistadas deixam de lado o acesso a um trabalho remunerado formal para assumirem as responsabilidades concernentes ao trabalho familiar. Os dados nacionais indicam que são as mulheres as principais responsáveis pelo trabalho familiar. No contexto da pesquisa, essa afirmação se confirma, configurando-se como um dos obstáculos para o acesso ao mercado de trabalho. As mulheres entrevistadas não dispõem de tempo nem de recursos para investirem na formação profissional, para o acesso ao lazer e para adquirirem serviços de apoio nas tarefas domésticas, o que dificulta o acesso ao trabalho remunerado.

Outra questão que merece destaque diz respeito ao tempo gasto nas atividades relacionadas ao trabalho de cuidados domésticos familiares e ao trabalho de relação com as instituições. Uma das características desse trabalho é não ser linear, uma vez que segue o ciclo da vida, intensificando-se quando se trata de cuidar de pessoas dependentes: crianças, idosos ou pessoas doentes. Os tempos de cuidados diretos são mais rígidos e não podem ser agrupados. Muitos deles exigem horários e jornadas bastante fixos e, em consequência, apresentam maiores dificuldades de combinação com outras atividades. No contexto da presente pesquisa, podemos citar como exemplos os horários das Unidades Básicas de Saúde (UBS), das escolas e creches das crianças e as dificuldades enfrentadas pelas mulheres que trabalham informalmente fora do lar.

Fazendo uma correlação com a Política de Assistência Social, uma questão que chama atenção e precisa ser problematizada é a majoritariedade de usuárias mulheres que acessam os serviços e programas ofertados pela Política de Assistência Social. Nessa perspectiva, explicitamos a reflexão a respeito da tendência de feminização dos processos de proteção social, onde está presente a reprodução dos condicionantes de gênero nas políticas sociais. Esses condicionantes presentes em nossa sociedade extrapolam o âmbito privado e marcam a vida de milhares de mulheres, que são naturalizadas em suas funções, tendo seus direitos de cidadania historicamente negados.

A feminização da pobreza no contexto do SUAS é reforçada pelos programas de transferência de renda ao elencarem a titularidade da mulher para esses benefícios e ao instituírem a seletividade dos mais pobres entre os pobres. Na Política de Assistência Social, as mulheres são as responsáveis pelos

cadastros sociais, por responder às condicionalidades dos programas sociais e por participar das reuniões de grupos de convivência e fortalecimento de vínculos familiares, assim como responder às demais demandas da saúde e educação familiar. Os programas de transferência de renda, ao focalizarem sua atenção na mulher, apresentam caráter contraditório, pois, se por um lado a mulher, como receptora dos benefícios, pressupõe certo protagonismo e a superação da feminização da pobreza, ao mesmo tempo configura-se como estratégia para administrar as expressões da questão social, legitimando a ideologia capitalista e perpetuando a produção e reprodução das classes sociais (CISNE, 2007).

Carloto (2015) reflete que as políticas públicas têm convertido a responsabilidade das mulheres em obrigações exclusivas e excludentes. Para superar essa condição, os desafios ainda são muitos. É preciso desnaturalizar e desconstruir as atribuições de gênero que historicamente foram criadas pela divisão sexual do trabalho — que são reafirmadas pelas políticas sociais e reproduzem a mulher-mãe dona de casa, sem reconhecer essas atividades como trabalho —, assim como fortalecer o acesso ao emprego com igualdade de oportunidades. Outro aspecto importante diretamente relacionado às horas gastas com o trabalho doméstico é a educação infantil. O tempo de permanência na creche/pré-escola e o acesso à alimentação escolar gratuita também apresentam forte correlação com a diminuição do tempo de trabalho doméstico das mulheres. Dessa forma, verifica-se a relação entre o acesso às políticas sociais e a diminuição do tempo despendido no trabalho familiar, principalmente entre as famílias mais pobres.

Acordando com Carloto (2015), fundamentalmente demandam-se mudanças no modo como as políticas públicas interpelam a participação feminina. É preciso analisar até que ponto as políticas sociais têm efetivado a autonomia e emancipação da mulher em vez de responsabilizá-las pela proteção social, reforçando ainda mais a discriminação e a desigualdade de gênero nas várias esferas da vida social.

Percebe-se que há um leque de questões suscitadas a partir dos estudos sobre o uso do tempo que passam pela determinação das atividades que dizem respeito ao trabalho familiar, pela discussão do universo do trabalho feminino, pela discussão em torno da redução da jornada de trabalho e pela inclusão das

questões relativas a gênero na formulação das políticas públicas, questões que merecem ser aprofundadas. Coloca-se a necessidade de ampliar esse debate no âmbito da sociedade brasileira. O aprofundamento dessa discussão torna-se impreterível ao se considerarem os limites desta pesquisa, apesar de acreditarmos na contribuição que ela pode oferecer aos estudos nessa área, sobretudo no campo do Serviço Social.

REFERÊNCIAS

AGUIRRE, R. **Las bases invisibles del Bienestar Social: el trabajo no remunerado em Uruguay**. Montevideo: Unifem/Doble Clic Editoras, 2009.

AGUIRRE, R. Los cuidados familiares como problema público y objeto de políticas. In: ARRIAGADA, Irma (coord.). **Família y políticas públicas em América Latina: Una historia de desencuentros**. Santiago de Chile: Cepal, 2007, p. 187–198.

ALENCAR, M. M. T. de. Transformações econômicas e sociais no Brasil dos anos 1990 e seu impacto no âmbito da família. In: SALES, M. A; MATOS, M. C de; LEAL, M. C. (org.). **Política social, família e juventude: uma questão de direitos**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 61–81.

AMMASSARI, E. “Time Use Research”. In: BORGATTA, Edgar; MONTGOMERY, Rhonda. **Encyclopedia of Sociology**. New York, Macmillan Reference, 2000, v. 5, p. 3153–3165.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre negação e afirmação no trabalho**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARAÚJO, C; VEIGA, A. Parte II — Trabalho e Vida Familiar — percepções, práticas e políticas públicas: Um Difícil Equilíbrio — Vida familiar e trabalho remunerado de mulheres e homens no Estado do Rio de Janeiro: In: ARAÚJO, Clara; GAMA, Andréa. **Entre a casa e o trabalho: gênero e família no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Abe Graph, 2017. Cap. 3. p. 43–49.

ARAYA, M. J. **Un acercamiento a las encuestas sobre el uso del tiempo con orientación de género**. Santiago de Chile: Cepal — Unidad Mujer y Desarrollo, 2003.

ARRIAGADA, I. Estruturas familiares, trabalho e bem-estar na América Latina. In: ARAÚJO, Clara; PICANÇO, Felícia; SCALON, Celi. **Novas Conciliações e Antigas Tensões?: Gênero, família e trabalho em perspectiva comparada**. Bauru: Edusc, 2007. p. 223–268.

ARRIAGADA, I. Los límites del uso del tiempo: dificultades para las políticas de conciliación familia y trabajo. **Cepal**, Políticas hacia las familias, protección e inclusión sociales, Cepal, Serie Seminarios y Conferencias, n. 46, Santiago de Chile. Nações Unidas, jul. 2005.

ÁVILA, M. B. Vida cotidiana e o uso do tempo pelas mulheres. **VIII Congresso Luso-afro-brasileiro de Ciências Sociais**, Coimbra, p.1–12, set. 2004.

BANDEIRA, Lourdes. Importância e motivações do Estado Brasileiro para pesquisas de uso do tempo no campo de gênero. **Revista Econômica**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p.47–63, jun. 2010.

BANDEIRA, L. M; PRETURLAN, R. B. As pesquisas sobre o uso do tempo e a igualdade de gênero no Brasil. In: FONTOURA, Natália; ARAÚJO, Clara. **Uso do Tempo e Gênero**. Rio de Janeiro: UERJ, 2016. p. 43–57.

BARAJAS, M. de la P. Avanços na América Latina na medição e valoração do trabalho não remunerado realizado pelas mulheres. In: FONTOURA, Natália; ARAÚJO, Clara. **Uso do Tempo e Gênero**. Rio de Janeiro: UERJ, 2016. Cap. 1. p.21–42.

BARCELOS, M. S. **A incorporação da família nos serviços de saúde**: um debate a partir das concepções dos profissionais num hospital de alta complexidade. 2011. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BENERÍA, L. El debate inconcluso sobre el trabajo no remunerado. **Revista Internacional del Trabajo**, OIT, v. 118, n. 3,1999.

BIROLI, F. **Família**: Novos Conceitos: A Família Moderna. São Paulo: Fundação Perseu Abramo — Partido dos Trabalhadores, 2014. 88 p. (Coleção O Que Saber). Disponível em: <<http://redept.org/uploads/biblioteca/colecaoquesaber-05-com-capa.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 2 n. 1 (3), janeiro–julho/2005, p. 68–80. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/viewFile/18027/16976>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaoocompilado.htm>. Acesso em: 1 fev. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 6.037, de 14 de dezembro de 2007**. Brasília, DF, 14 dez., 2007a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/D6307.htm>. Acesso em: 5 mar. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 6.038, de 14 de dezembro de 2007**. Brasília, DF, 14 dez. 2007b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/D6308.htm>. Acesso em: 2 mar. 2018.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, 8 dez. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm>. Acesso em: 1 fev. 2018.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos NOB/RH**. Brasília: MDS, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social NOB/SUAS**. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://www.assistenciasocial.al.gov.br/sala-de-imprensa/arquivos/NOB-SUAS.pdf>>. Acesso em: 1 fev. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. PNAS. Brasília: MDS, 2004. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**: texto da Resolução n. 109. Brasília: MDS, 2009.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e Capital Monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. (1.ed., 1974).

BRUSCHINI, M. C. Teoria Crítica da Família. In: AZEVEDO, M. A, GUERRA, V. N. A. (org.). **Infância e Violência doméstica**: Fronteiras do Conhecimento. São Paulo: Cortez, 1993.

BRUSCHINI, M. C. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não remunerado?. In ARAÚJO, C.; PICANÇO, F.; SCALON, C. (org.). **Novas conciliações e antigas tensões?**: gênero, família e trabalho em perspectiva comparada. Bauru: EDUSC, 2007.

BRUSCHINI, M. C.; RICOLDI, A. M. Família e trabalho: difícil conciliação para mães trabalhadoras de baixa renda. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n.136, p. 93–123, jan./abr. 2009.

CARLOTO, C. M. Condicionalidades nos Programas de Transferência de Renda e autonomia das mulheres. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 2, n. 18, p.121–130, jun. 2012. Semestral.

CARLOTO, C. M. Programa Bolsa Família, cuidado e o uso do tempo das mulheres. In: MIOTO, Regina Célia Tamaso; CAMPOS, Marta Silva; CARLOTO, Cássia Maria. **Familismo Direitos e Cidadania contradições da política social**. São Paulo: Cortez, 2015. p. 179–209.

CARLOTO, C. M.; NOGUEIRA, B. W. F.; DAMIÃO, N. A. Uso do Tempo, cuidados e trabalho doméstico familiar. In: **13º Mundo de Mulheres & Fazendo Gênero 11: Transformações, Conexões, Deslocamentos**, Florianópolis, p.1–12, ago. 2017.

CARRARO, D. **As categorias da política de assistência social na América Latina: concepções ídeo-teóricas e proteção social**. 2016. 237 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) — Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

CARRASCO, C. A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres. In: CARRASCO, C. *Produção do viver*. São Paulo, **Cadernos SOF**, 2003, p. 11–49.

CAVALCANTI, L. G. de A.; PAULO, M. A.; HANY, F. E. S. A pesquisa piloto de uso do tempo do IBGE 2009/2010. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**. 2010. Florianópolis: UFSC, 2010. p. 1–10.

CEDAW. Comité para la Eliminación de la Discriminación contra la Mujer. **Recomendação Geral no 16, décimo período de sessões**. 1991. Disponível em: <<http://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/recommendations/ecommm-sp.htm>>. Acesso em: 7 dez. 2017.

CISNE, M. A “feminização” da assistência social: apontamentos históricos para uma análise de gênero. **II Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luís (MA), ago. 2007.

DANTAS, M. F. P; CISNE, M. "Trabalhadora não é o feminino de trabalhador": Superexploração sobre o trabalho das mulheres. **Argumentum**, Vitória, v. 9, n. 1, p.75–88, mar. 2017.

DEDECCA, C. S. Tempo, Trabalho e Gênero. In: COSTA, Ana Alice *et al.* **Reconfiguração das relações de gênero no trabalho**. São Paulo: CUT, 2004. Cap. 2. p. 21–52. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05632.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2017.

DIEESE. **Anuário dos Trabalhadores**: 2010/2011. 11. ed. São Paulo: DIEESE, 2011.

DUMAZEDIER, J. **Valores e conteúdos culturais do lazer**. São Paulo: Serviço Social do Comércio, 1980.

ELIAS, N. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

ESPING-ANDERSEN, G. **Fundamentos sociais de las economías postindustriales**. Barcelona: Ariel, 2000.

FARIA, N. A divisão sexual do trabalho como base material das relações de gênero. **Sempreviva Organização Feminista**, São Paulo, jun. 2011. Disponível em: <<http://www.sof.org.br/textos/11>>. Acesso em: 19 out. 2017.

FONTOURA, N. *et al.* Pesquisas de uso do tempo no Brasil: contribuições para a formulação de políticas de conciliação entre trabalho, família e vida pessoal. **Revista Econômica**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p.11–46, jun. 2010.

FONTOURA, N.; ARAÚJO, C. **Uso do Tempo e Gênero**. Rio de Janeiro: UERJ, 2016. 265p.

FREITAS, R. C. S.; BRAGA, C. D.; BARROS, N. V. Famílias e Serviço Social – Algumas Reflexões para o debate. In: DUARTE, Marco José de Oliveira; ALENCAR, Mônica Maria Torres (org.). **Família & Famílias**: práticas sociais e conversações contemporâneas. Belo Horizonte: Lumen Juris Editora; 2010.

FREITAS, R. C. S. *et al.* Política social, famílias e gênero — temas em discussão. **Revista Argumentum**, v. 4, n. 2, Vitória, 2012.

FRITZEN, J. P. **A Vigilância Socioassistencial na Política de Assistência Social**: uma análise sobre seus processos e "produtos" a partir da realidade de Florianópolis. 2017. 174 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

FRITZEN, J. P. A Feminização da Assistência Social: discutindo gênero e sua interface com a proteção social. In: **SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**, 1, 2015, Florianópolis: UFSC, 2015. p. 1–9. Disponível em:

<http://seminarioservicosocial2017.ufsc.br/files/2017/05/Eixo_3_036-3.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2018.

FURNO, J. C. **O Trabalho das Mulheres**: entre a produção e a reprodução social. Campinas: Unicamp, 2015. p.1–9.

GAMA, A. de S. Trabalho e responsabilidades familiares no Brasil: reflexões sobre direitos do trabalho. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 30, v. 10 p. 149–168, 2012.

GAMA, A. de S. **Trabalho, família e gênero**: impactos dos direitos do trabalho e da educação infantil. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

GELINSKI, C. R. O.; GUTIERREZ, R. O.; MOSER, L. Mudanças nas famílias brasileiras e a proteção desenhada nas políticas sociais. In: MIOTO, Regina Célia Tamasso; CAMPOS, Marta Silva; CARLOTO, Cássia Maria. **Familismo Direitos e Cidadania**: contradições da política social. São Paulo: Cortez, 2015. p. 125–145.

GELINSKI, C. R. O; PEREIRA, R. S. Mulher e trabalho não remunerado. **Mulher e Trabalho**, v. 5, p. 79–87, 2005.

GOLDANI, A. M. Família, gênero e políticas: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 19, n. 1, 2002, p.29–48.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. In: **Ser Social**, v. 37, n. 132, p. 595–609, dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf>>. Acesso em: 8 set. 2017.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

IAMAMOTO, M; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez; Lima: CELATS, 1982.

IAMAMOTO, M. V; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 21. ed. São Paulo, Cortez; Lima: CELATS, 2007.

IASI, M. Trabalho doméstico e valor. In: IASI, M. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p 123–141.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 5 jul. 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 08 mar. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016a. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 8 mar. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Piloto de Uso do Tempo 2009. Primeiros Resultados. In: **12º Fórum do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares**, 12, 2012. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. p. 1–60.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira**. IBGE: Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf>>. Acesso em: 8 mar. 2018

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. IBGE: Rio de Janeiro, 2016b. (Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e socioeconômica, 36). Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>>. Acesso em: 8 set. 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Website*. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). **Conceitos e definições**. 2018. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_continua/analise01.shtm>. Acesso em: 8 mar. 2018.

INSS. Instituto Nacional do Seguro Social. **Benefício assistencial ao idoso e à pessoa com deficiência (BPC)**. 2018. Disponível em: <<https://www.inss.gov.br/beneficios/beneficio-assistencial-ao-idoso-e-a-pessoa-com-deficiencia-bpc/>>. Acesso em: 7 mar. 2018.

INSTITUTO PHD. **Pesquisa Quantitativa e Pesquisa Qualitativa: Entenda a diferença**. 2015. Disponível em: <<https://www.institutophd.com.br/pesquisa-quantitativa-e-pesquisa-qualitativa-entenda-a-diferenca>>. Acesso em: 29 jan. 2018.

ITABORAÍ, N. R. **Mudanças nas Famílias Brasileiras (1976–2012): Uma Perspectiva de Classe e Gênero**. Tese de Doutorado. UERJ – Rio de Janeiro, 2015.

ITABORAÍ, N. R. Temporalidades Plurais: desigualdades de gênero e classe nos usos do tempo das famílias brasileiras. In: FONTOURA, Natália; ARAÚJO, Clara. **Uso do Tempo e Gênero**. Rio de Janeiro: UERJ, 2016. Cap. 4. p. 101–129.

KERGOAT, D. Verbete. “Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo”. In: **Dictionnaire critique du féminisme**. Paris: PUF, 2000.

KERGOAT, D. Verbete “Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo”. In: HIRATA, Helena *et al.* (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP; 2009, p. 67–75.

LEFEBVRE, H. Estrutura social: a reprodução das relações sociais. In: FORACCI, M. M.; MARTINS, J. S. **Sociologia e Sociedade**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977. (Leituras de introdução à Sociologia).

LETABLIER, M. T. El trabajo de “cuidados” y su conceptualización en Europa. In: PIETRO, C. (ed.). **Trabajo, género y tiempo social**. Espanha: Complutense, 2007.

LUNA, E. G. L; MÁRQUEZ, V. S. Clasificación de actividades de uso del tiempo para América Latina y el Caribe, CAUTAL. In: **Reunión Internacional Estadísticas sobre Uso del Tiempo y Políticas Públicas**, 8, Distrito Federal, México, 10 jun. 2010. (Propuesta para discusión).

MARX, K. **O Capital**. 8. ed. São Paulo: Difel, 1982. Livro 1, v.1. (1. ed., 1867).

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Tradução por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1985. Livro 1, v. 1, t. 1. (Os economistas).

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MAST-KIRSCHNING, U.; LEHMANN, A.; ALBUQUERQUE, C. 1979: **Convenção da ONU contra discriminação de mulheres**. Revisão: Augusto Valente. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-br/1979-convenção-da-onu-contra-discriminação-de-mulheres/a-5033580>>. Acesso em: 18 dez. 2017.

MEIL L., G. La Sociología de La Familia in Españã, 1978/1998. **Revista Espanõla de Investigaciones Sociologicas**. Madri, CIS, 8, p. 173–215, 2004.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS. I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução Paulo Sérgio Castanheira; Sérgio Lessa. 1 ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social**: Teoria, Método e Criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, M. C. S. Fundamentos, percalços e expansão das abordagens qualitativas. In: SOUZA, Daysi Neri de et al (org.). **Investigação Qualitativa**: Inovação, Dilemas e Desafios. Ludomedia, 2016. Cap. 1. p. 16–47.

MIOTO, R. C. T. A centralidade da família na Política de Assistência Social: contribuições para o debate. In: **Revista de Política Pública**. São Luis: EDUFMA, v. 8, n. 1, jan./jun. 2004.

MIOTO, R. C. T. Família e Serviço Social: contribuições para o debate. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, Cortez Editora, ano XVIII, n. 55, nov./fev.1997.

MIOTO, R. C. T. Família, trabalho com famílias e serviço social. **Serviço Social em Revista**. Londrina. v. 12, n. 2, p. 163–176, jan/jun, 2010.

MIOTO, R. C. T. **Família e Proteção Social**: as relações Estado e Família e a intervenção profissional dos assistentes sociais no contexto histórico brasileiro. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2017. 42 p.

MIOTO, R. C. T. Política social e trabalho familiar: questões emergentes no debate contemporâneo. **Serviço Social & Sociedade**, [s.l.], n. 124, p.699–720, dez. 2015.

MIRANDA, R; GELINSKI, C. R. O; G. Impacto do horário livre do comércio de São José (SC) na vida e na família das mulheres comerciárias. **Revista da Abet**, v. 1, n. 1, p.115–151, jan. 2005. Semestral.

MONTALI, L. Desigualdades de gênero no mercado de trabalho e as políticas sociais. **XVIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS**, ABEP. 20 a 24 de novembro de 2012, Águas de Lindóia—SP. 2012.

MORAES, P. de M. **A difícil conciliação entre os três mundos: família, trabalho e qualificação profissional**. 2015. Dissertação (Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social) — Florianópolis, UFSC, 2015.

MORAES, P. de M; ABRÃO, K. C. L; MIOTO, R. C. T. Conciliação entre trabalho e vida familiar: um debate necessário. **Serviço Social e Saúde**, [s. l.], v. 14, n. 1, p.106–120, 23 jul. 2015. Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8638904/6507>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

MOSER, L. **A Conciliação entre Trabalho e Vida Familiar: demandas às políticas sociais e ao Serviço Social**. 2013. Projeto de Pesquisa, Florianópolis, UFSC, 2013.

MOSER, L; DAL PRÁ, K. R. Os Desafios de Conciliar Trabalho, Família e Cuidados: evidências do “familismo” nas políticas sociais brasileiras / The Challenges of Conciliating Work, Family and Care. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, [s.l.], v. 15, n. 2, p.382–392, 19 dez. 2016. EDIPUCRS.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Negociação coletiva de trabalho e equidade de gênero e raça no Brasil**. Brasília: OIT, 2010.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Declaração e plataforma de ação de Pequim**. 1995. Disponível em: <<http://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/pdf/BDPfA%20S.pdf>>. Acesso em: 7 dez. 2017.

PATEMAN, C. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PICCHIO, A. **Social reproduction**: the political economy of the labour market. Cambridge: University Press, 1994.

RAMOS, D. P. Pesquisas de usos do tempo: um instrumento para aferir as desigualdades de gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 17, p.861–870, dez. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v17n3/v17n3a14>>. Acesso em: 10 set. 2017.

RAZAVI S.; STAAB, S. **The social and political economy of care**: contesting gender and class inequalities. New York: United Nations Research Institute for Social Development, 2008.

REIS, J. R. T. “Família, emoção e ideologia”. In: SILVIA, T. M. L.; CODO, W. **Psicologia Social**: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 1995.

RIBEIRO, C. A. C. Classe e gênero no Brasil contemporâneo: mobilidade social, casamento e divisão do trabalho doméstico. In: ARAÚJO, C.; SCALON, C.; **Gênero, família e trabalho no Brasil**. FGV, 2005. p. 173–202.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, R; BRUN, A. B. B. A política de Assistência Social no Brasil e os Sistemas de Proteções do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). **Jusbrasil**. Rio Grande, p. 1–13. out. 2016. Disponível em: <<https://regilainesantos.jusbrasil.com.br/artigos/323125229/a-politica-de-assistencia-social-no-brasil-e-os-sistemas-de-protecoes-do-sistema-unico-de-assistencia-social-suas>>. Acesso em: 01 fev. 2018.

SARACENO, C; NALDINI, M. **Sociologia da Família**. 2. ed. atualizada. Lisboa: Editorial Estampa Ltda., 2003.

SCURO, L. Conferências – os dilemas entre trabalho e família em países da América Latina: A divisão sexual do trabalho e do cuidado na América Latina. In: ARAÚJO, Clara; GAMA, Andréa. **Entre a casa e o trabalho: gênero e família no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Abe Graph, 2017. Cap. 1. p. 21–30.

SEGNINI, L. R. P. Mulheres, mães, desempregadas: contradições de uma condição social. In: EMÍLIO, Marli *et al.* (org.). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas**. São Paulo: Coordenadoria Especial das Mulheres, 2003.

SILVA, D. J. da. Independência ou em dependência? Apontamentos sobre as relações entre produção e reprodução no capitalismo. **Revista Marx e o Marxismo**, v. 4, n. 7, 2016.

SILVA, S. P.; MARIANO, S. A. As mulheres usuárias da assistência social, o trabalho remunerado e o não remunerado. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10** (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.

SILVA, E. L da; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/2367267/DA-SILVAMENEZES-2001-Metodologia-da-pesquisa-e-elaboracao-de-dissertacao>>. Acesso em: 11 fev. 2018.

SMITH, A. An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations. 5. ed. London: Methuen and Co./Edwin Cannan, 1904. (1. ed., 1776).

SOARES, C. A distribuição do tempo dedicado aos afazeres domésticos entre homens e mulheres no âmbito da família. **Revista Gênero**, Niterói, v. 9, n. 1, p.9–29, jul. 2008.

SORJ, B; FONTES, A; MACHADO, Danielle Carusi. **Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil**. Cadernos de Pesquisa. Minas Gerais, v. 37, n. 132, set./dez. 2007, p. 576–580.

SOUSA, R. M. Feminização da pobreza em tempos de crise capitalista e assistencialização da questão social. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10** (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.

TEIXEIRA, S. M. Família e Proteção Social: uma relação continuamente (re) atualizada. In: TEIXEIRA, Solange Maria. **A Família na Política de Assistência Social: concepções e as tendências do trabalho social com famílias no CRAS de Teresina** — PI. 2. ed. Teresina: Edufpi, 2016. Cap. 1. p. 23–40.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. 175p.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2006.

VENTURI, G; GODINHO, T. **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

**APÊNDICE A – QUESTÕES NORTEADORAS PARA A
ENTREVISTA**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO
SOCIAL (PPGSS)**

**TRABALHO E VIDA FAMILIAR: um estudo sobre o uso do
tempo com famílias usuárias da Política Nacional de
Assistência Social em Florianópolis/SC**

Nome do respondente (a): _____

Endereço: _____

Bairro: _____ **Telefone:** _____

Idade: _____ **Sexo:** _____

Data: _____ **Horário:** _____

E-mail: _____

QUESTÕES GERAIS

Ocupação: _____

Renda Mensal: _____

Escolaridade: _____

Número de pessoas na casa: _____

Faixa etária:	até 6 anos	07 a 15 anos	16 a 17 anos	18 a 64 anos	Acima de 65 anos
---------------	------------	--------------	--------------	--------------	------------------

Estado Civil: () Solteira (o) () Separada/divorciada (o)

() Casada (o) /união estável () Viúva (o)

() Outra _____

Sua cor ou raça (em relação à sua cor ou raça, como você se declara)?

() Branca (o) () Parda (o) () Preta (o)

() Amarela (o) () Indígena () Outra _____

Você trabalha fora de casa?

Sim () Não ()

Se trabalha, qual é a ocupação?

Frequência na semana						
1x	2x	3x	4x	5x	6x	7x

Horas por dia:

4h () 6h () 8h () 12h ()

Observação: _____

Quem é o principal responsável pelos trabalhos domésticos e de cuidados?

TRABALHO DOMÉSTICO**Alimentação:****Quanto tempo gasta para preparar a refeição:**

Quem faz	Refeição	Tempo gasto	
		Horas	Minutos
	Café da manhã		
	Almoço		
	Café da tarde		
	Jantar		
	Outro:		
Total:			

Observação: _____

Limpeza da casa

Quantas vezes na semana limpa a casa? Quanto tempo é gasto em cada vez?

Frequência na semana							Tempo gasto	
1x	2x	3x	4x	5x	6x	7x	Horas	Minutos
Total:								

Observação: _____

Quem faz a limpeza?

Cuidados com a roupa na semana (registrar o total de tempo na semana)

Atividades	Tempo gasto		Quem faz
	Horas	Minutos	
Lavar e estender a roupa			
Retirar do varal e dobrar			
Passar e guardar			
Outro			
Total:			

Observação: _____

Compras cotidianas

Com que frequência você sai para comprar alimentos e quanto tempo gasta a cada vez?

Atividades	Frequência na semana							Tempo gasto		Quem faz
	2x	2x	3x	4x	5x	6x	7x	Horas	Minutos	
Mercado										
Padaria										
Açougue										
Sacolão										
Outro:										
Total:										

Observação: _____

Quem é o principal responsável pela tarefa de administração da casa (pagamentos de contas, organização financeira)?

Quanto tempo gasta por mês: horas: _____ minutos: _____

CUIDADOS DE PESSOAS DA FAMÍLIA

Na sua casa moram pessoas que necessitam de cuidados?

Sim () Não ()

() criança () adolescente () adulto () idoso

Idade _____

Se sim, que tipos de cuidados?

Você realiza algumas dessas atividades com essa pessoa diariamente?

Atividades	Tempo gasto	
	Horas	Minutos
Dar de comer ou ajudar		
Dar banho e vestir ou ajudar		
Dar medicamentos		
Fazer alguma terapia especial e ajudar a fazer exercícios		
Outro:		
Total:		

Observação:

CUIDADOS PESSOAIS E DE ATENÇÃO À SAÚDE

Quantas horas por dia você dorme?

Horas: _____ Minutos: _____

Quanto tempo por dia você gasta com higiene e cuidados pessoais (tomar banho, escovar os dentes, cortar as unhas, etc.)?

Horas: _____ Minutos: _____

Você pratica algum exercício físico?

Sim Não

Frequência na semana							Tempo gasto	
1x	2x	3x	4x	5x	6x	7x	Horas	Minutos
Total:								

Quantas horas por dia você descansa?

Horas: _____ Minutos: _____

ACESSO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Levar e buscar as crianças na escola

Sim Não

Quanto tempo gasta: horas: _____ minutos: _____

Observação: _____

Ajudar nas tarefas escolares

Todo dia Algumas vezes na semana Não ajuda

Quanto tempo gasta a cada vez: horas: _____ minutos: _____

Observação: _____

No último mês você foi às reuniões da escola?

Sim Não

Quanto tempo gastou: horas: _____ minutos: _____

No último mês você utilizou algum serviço de saúde? (Consultas, idas a hospitais, UBS, etc.)

Sim Não

Quantas vezes: _____

Quanto tempo gastou a cada vez _____

Observação: _____

No último mês você levou e/ou acompanhou alguém ao hospital?

Sim Não

Quem? _____

Quantos dias? _____

Quantas horas? _____

Observação _____

Tempo gasto: horas: _____ minutos: _____

Você recebe algum benefício regularmente / todo mês?

Sim Não

Qual? _____

Participa de alguma atividade no CRAS, UBS ou na escola?

Sim Não

Se sim, qual? _____

Quanto tempo gasta por vez? _____

ESTUDO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Atualmente você estuda, faz faculdade ou realiza algum curso profissionalizante?

Sim Não

Frequência na semana							Tempo gasto	
1x	2x	3x	4x	5x	6x	7x	Horas	Minutos
Total:								

Quantas horas do dia você usa para fazer trabalhos, revisar as aulas e estudar para as provas?

Horas: _____ Minutos: _____

LAZER

Durante a semana, você realiza alguma destas atividades?

Atividades	Tempo gasto	
	Horas	Minutos
Prática de esportes, jogos e outros <i>hobbies</i>		
Passeios e viagens		
Presença em eventos culturais (shows, teatro, etc.)		
Presença em parques, zoológicos, jardins, etc.		
Outro		
Total:		

QUESTÕES ABERTAS

Enfrenta dificuldades para conciliar o trabalho fora de casa com o trabalho familiar realizado no espaço doméstico?

Quais são as estratégias utilizadas para conciliar o trabalho remunerado e não remunerado?

Que sugestões teria para enfrentar essas dificuldades?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
(PPGSS)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Gostaríamos de convidá-lo(a) a participar como voluntário(a) da pesquisa intitulada: **“Trabalho e Vida Familiar: um estudo sobre o uso do tempo com Famílias Usuárias da Política Nacional de Assistência Social em Florianópolis (SC)”**, que se refere a um projeto de Mestrado da acadêmica Tassiane Antunes Moreira, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), orientada pela Profa. Dra. Liliane Moser. O objetivo deste estudo é analisar como as famílias usuárias da Política Nacional de Assistência Social em Florianópolis/SC se organizam em relação ao uso do tempo de maneira a articular as responsabilidades entre trabalho remunerado e trabalho não remunerado. O público a ser pesquisado compreende famílias de baixa renda que estejam cadastradas e em atendimento no Centro de Referência de Assistência Social Ingleses do Rio Vermelho, na região norte de Florianópolis.

Os resultados da pesquisa contribuirão para o conhecimento da realidade das famílias, de suas estratégias para conciliar trabalho remunerado e não remunerado e para dar visibilidade ao trabalho familiar e avaliar como o recurso tempo é utilizado de maneira distinta entre homens e mulheres. Esse conhecimento é fundamental para reunir elementos que

subsidiem a proposição de políticas públicas, especialmente no campo da conciliação/articulação entre trabalho e vida familiar.

Para obter esse conhecimento, serão realizadas entrevistas previamente agendadas e gravadas (apenas com sua permissão) em condições e locais definidos pelos participantes da pesquisa. Todas as informações prestadas serão tratadas com sigilo e confidencialidade. O nome do participante não será divulgado em qualquer fase da pesquisa, o que garante o anonimato. Os resultados serão apresentados em conjunto, não sendo possível identificar os indivíduos que participaram do estudo, a não ser que esse desejo seja expressamente manifestado. As pessoas por acaso referidas durante a entrevista também terão suas identidades mantidas em sigilo.

A sua participação é voluntária, isto é, o(a) senhor(a) poderá desistir de participar ou retirar seu consentimento em qualquer momento da pesquisa, ou recusar-se a responder a qualquer pergunta sem qualquer prejuízo ou desconforto. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição. Preferencialmente, a entrevista será realizada em seu domicílio, ou em local por você indicado. Dessa forma, você não terá nenhum custo ou quaisquer compensações financeiras com a participação nesta pesquisa. A pesquisa respeitará os apontamentos da Resolução 510 de 7 de abril de 2016, que trata dos procedimentos éticos na pesquisa na área de Ciências Humanas e Sociais.

Desde já, agradeço a atenção e participação e coloco-me à disposição para maiores informações.

Você receberá uma cópia deste termo, onde consta telefone e e-mail da pesquisadora e do Comitê de Ética da UFSC para poder tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento. Ao aceitar participar, você deve assinar este termo de consentimento, juntamente com a pesquisadora, termo do qual você terá uma cópia.

CONSENTIMENTO

Eu _____
 confirmo que fui informado (a) dos objetivos desta pesquisa, bem
 como da forma de participação. Eu li e compreendi este termo de
 consentimento, portanto dou meu consentimento e concordo em
 participar como voluntário (a) desta pesquisa.

 (Nome do(a) participante)

 (CPF do (a) participante)

 (Assinatura do (a) participante)

 (Nome da pesquisadora)

 (Assinatura da pesquisadora)

Data: _____, de _____ de 2017.

Pesquisadora: Tassiane Antunes Moreira **Professora Orientadora:** Liliane Moser
 E-mail: tassiane.antunes@gmail.com E-mail: liliane.moser@ufsc.br
 Telefone: (48) 99968-1055 Telefone: (48) 3721-3818

Contato CEPESH UFSC:

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II (Edifício Santa Clara), Rua Desembargador Vitor Lima, 222, Trindade. Florianópolis (SC). CEP: 88040-400. Telefone: (48) 3721-6094 E-mail: cep.propesq@contato.ufsc.br.

**ANEXO A – Países que realizaram pesquisas e/ou
módulos sobre uso do tempo e trabalho não remunerado
— América Latina e Caribe**

Antes de 2006			2006 ou posteriores Pesquisa/módulo /perguntas	
1. Argentina	2005 (Buenos Aires)	Diário	2010– 2011 2013	Módulo na Pesquisa Permanente de Domicílios Módulo na Pesquisa Anual de Domicílios Urbanos (EAHU)
2. Bolívia	2001	Módulo na Pesquisa Contínua de Domicílios	2010– 2011	Pesquisa de Uso de Tempo em Domicílios
3. Brasil	Desde 1992	Perguntas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad)	2009– 2010	Perguntas na Pnad Pesquisa-piloto, com diário, em cinco estados do Brasil
4. Colômbia			2007, 2008, 2009, 2010, 2012	Perguntas na Grande Pesquisa Integrada de Domicílios Pesquisa Nacional de Uso do Tempo
5. Costa Rica	2004	Módulo na Pesquisa Domiciliar	2011	Pesquisa sobre Uso do Tempo na Grande Área Metropolitana
6. Cuba	1997 2001	Perguntas Pesquisa levantada em cinco municípios		
7. Chile			2008– 2009	Pesquisa Experimental sobre Uso do Tempo na Grande Santiago
8. Equador	2004 2005	Módulo em Pesquisa Domiciliar Pesquisa Uso do Tempo	2007, 2010, 2012	Pesquisas Nacionais de Uso do Tempo
9. El Salvador	2005	Lista curta de perguntas na Pesquisa Domiciliar de Propósitos Múltiplos (EHPM)	2010– 2011	Módulo na Pesquisa Domiciliar de Propósitos Múltiplos

10. Guatemala	2000	Módulo na Pesquisa Nacional de Condições de Vida (Encovi)	2006, 2011	Módulo na Encovi
11. Honduras			2009, 2011	Módulo na Pesquisa Permanente de Domicílios
12. México	1996, 1998, 2002	Módulo na Pesquisa Nacional sobre Trabalho, Contribuições e Uso do Tempo (Entaut) Pesquisa Nacional sobre Uso do Tempo (Enut)	2009	Enut
13. Nicarágua	1998	Módulo na Pesquisa Nacional de Domicílios sobre Medição do Nível de Vida (ENHMNV)		
14. Panamá			2006, 2011	Módulo na Pesquisa de Propósitos Múltiplos Pesquisa Nacional de Uso do Tempo
15. Paraguai	2001	Perguntas na Pesquisa de Domicílios		
16. Peru			2006, 2010	Perguntas integradas à Pesquisa Contínua de Domicílios Pesquisa Nacional de Uso do Tempo
17. República Dominicana	2003	Pesquisa em Zona Metropolitana (Universidade da República)	2006–2007	Pergunta na Pesquisa Demográfica e de Saúde
18. Uruguai			2007, 2011	Módulo na Pesquisa Contínua de Domicílios
19. Venezuela			2008	Pesquisa de Uso do Tempo

Fonte: BARAJAS (2016).